



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS-
PPGICH**

**IDENTIDADES, SABERES E TERRITORIALIDADES NO MUNDO DO TRABALHO
DAS PESCADORAS DE CAMARÃO DA ILHA DO TARARÁ – TEFÉ (AM)**

**Mestranda: Rosa Maria Ferreira dos Santos
Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo**

**TEFÉ-AM
2020**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ-CEST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS-PPGICH**

**IDENTIDADES, SABERES E TERRITORIALIDADES NO MUNDO DO TRABALHO
DAS PESCADORAS DE CAMARÃO DA ILHA DO TARARÁ – TEFÉ (AM)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como final para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura.

**TEFÉ-AM
2020**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S237i Santos, Rosa Maria Ferreira dos
Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da ilha do Tarará – Tefé (AM) / Rosa Maria Ferreira dos Santos. Manaus : [s.n], 2020.
133 f.: color.; 2 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH / CEST / UEA. - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.
Inclui bibliografia
Orientador: Rapozo, Pedro Henrique Coelho

1. Mulher. 2. Trabalho. 3. Pesca do Camarão. 4. Territorialidades. I. Rapozo, Pedro Henrique Coelho (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da ilha do Tarará – Tefé (AM)

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

Termo de Aprovação

ROSA MARIA FERREIRA DOS SANTOS

Identities, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará – Tefé (AM)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas _UEA, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Aprovado em: 19/05/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo /PPGICH/UEA
Presidente

Profa. Dra. Marília de Jesus da Silva e Sousa /PPGICH/UEA
Membro

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira /PPGOG /UFAM
Membro

DEDICATÓRIA

A meu pai José Gonçalves dos Santos e minha mãe Isaura Ferreira dos Santos. A meu esposo Salatiel de Lima Barbosa e aos meus filhos Samuel dos Santos Barbosa e Silas dos Santos Barbosa pela compreensão, paciência, apoio e incentivo nesse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a superar as dificuldades, pois finalizando a escrita da dissertação fracturei a coluna, mas continuei a escrever no leito, apesar das dores, depois de três meses acamada tive a recuperação da saúde.

Agradeço ao Programa de pós-graduação na pessoa do professor Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo que se dispôs a orientar-me durante a execução desta dissertação.

Aos professores do Programa no qual obtive os créditos para chegar até aqui, deixo registrado meus agradecimentos a prof (a) Dra. Cristiane da Silveira e Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo pela oportunidade de acompanhamento na disciplina de Estágio e Docência no Ensino Superior.

A Prof (a) Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira e Marília de Jesus da Silva e Sousa na contribuição na disciplina de Tópicos em Teorias da Cultura pelo que me fez refletir sobre a diversidade cultural ampliando a visão para esta dissertação.

Ao Coordenador do Programa prof. Dr. Otávio Rios Portela, pela disponibilidade em orientações e apoio dado durante todo o meu percurso.

A secretária do Programa do polo em Manaus, Me. Shirlei Regina Vilar da Costa Piñeiro e ao secretário do Programa em Tefé, Charles Barbosa dos Reis pelo apoio e orientações dadas durante este mestrado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, sem esse apoio seria difícil ser finalizada.

Aos meus irmãos e irmãs pelas orações.

Ao meu sobrinho Deivid Santos pelo acolhimento durante as idas à Manaus.

A todas as mulheres em nome de dona Nair, Matilde, Júlia, Sicilde, Marlene, Janete, Edileusa que estiveram presentes em todas as atividades de campo, sem elas esse trabalho não aconteceria.

Aos Senhores Adabilton e Simão Silva pelo acompanhamento com transporte durante as idas e vindas para a Ilha.

Ao presidente de Santa Clara Sr. José Barbosa da Silva Filho por sua participação por meio das entrevistas.

RESUMO

A pesca do camarão realizada pelas mulheres da Ilha do Tarará no município de Tefé-AM é o objetivo desta pesquisa, procuramos analisar o debate sobre o trabalho da mulher amazônica no mundo contemporâneo, compreendendo seu modo de vida e destacando as territorialidades e as técnicas desenvolvidas nesta atividade, além de verificar as formas de uso e de comercialização do camarão. Optou-se pelo método qualitativo da pesquisa em caráter de observação participante, bem como ferramenta metodológica associada à entrevista semiestruturada e revisão bibliográfica das principais categorias abordadas na análise, como modo de produção, trabalho, mulher, pesca, território e territorialidade. Todo trabalho de confecção dos apetrechos são realizados pelas pescadoras e são essenciais nesta atividade. A escolha dos territórios da pesca pelas mulheres pescadoras são definidos de acordo com a finalidade da pesca, sendo realizada de diversas maneiras, formas e técnicas. Dentre elas, foram descritos a pesca do paneiro, a pesca com rapixé, a pesca com arraias e por último a pesca da tipuca. Em cada uma destas modalidades, observamos a capacidade de organização social do trabalho nas atividades pesqueiras, assim como a construção, produção e reprodução de territorialidades expressas na particularidade dos seus modos de vida comunitária.

Palavras chaves: Mulher. Trabalho. Pesca do camarão. Territorialidades.

ABSTRACT

Shrimp fishing carried out by women from Tarará Island in the municipality of Tefé-AM is the objective of this research, we seek to analyze the debate on the work of Amazonian women in the contemporary world, understanding their way of life and highlighting the territorialities and techniques developed in this activity, in addition to checking the ways of using and marketing the shrimp. We opted for the qualitative method of research in the nature of participant observation, as well as a methodological tool associated with the semi-structured interview and bibliographic review of the main categories covered in the analysis, such as mode of production, work, women, fishing, territory and territoriality. All the work of making the equipment is carried out by the fishermen and is essential in this activity. The choice of fishing territories by women fishermen is defined according to the purpose of fishing, being carried out in different ways, forms and techniques. Among them, paneiro fishing, rapixé fishing, stingray fishing and finally tipuca fishing were described. In each of these modalities, we observe the capacity for social organization of work in fishing activities, as well as the construction, production and reproduction of territorialities expressed in the particularity of their ways of community life.

Key words: Woman. Job. Shrimp fishing. Territorialities.

LISTAS DE SIGLAS

APROHORTESC – Associação dos Produtores Rurais de Hortaliças de Santa Clara

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

MEB – Movimento de Educação de Base

PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Localização Geográfica do Município de Tefé.....	14
Figura 2: Localização da Ilha do Tarará.....	16
Figura 3: Comunidade de Santa Clara.....	34
Figura 4: Casas palafitas.....	36
Figura 5: O novo prédio da igreja evangélica.....	40
Figura 6: Plantação de hortaliças durante a seca.....	41
Figura 7: Plantação de hortaliças durante a cheia.....	42
Figura 8: Plantação de hortaliças durante a cheia.....	42
Figura 9: Sujeito da pesquisa Sra. N.O	44
Figura 10: Sujeito da pesquisa Sra. M. O	45
Figura 11: Frente da feira municipal de Tefé.....	46
Figura 12: Frente da feira municipal de Tefé.....	47
Figura 13: Nova Feira Municipal de Tefé.....	47
Figura 14: Nova Feira Municipal de Tefé.....	49
Figura 15: Acampamento da Sra. M.M.....	54
Figura 16: Acampamento da Sra. S. C.....	55
Figura: 17: Paneiro.....	58
Figura 18: Camarão crú.....	59
Figura 19: Comercialização do camarão.....	60
Figura 20: M.M	62
Figura 21: Criação de aves.....	65
Figura 22: M. na pesca do camarão	66
Figura 23: Terras caídas.....	71
Figura 24: Terras caídas.....	71
Figura 25 Casas da comunidade na cheia.....	73
Figura 26: Casas da comunidade na cheia.....	74
Figura 27: Manuscrito sobre enchente.....	75
Figura 28: Período de enchente na Ilha do Tarará.....	75
Figura 29: Boca do lago da Ilha.....	78
Figura 30: Marcação do território com vara.....	80
Figura 31: Cano.....	81

Figura 32: Trajetória da pesca do camarão.....	84
Figura 33: Confeção dos paneiros.....	92
Figura 34: Arraia.....	92
Figura 35: Rapixé.....	94
Figura 36: Pescadora S.....	99
Figura 37: Pesca do paneiro.....	102
Figura 38: Paneiro com isca de mandioca mole.....	103
Figura 39: Recolha dos paneiros.....	103
Figura 40 e 41: Pesca com arraias.....	105
Figura 42: Camarão.....	106
Figura 43: Pesca com rapixé.....	108
Figura 44: Limpeza do camarão.....	112
Figura 45: Cozimento o camarão.....	112
Figura 46: Processo de escorrer o camarão.....	114
Figura 47 e 48: Comercialização do camarão.....	114
Figura 49 e 50: Comercialização do camarão cru	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPITULO 1: MODO DE VIDA E O TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE SANTA CLARA.....	32
1.1 O MODO DE VIDA COMUNITÁRIO E AS MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO DAS MULHERES.....	32
1.2 O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA.....	39
1.3 O TRABALHO DAS MULHERES NA PESCA DO CAMARÃO.....	49
1.4 IDENTIDADE DA MULHER: EU PESCO, EU SOU PESCADORA.....	59
CAPÍTULO 2: RIO, LAGO, CANO: TERRITORILIDADES E O TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DA ILHA DO TARARÁ.....	67
2.1 MOBILIDADES, TERRITORIALIDADES E OS MUNDOS DO TRABALHO DAS PESCADORAS DE CAMARÃO.....	81
CAPÍTULO 3: SABERES DO MUNDO VIVO E VIVIDO DAS MULHERES PESCADORAS DE CAMARÃO.....	87
3.1 A MULHER E OS APETRECHOS DE PESCA	88
3.2 MÃOS À OBRA: O SABER DO TRABALHO DA MULHER NA PESCA DO CAMARÃO.....	94
3.2.1 A tradicional pesca do paneiro	96
3.2.2 A pesca com arraia	102
3.2.3 Pesca com o rapixé até criança quer	105
3.2.4 Pesca exclusiva para homens – A pesca da Tipuca	107
3.3 O SABER LOCAL DA CAPTURA AO PREPARO ARTESANAL DO CAMARÃO PESCADO E COMERCIALIZADO.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	
ANEXOS	

Introdução

O modo de vida dos moradores das comunidades localizadas ao longo das margens dos rios na Amazônia é algo imprescindível a desvendar, pois não se pode associar esse conhecimento a leis generalizadoras universais, principalmente quando se trata de qualidade de vida de uma população e de desenvolvimento social, dessa maneira, busca-se conhecer e identificar na atividade da pesca o processo de constituição dos territórios produzidos pelas populações das comunidades que habitam as áreas de várzea.

Witkoski (2009) ao fazer a apresentação do livro, a Pesca na Amazônia Central destaca Betty Meggers (1997), para ela a pesca sempre foi um dos mais importantes meios de subsistência desde os ameríndios das águas¹, referência feita aos Omáguas. Contudo, a partir das últimas décadas do século XX, a atividade pesqueira passou por diversas transformações no mundo do trabalho, inclusive deixando de ser uma atividade exclusiva de homens. Assim, as mulheres passaram a ter visibilidade ao desenvolver o trabalho na pesca, com o intuito de contribuir com o sustento familiar e conseqüentemente com a geração de renda.

Inclui-se nesse contexto a pesca realizada pelas mulheres ribeirinhas, como sujeitos sociais ativos que transformam a paisagem dando características carregadas de significados e identidades, pois possuem suas próprias formas de apropriação do território e territorialidades que se (re)-constroem de acordo com suas formas adaptativas e mediante suas necessidades.

Neste estudo, o trabalho da pesca do camarão está presente em quase todo o seu território, criando diferentes formas de captura e uso dos recursos pesqueiros. Neste ensejo a mulher ganha espaço com atividades na terra e na água. A territorialidade das pescadoras da Ilha do Tarará possibilita entender os processos pelos quais as suas práticas tornam-se regras sociais de convívio.

A pesca do camarão é uma das atividades produtivas importantes para a comunidade local, constituindo-se em fonte de alimento, comércio e renda. O território da pesca do camarão também é de uso comum entre os moradores das comunidades e por pessoas com as quais possuem um grau de parentesco que moram na cidade ou em outras comunidades, mas as territorialidades são criadas e conflitos acontecem pela disputa do pescado.

¹ Witkoski (2009) Precursores da ocupação humana na bacia amazônica que influenciaram de modo significativo a matriz sociocultural que acabou por formar as populações humanas que habitam, trabalham e vivem das/nas várzeas, os seus descendentes diretos – os ribeirinhos ou os caboclos/ribeirinhos.

A pesca do camarão é um meio de sobrevivência bem como atividade econômica para as mulheres da Ilha do Tarará. Compreender o modo de vida e a organização social dessas mulheres pescadoras e seus territórios passa pela necessidade do entendimento das ações dos diferentes sujeitos que agem num mesmo local apropriando-se de territórios e ao mesmo tempo produzindo seus espaços de vivência e reprodução do seu mundo do trabalho.

Sendo assim, abordar-se-á nesse trabalho dissertativo a identidade, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da comunidade de Santa Clara situada na Ilha do Tarará, no município de Tefé – Amazonas. (Figura 1).

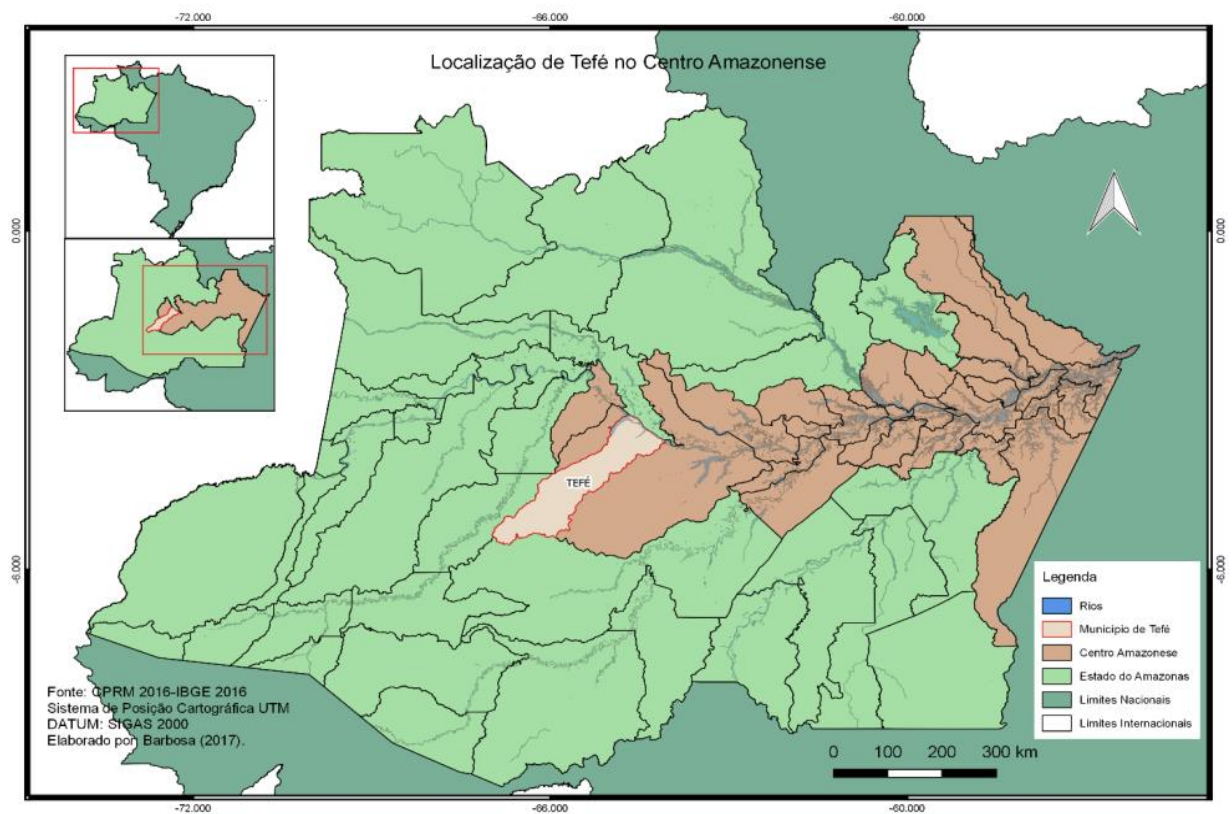


Figura 1: Localização Geográfica do Município de Tefé/AM
Fonte: Barbosa (2017).

A região Amazônica passou por profunda transformação, principalmente no período auge da borracha. Segundo Rodrigues (2011) *apud* Barbosa (2017) apontam que durante o período de exploração do látex extraído da seringueira o município de Tefé não ficou de fora do que tornaria a principal riqueza econômica da região, mas o produto que sempre teve maior destaque foi à castanha-do-brasil, sendo assim, o município teve sua importância devida sua localização estratégica na região central no Amazonas.

Nesse período segundo Rodrigues (2011) apud Barbosa (2017, p. 34), Tefé funcionou como “o ponto de referência para o fluxo migratório, para o trabalho da borracha, pois os migrantes chegavam à cidade, nas chatas (embarcações de ferro), e posteriormente eram levados para os seringais do Juruá e Alto Solimões”. E muitos desses migrantes depois do período da borracha se deslocaram e permaneceram em Tefé em seus lagos, rios e ilhas.

Neste trabalho iremos dar ênfase na Ilha do Tarará (Figura 2) em especial a Comunidade de Santa Clara. A Ilha do Tarará possui 12 comunidades que são: Luz crescente com 28 famílias, Boarazinho com 20 famílias, Boará com 24 famílias, Glória com 05 famílias, Santa Maria com 22 famílias, Santa Cruz com 26 famílias, São Francisco do Piranhã com 17 famílias, São Francisco do Aratamã com 12 famílias, São Luís do Macari com 31 famílias, Novo Porto Novo com 11 famílias, Nova Esperança do Aauri com 12 famílias e a comunidade de Santa Clara que é formada por 28 famílias.

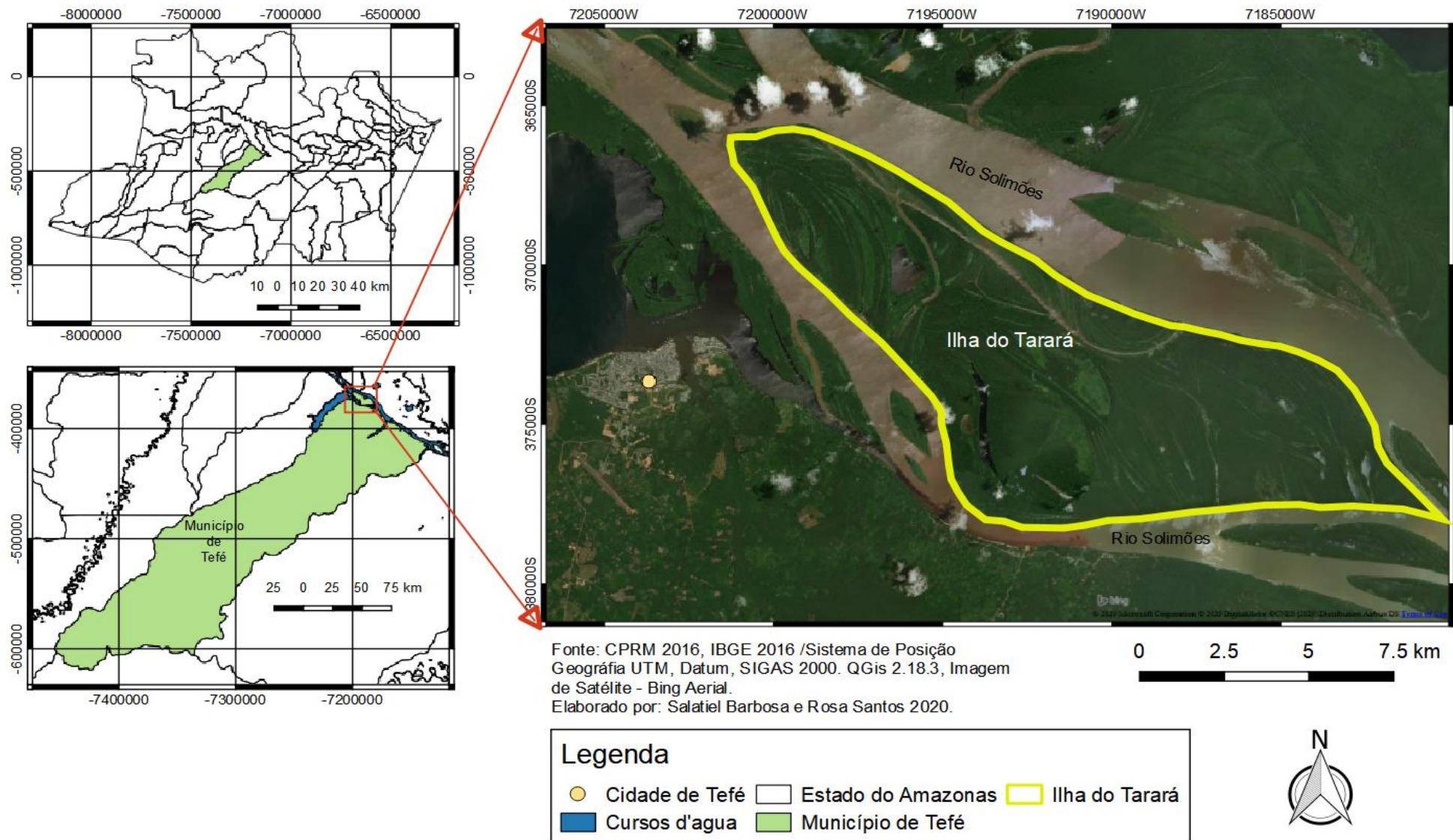


Figura-2 Localização da Ilha do Tará.

Fonte: CPRM 2016, IBGE, 2016/Sistema de Posição Geográfica UTM, Datum, SIGAS 200. QGis 2.18.3, Imagem de Satélite- Bing Aerial.

Elaborado por: Salatiel Barbosa e Rosa Santos, 2020.

Na comunidade de Santa Clara, o modo de vida é igualmente ao restante da Ilha. O trabalho das mulheres se destaca pelo cultivo de hortaliças e frutas como mamão, goiaba, cacau, banana, melancia, maracujá, pela coleta do açaí e pesca do camarão nos meses de julho a setembro, e pelo cultivo da mandioca matéria prima para fabricação da farinha importante alimento a mesa do ribeirão amazônico.

Atualmente a comunidade de Santa Clara é composta por 28 famílias, sendo 20 homens, 15 mulheres, 11 jovens e 29 crianças. As quinze mulheres atuam através de atividades diversificadas, todas trabalham para o sustento de suas famílias. Além dos ofícios mencionados também existem mulheres que são servidoras públicas, estudantes de nível médio e acadêmicas na cidade de Tefé.

A Comunidade de Santa Clara tem como predominância paisagística o ecossistema de várzea, e está geograficamente localizada sob as seguintes coordenadas S: 03° 17'14.2'' W: 064° 41'23.1'', dista em linha reta 8, 10 km da sede Tefé, com um percurso aproximado de 15 minutos de lancha (bote de alumínio de 6 m, com motor de 15 Hp's).

A comunidade possui uma escola municipal ofertando até o nono ano do ensino fundamental, além de atender as crianças de Santa Clara atende também das comunidades de Santa Cruz, Aratamã e Piranhas.

Esse trabalho teve como objetivo de analisar o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres da comunidade de Santa Clara no município de Tefé-AM e especificamente de compreender o lugar da mulher nas múltiplas faces do trabalho rural na comunidade de Santa Clara, identificando os territórios e os processos de territorialização da pesca do camarão na comunidade de Santa Clara e caracterizando os saberes e as técnicas desenvolvidas na captura do camarão.

Há necessidade de destacar o trabalho desenvolvido pelas mulheres na pesca do camarão e sua relação com os processos de territorialidade e novas formas de apropriação dos recursos pesqueiros, rompendo paradigmas de uma função que era até então exclusividade dos homens. Trata-se do reflexo de uma imagem historicamente construída de que a pesca exige grande esforço físico, e a mulher por ser considerada frágil, não estaria apta a realizar tal atividade.

Existem poucos trabalhos científicos publicados relacionados à atividade de pesca realizada por mulheres no Amazonas, e isso se estende para todo o Brasil, a mulher de fato,

começa a mudar o rumo de sua trajetória social, e de sua relação com o trabalho a partir da década de 1970, até então, o conceito que se tinha, era de uma mulher que se dedicava somente ao lar. Alencar (1993) argumenta que “A Participação da mulher em atividades de pesca é um fato etnográfico que precisa ser observado e interpretado”. Nesse sentido, as mulheres da comunidade de Santa Clara, são trabalhadoras, dinâmicas, conseguem executar diferentes atividades ao longo do dia.

Segundo Fassarella (2007, p. 52) “No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento existem poucos estudos que tratam da situação da mulher na pesca”. De acordo com a autora há carência literária e acadêmica que discuta com profundidade a importância e a participação da mulher na atividade de pesca. Esse perfil da mulher pescadora está inserido no contexto social da Comunidade Santa Clara, onde as mulheres se reconhecem como pescadoras e agricultoras. Contudo, esse trabalho da mulher, como enfatiza Maldonado (1986), trata-se de algo que está na invisibilidade.

A análise dessa pesquisa está baseada em três categorias: Processo de trabalho da mulher na pesca do camarão; Território e Territorialidade e Saberes e conhecimentos no trabalho da pesca. Dentro de cada um desses tópicos os significados vivenciados pelas participantes serão comparados e analisados a partir das teorias apresentadas em cada uma delas, com base na abordagem qualitativa.

As perspectivas metodológicas são embasadas em Martins (2004, p. 289) afirma que a pesquisa qualitativa é definida como “Aquele que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”. Enfatiza-se a realização de um intensivo exame dos dados no momento da análise e a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de “trabalho artesanal”. Essa escolha justifica-se seu caráter interpretativo e compreensivo, que procura captar os significados atribuídos, instigando e apreendendo a natureza dos mesmos pelos sujeitos envolvidos que, no caso, exposto da referida pesquisa, diz respeito às mulheres pescadoras de camarão da comunidade Santa Clara – Tefé/AM. Importante não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também para a liberdade do intelectual, que haja uma proximidade entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa e o caráter descritivo e narrativo dos resultados.

Optou-se também pelo método etnográfico, que para Geertz (1989) é a descrição densa analisar o significado que os atores sociais atribuem às suas próprias ações. Geertz (1989, p. 4) afirma que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele

mesmo teceu”. Esses significados são partilhados pelos atores sociais, são públicos. No entendimento de Sahlins (1997) a cultura, não fica restrita a seu espaço, isto é, na contemporaneidade criaram-se redes de integração que enviam e que recebem conhecimentos.

A pesquisa envolve nove mulheres na idade entre 30 a 90 anos que praticam a pesca do camarão ou que podem contribuir com sua experiência e história de vida na pesca assim como na agricultora.

Nos procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa: Realizou-se a observação participante, para Becker (1997, p. 34) “O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda”. De maneira que facilita a identificação dos sujeitos envolvidos e os significados que dão aos acontecimentos em que se deparam e a maneira que se comportam, de maneira que o pesquisador obtém melhor compreensão da realidade estudada. Lembramos também das reflexões de Roberto Cardoso de Oliveira que afirma “se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade” (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

Para melhor organização das informações obtidas também utilizamos a História Oral, com o tipo de entrevista história de vida, que foi feita com uma das mulheres de maior experiência com a pesca do camarão. Para Thompson (1992, p. 56) “A história oral desafia a subjetividade, faz descolar nas camadas de memória, faz cavar fundo em suas sombras, faz atingir as verdades ocultas, dá vez e voz a múltiplos narradores possibilitando a novas versões da história”.

Como coleta de informações, realizamos entrevistas semiestruturada que para Triviños (1987, p.152) “Favorece não só a descrição dos fenômenos, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. A entrevista semiestruturada tem como característica os questionamentos básicos, que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao estudo proposto, que mantém a presença consciente e atuante do pesquisador durante a coleta dos dados da pesquisa. Triviños e Manzini (1990/1991, p. 154) enfatizam que “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Segundo os autores, Triviños e Manzini (1990/ 1991), a entrevista semiestruturada se refere à necessidade de perguntas básicas que se tornam os principais meios para atingir o objetivo da pesquisa.

Neste trabalho foi realizado um levantamento de fontes primárias com entrevistas semiestruturada, observação participante e levantamento secundário por meio de obras, artigos científicos, jornais, dissertações e teses enfatizando o trabalho da pesca de camarão com ênfase na mulher, assim como, visitas aos órgãos públicos do município de Tefé como IBGE, Colônia Z4² e IDAM para colher informações sobre a comunidade Santa Clara.

Além das entrevistas formais estruturadas, análise documental, esta pesquisa fez uso do registro iconográfico, isto é, de imagens captadas no ambiente da pesquisa, onde as mulheres pescadoras de camarão desempenham este ofício.

No primeiro capítulo apresentou-se o modo de vida e o trabalho das mulheres na agricultura e na pesca do camarão na região amazônica. A Amazônia é reconhecida pela sua riqueza em diversidade de recursos pesqueiros. A pesca se configura como um elemento histórico que permite a reprodução física e social dos povos que a habitam. Neste contexto destacam-se também o potencial de espécies com significativo valor comercial, a pesca na Amazônia nas últimas décadas tem atraído a atenção de pesquisadores no sentido de compreender essa relação do mundo da pesca, realizada por mulheres nesta vasta região, onde a pescadora emprega as mesmas técnicas de captura do pescado e camarão, há dezenas e dezenas de anos, inclusive, as técnicas que hoje norteiam esta pesquisa, a pesca do camarão pelas mulheres pescadoras da Comunidade Rural Santa Clara.

De acordo com Rapozo (2011):

Ao longo das últimas décadas o crescimento do mercado de trabalho da pesca comercial no Estado do Amazonas incorporou massivamente à participação de grande parte das comunidades rurais ribeirinhas dos municípios onde ocorre maior grau de comercialização do pescado. (RAPOZO, 2011, p. 2).

² Segundo a Lei 11.699 de 13 de junho de 2008 no Art. 1º destaca que as Colônias de Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

Não se trata de uma atividade para o simples lazer, trata-se de uma atividade para geração de renda, é nesse sentido que a pesca hoje na Amazônia tem sua imagem agregada. Há um potencial a ser explorado, dentre a pesca do camarão, uma das principais fontes de recursos financeiros para as moradoras santa-clarenses. Apesar de suas atividades serem múltiplas, agricultura, no lar. Não é somente em nível local ou de Amazônia que se encontram limitações literárias em torno de publicações científicas acerca do trabalho da mulher na pesca, essa discussão é referenda por Fassarella (2007):

Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre a produção teórica disponível, foi possível identificar pelo menos um estudo nos estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, dentre os 17 estados que compõem o litoral brasileiro. (FASSARELLA, 2007, p. 52).

Para a autora essa limitação se estende para os países considerados economicamente desenvolvidos, onde a mulher realiza a pesca como forma de sustentabilidade de sua família, essa carência indica que este trabalho pode abrir e/ou ampliar, trazendo a luz esta e novas discussões, deixando evidente que a relação entre a mulher e ofício da pesca requer demanda de pesquisas, sejam em rios, lagos, mares, em ecossistemas próximos ou até mesmo nos mais isolados, considerando que a mulher atua em todos esses espaços.

De acordo com Bruschini e Lombardi (2002, p. 7), a pesca realizada pelas mulheres em todo o Brasil não é uma atividade passageira, denominada de ‘bico’, trata-se de uma profissão que merece o reconhecimento, mesmo com as evoluções sociais que ocorreram nos últimos 50 anos, desde a década de 1970 em relação à historiografia da mulher, há uma imagem que sempre associa a mulher a profissões como faxineiras, artesã, salgadeiras, costureira, enfermeiras, entre outras. Só que hoje em dia a mulher disputa em igualdade com os homens o direito ao respeito e também ao exercício profissional em qualquer dos ofícios até então tidos como ‘masculinos’.

A pesca do camarão adquire sua relevância comercial, as mulheres da Ilha do Tarará realizam a pesca do camarão entre os meses de julho a novembro, uma atividade laboral onde as mulheres são as principais pescadoras na “pesca do paneiro”. Nesta modalidade as mulheres fincam o paneiro no rio ou lago para que o camarão entre. Nas comunidades da Ilha a “pesca da tipuca” é uma pesca realizada por homens, acontece sempre a noite com homens em canoas remando muito rápido para que o camarão caia na canoa, atraído pela claridade da

lanterna ou lamparina, esse tipo de pesca da Ilha exige muita força física e pescam camarões grandes e pequenos, por esse motivo as mulheres não praticam essa atividade, sempre acontece, antecedendo a pesca do paneiro. Afirmando o posicionamento de Rapozo (2011, p. 2) que indica “Grande ocorrência de trabalhadores rurais possuem na pesca sua fonte de renda principal”.

A pesca, junto com a agricultura de subsistência são as principais fontes de renda para as populações tradicionais, no entanto, a pesca é ainda mais evidente porque o pescado é a base nutricional de alimentação de toda uma população rural que se encontra ao longo das margens dos rios por toda a região Amazônica. É necessário o entendimento de que o trabalho que envolve a atividade pesqueira é de fato exaustivo, por vezes, infrutífero, tendo em vista que pescar na Amazônia, não se traduz em garantias concretas de que o pescador ao voltar de sua empreitada laboral traga consigo o pescado suficiente para uma geração de renda que possa influenciar positivamente em sua qualidade de vida. Além desse fator, existe outro tão relevante, a concorrência. Assim é necessário, segundo Rapozo (2011):

Tornar a pesca uma atividade de trabalho que necessariamente possibilita uma renda em dinheiro, decorre dos pescadores uma compreensão de que existe uma demanda estabelecida sobre o acesso e comercialização, estrategicamente desenvolvida no campo econômico regional, antes pouco pretendido na região e agora estabelecido pelo advento da pesca comercial. (RAPOZO, 2011, p. 6).

A pesca na Amazônia vem passando por um lento e gradual processo de transformação no sentido de se tornar uma atividade comercial em grande escala, com isso, a pesca artesanal, aquela praticada pelos moradores das comunidades rurais vem buscando formas de se sustentar, e uma dessas formas é a pesca do camarão que se torna uma fonte de renda alternativa de grande relevância para as famílias que ainda persistem em sua forma de vida fundamentada na cultura tradicional, com seus hábitos e costumes, enfim, com sua rica e diversificada maneira de viver em meio à floresta.

Para Ferreira (2006, p. 18) “a luta pela sobrevivência desses sujeitos sociais que se organizam em torno das terras, florestas e águas, rompe com o paradigma do sujeito pacato e passivo”. Tudo que decorre com o morador, principalmente com o morador de comunidades rurais no cenário amazônico, está diretamente relacionado á sua sobrevivência.

Assim o pescador, especificamente na região Amazônica, não é um ser indolente, preguiçoso, sem qualquer tipo de disposição. Trata-se de uma pessoa dotada de conhecimentos sobre o meio em que está inserido, um trabalhador ativo, responsável e dedicado a sua profissão de pescador, um trabalhador amazônico, que luta bravamente, e que faz da pesca seu trabalho, sua principal forma de sobrevivência. Para Sautchuck (2008, p. 14) “A atividade dos pescadores não consiste exatamente em se apropriar de recursos naturais, mas em interagir com seres diversos, o que certamente impõe a imprevisibilidade”.

O pescador ao desenvolver suas ações de pesca, se torna um trabalhador nato que se auto gerencia, isso é um fato, assim como também é que o pescador não se apropria dos recursos e sim interage com os recursos naturais, porém, o que pode acontecer eventualmente durante seu trabalho são situações imprevistas até mesmo impostas pela natureza. Lidar com essas situações também requer conhecimentos e estratégias específicas, e isso, de fato, o pescador adquire com o acúmulo de experiências que paulatinamente são construídas através dos anos em que atua como pescador.

Para Priore (2006, p. 4) “A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro [...] no século XVII reforçaram a imagem da mulher como um ser sem vontade própria”. Percebemos claramente que do século XVIII ao século XXI o quanto a mulher conquistou em relação a direitos sociais, como trabalho, autonomia e cidadania.

A mulher é também uma provedora do lar, tem vontade própria, ou seja, deixou de receber continuamente ordens e está sujeita ao pleno domínio do seu cônjuge. É esse perfil de mulher pescadora que se encontra na Ilha do Taraná, que além de mãe, esposa, pescadora, também é agricultora, pratica a criação de animais como aves e suínos. Uma mulher que trabalha arduamente para suprir as demandas do lar, que está em um mesmo nível de responsabilidade que o homem.

Segundo Cavalcanti (2010, p. 24). “A história das mulheres no Brasil nasce no interior de uma historiografia do trabalho”, onde a sociedade brasileira industrializada no século XX utilizava a mão-de-obra das mulheres para os diferentes campos de trabalho que se abriam, e percebiam o significado da inserção da mulher nos meios profissionais. As mulheres representam uma realidade social diferenciada nos dias atuais, atuam em diferentes áreas do trabalho com competência, respeito e ética, conseguem exercer diferentes ofícios ao mesmo tempo, e isso as diferencia dos homens que quase sempre se dedicam a uma única atividade. Nesse sentido, podemos salientar uma constante evolução como argumenta Cavalcanti (2010).

Essa realidade não é diferente no município de Tefé, onde apresenta diversidade e riqueza de grande quantidade de peixes, dentre as várias espécies capturadas e comercializadas encontra-se o camarão, cuja safra ocorre entre os de julho a novembro, durante o verão ou estiagem amazônica. A citada produção ocorre nas comunidades rurais, algumas fixas na costa do município, dentre estas, a Comunidade Santa Clara na Ilha do Tarará.

O ribeirinho, também denominado de comunitário ou morador de comunidade, estabelece com o ecossistema em destaque uma relação para garantir sua sobrevivência. É o homem que usufrui diretamente dessa relação, como por exemplo, a pesca do camarão pelas mulheres da comunidade de Santa Clara é uma atividade que envolve a todos e determina o trabalho em conjunto, visando maior êxito para todos os envolvidos.

A pesca do camarão fascina tanto homens e mulheres no cenário rural tefeense, tendo em vista que tal atividade é quase sempre desenvolvida próxima de suas casas, mas que em muitas vezes as mulheres precisam se deslocar para rios ou lagos, como é o caso da pesca das mulheres de Santa Clara que pescam camarão no lago da boca do Jacaré Grande, local muito distante de suas casas, onde passam a correr o risco do ataque dos piratas³ dos rios.

A pesca tem seu significado como uma das mais antigas atividades laborais que se tem conhecimento na Amazônia. Dessa forma, Cascudo (2000, p. 512) destaca que “A pesca é ofício mais antigo, que pode ser praticado de vários tipos: como rede, vara, puçá, fiscos, carretilhas, covos, individualmente ou em embarcação com duas, três ou mais pessoas”. Todos estes instrumentos citados são confeccionados pelos próprios pescadores, são típicos da pesca de subsistência, ou seja, não são utilizados como ferramentas para a pesca em larga escala.

Outro aspecto a considerar sobre a pesca do camarão pelas mulheres é que existem poucos ambientes de captura do referido crustáceo, e dentre estes ambientes. Porém, quando se insiste em pescar em poucos lugares, é preciso reconhecer o fator de risco ambiental destacado por Maldonado *apud* Rapozo (2009):

A pesca é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para ordenação dos homens nos espaços sociais como também para organização da própria produção e para

³ Piratas são saqueadores que atuam na criminalidade na região: furtos, assassinatos, tráfico de drogas, além de outros diferentes tipos de crimes. Geralmente andam em lanchas e agem com violência nas embarcações que navegam transportando passageiros.

reprodução da tradição pesqueira, tanto nos termos técnicos como em termos simbólicos. (MALDONADO, 2000 *apud* RAPOZO, 2009, p. 15).

Para o autor as relações sociais se consolidam através da pesca em populações cuja história está ao redor dessa atividade simbólica e culturalmente marcante para as populações que se fixam as margens dos rios por toda a região Amazônica. É uma cultura produtiva ordenada e simbolizada, com época e períodos distintos, onde emprega mão de obra diversificada, ou seja, homens e mulheres passam a atuar como pescadores.

Fassarela (2007, p.12) argumenta que “O mito de que a pesca é lugar de homem ronda as vilas pesqueiras e contribui para tornar o trabalho delas uma simples ajuda à família”. As mulheres pescadoras, hoje ainda são discriminadas em sua atividade de produção, com um julgamento de que o rio não é lugar de mulher, gerando uma imagem negativa, criada pela fértil imaginação do ser humano. É a de que o lugar de pesca onde especificamente a mulher é a pescadora, é um ambiente comparado ao paraíso, servindo apenas para a diversão e ao lazer. Essa ideia, não se aplica na prática quando analisamos o contexto social das mulheres pescadoras que moram na Comunidade Santa Clara na Ilha do Tarará. Sobre essa temática, encontramos o seguinte:

Quando se fala em pesquisa em comunidades pesqueiras é comum pensarmos numa pesquisa feita em ambientes paradisíacos, belas paisagens, pratos apetitosos, e em homens puxando a rede de arrasto logo cedinho ou no fim da tarde [...] existem coisas que não são perceptíveis a olho nu. (CAVALCANTI, 2010, p. 32).

No campo do trabalho realizado por mulheres, a pesca do camarão é mais produtiva e comercializada quanto à mesma atividade feita por homens. O deslumbramento de fato existe, as comunidades que empregam mulheres na pesca adquirem com o passar do tempo uma identidade cultural e social diferenciada com a partilha de responsabilidades, quer seja pela manhã, tarde e noite, quando o camarão está sendo pescado, outro aspecto de vital relevância para a atividade pesqueira seja para o homem ou para mulher se destaca no ecossistema disponível.

Para Cavalcanti (2010, p. 38). “A forma como o meio ambiente se apresenta ao pescador determina diferentes modalidades de pesca e, conseqüentemente, diferentes formas de organização social”.

A pesca artesanal ou de subsistência praticada pelas mulheres em todo o Brasil é um dos temas ainda pouco explorado pelos pesquisadores em ciências sociais, essa é a opinião de Cavalcanti (2010, p. 30) “As ciências sociais têm estudado pouco as questões que envolvem as comunidades de pescadores artesanais no Brasil”. Isso denota o grau de dificuldade deste trabalho aqui apresentada na forma de dissertação.

No segundo capítulo abordou-se sobre a noção de território e territorialidade na pesca do camarão, procurando identificar os territórios e o processo de territorialização envolvidos na pesca do camarão, demonstrando as formas de apropriação dos rios e na terra de várzea, onde se realizou o acompanhamento das mulheres durante a realização dos seus trabalhos nos acampamentos de pesca, da mesma forma que as atividades na agricultura.

Sob o ponto de vista da Geografia na contemporaneidade o conceito de território não se configura como algo recente, e sim como algo construído ao longo dos tempos. Território tem sua base epistemológica em discussões que delimitam sua existência, sua espacialidade, entretanto, a origem do termo território não cabe somente à ciência geográfica, nesse sentido, Haesbaert e Saquet (2004) *apud* Ferreira (2014, p. 112) sustentam que a origem da palavra território está relacionada diretamente com a existência de outras áreas do conhecimento científico “Biologia e da Zoologia, a partir de estudos ligados a Etologia”.

Para a geografia, a palavra território está associada à existência do espaço vital, um espaço político demarcado, delimitado, fruto do que podemos chamar de política de definições dos limites do espaço geográfico físico e humano, como argumenta Haesbaert e Limonad (2007):

[...] território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político [...] diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 20-21).

O território também pode ser entendido como o espaço vivo e vivido, pois é carregado de simbologia, de características culturais, de padrões próprios, de identidades, por exemplo, o território implica em uma malha de relação humana e poder. Para Saquet (2008, p. 32) “O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. A relação de poder também pode ser observada em espaço delimitado,

nesse sentido, em conformidade com Saquet (2008) encontramos Fernandes (2008) *apud* Barbosa (2017, p. 21) salientando que “O território aparece como propriedade particular individual ou comunitária destaca que o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios”.

O território é uma definição de espaço e das intrincadas relações de poder, o território pode ser um instrumento de controle social segundo Barbosa (2017), o território aparece como o espaço usado como subordinação de comunidades rurais para apropriação dos produtos extrativos. Raffestin (1993) ainda destaca que o território é, portanto, criação social, histórica e cultural. Já a territorialidade envolve dois aspectos, o primeiro menos concreto e o segundo mais abstrato, isso porque a territorialidade é o resultado das relações sociais diretamente influenciadas pelos diferentes fatores culturais.

Entretanto, território e territorialidade são características ou objetos de investigação das ciências humanas que se mantêm próximos a uma relação de interdependência. Nesse sentido, é relevante o pensamento de Sack (1986) que enfatiza a territorialidade a serviço da restrição do espaço, ou seja, delimitando-o abstratamente, tornando um determinado espaço controlado com objetivo de atender aos interesses de um determinado contingente populacional.

A territorialidade está mais ligada com o modo de vida das populações tradicionais rurais é uma forma de luta amparada no direito de assegurar seus saberes e como uma dinâmica concreta para a transmissão dos saberes de geração em geração. Fazendo uma analogia sobre o termo territorialidade e sua influência sobre o modo de vida das mulheres pescadoras da Comunidade Santa Clara na Ilha do Tarará, é possível observar que tais pescadoras hoje já procuram transmitir as técnicas utilizadas para a pesca do camarão para os mais jovens, no caso as meninas, suas filhas ou parentas próximas.

As mulheres pescadoras da Ilha constroem uma apropriação do território pela territorialidade, através da pesca no cano. O cano aqui é formado quando o rio está secando e forma o monte de areia envolta de uma poça de água lembrando um cano, onde o camarão fica preso aos lados do cano. Quando o cano que uma pescadora pesca a outra não pode pescar ou pesca caso tenha o consentimento da pescadora daquele cano. Sendo assim a territorialidade, imperceptível aos olhos humanos mantém-se porque as pescadoras de

camarão definiram suas estratégias para delimitar sua territorialidade em torno do ambiente para a pesca do camarão e aos poucos indicam essa territorialidade as mais novas.

As discussões sobre a territorialidade tornaram-se uma luta na Amazônia, com o advento da redemocratização ocorrido no Brasil no fim da década de 1980 e com a promulgação da Constituição Federal (1988) como relata Paulino (2008):

As lutas desses povos pelo seu reconhecimento têm aumentado desde 1988, sobretudo na região amazônica, com o surgimento de múltiplas formas associativas agrupadas por diferentes critérios tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, auto-definições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade. A todas elas correspondem territorialidades específicas a partir das quais se realizam modos de vida camponeses distintos. (PAULINO, 2008, p. 62).

Nota-se que Paulino (2008) ao destacar a territorialidade, associou-a a Amazônia, onde a riqueza e a diversidade de populações tradicionais são latentes. A territorialidade está como a autora diz, interligada ao modo de vida dos povos da floresta, por exemplo, a territorialidade torna-se um patrimônio da coletividade.

Para Sack (1986) apud Barbosa (2017, p. 23). O conceito de territorialidade faz “Referências às tentativas de indivíduos ou de grupos sociais criarem estratégias com intuito de influenciar pessoas e defender acessos de grupos sociais localizados aos recursos naturais”. Então a territorialidade para Barbosa (2017) é um instrumento de defesa da cultura tradicional de grupos sociais específicos, e esta territorialidade ocorre dentro de um determinado espaço de um território. Se o Estado é o responsável em definir a abrangência de um território, as populações tradicionais têm a incumbência em também definir a abrangência de sua territorialidade. Ainda sobre territorialidade cabe destacar a seguinte a análise de Rapozo e Witkoski (2009):

A territorialidade é diferente do conceito de território, possui um papel importante na constituição de grupos sociais, e que a noção atribuída ao território aqui, possui uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. (RAPOZO; WITKODKI, 2009, p. 13).

A territorialidade é o elemento principal de construção e de constituição de diferentes grupos sociais, principalmente de grupos sociais que pertencem ao universo da cultura tradicional, por exemplo, de pescadores. A territorialidade considera a existência de um

território, e principalmente dos seres humanos como interlocutores da territorialidade com o território. Para formar um território, os seres humanos criam as relações, que por sua vez, influenciam o surgimento da territorialidade.

No terceiro capítulo enfatizou-se os saberes e os conhecimentos tradicionais no trabalho da pesca na captura do camarão. Caracterizou-se os conhecimentos tradicionais e as técnicas utilizadas na pesca do camarão realizada pelas mulheres, os apetrechos, tipos de isca, transporte do camarão e como acontece a extração da renda da terra, além das formas de uso do camarão pela comunidade.

Dentre os teóricos que embasam esta análise destacamos Portella (2009, p. 2) “são poucos os trabalhos relacionados às técnicas de conservação pós-colheita e qualidade de camarões de água doce, principalmente de *M. amazonicum*”. As pescadoras realizam a conservação do camarão por meio da técnica do cozimento com sal e armazenamento no gelo, conhecimento este que adquiriram com suas mães e parentes. O cozimento é feito em casa ou no próprio acampamento das pescadoras.

Para Santos (2010, p. 58) “Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos. Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos”. Nesse bojo. Encaixa-se o conhecimento tradicional e conseqüentemente os desafios que emanam das ciências humanas. Tanto a experiência advinda dos conhecimentos tradicionais quanto o conhecimento com fundamento científico, se prevalecem da experiência, porém, o científico, é insistente quanto à adoção de métodos. No caso específico da pesca do camarão, o conhecimento tradicional encaixa-se perfeitamente, tendo em vista que a pescadora, há décadas, executa seus trabalhos da mesma forma obtendo sempre resultados positivos.

Para Laraia (2014) é preciso entender que o conhecimento não é uma herança genética, e sim uma realização ou aprendizado a partir de ensinamentos quase sempre transmitidos com a prática da oralidade e da observação, tudo é aprendido com seu semelhante. Comunicar é um processo cultural, além de uma eficiente forma de registro, isto é, de perpetuação dos saberes. A esse registro que Ortiz (1994) chama de memória coletiva que está relacionada com a vivência de grupos sociais.

Com base nesse pensar, apreciamos a crítica de Kunh (2013) as crenças são admissíveis, caso contrário à ciência sequer existiria. Em suma, quer dizer que o conhecimento tradicional e o conhecimento científico gozam de prestígio e privilégios, uma

relação permanente porque circunda o saber. Trata-se de culturas diferentes que podem ser o reflexo, segundo Bachelard (1962, p. 132) “a cultura é o acesso a uma emergência; no domínio científico, estas emergências estão de fato constituídas socialmente”. Culturas opostas, saberes relevantes, cada um em seu contexto social, ambos reflete saberes que se complementam uma cultura com conhecimentos emergentes.

A ciência moderna é marcada pela fragmentação do saber, e está no âmago de seu discurso a busca da universalização e generalizações, dentro de uma visão positivista, onde a razão é a fonte generalizadora, na norma do direito e da verdade, que se proclama como única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano. No entanto, trabalhos recentes têm negado esse modelo de investigação baseado no sistema racionalista, como única forma de construção do conhecimento. Sob esta lógica, as ciências humanas não escapam a essas transformações, que vem favorecendo e privilegiando o espaço social e a diversidade das culturas.

Quando nascemos, nascemos em determinado grupo social, e somos levados e influenciados a pensar, agir e refletir de acordo com a sociedade a qual pertencemos. No entanto, cada realidade cultural possui sua lógica interna, práticas, costumes, concepções e transformações pelas quais passam a criar e recriar seus conhecimentos baseado em suas experiências, observações e interações do ser humano com o ambiente ao seu redor, trazendo a luz das discussões sua relevância a partir das diferentes culturas.

Não existe saberes homogêneos, vê-se também, que o ser humano dentre todas as espécies que habitam este planeta é o único dotado de características para transmitir ou repassar conhecimentos.

O conhecimento tradicional é um produto da cultura e segundo Laraia (2014, p. 23) este conhecimento é singularmente humano “O ser humano é o único ser possuidor de cultura.” Sendo, portanto, um ser dominador das diferentes culturas, é conseqüentemente um dominador do conhecimento, enfatizar ainda Laraia (2014, p. 41) o seguinte “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”. Assim, o autor sugere que o homem tem uma identidade cultural como resultado do ambiente social em que está inserido, ou seja, o conhecimento é apreendido através do contexto e do convívio em sociedades humanas.

O conhecimento tradicional não é uma herança genética, e sim uma realização ou aprendizado a partir de ensinamentos quase sempre transmitidos com a prática da oralidade e

da observação. Com base nesse pensar, apreciamos novamente a opinião de Laraia (2014, p. 47) “Tudo que o homem faz, aprendeu com seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura”.

Seguindo esta linha de raciocínio, de acordo com Sahlins (1997, p. 42) o ser humano tem “A capacidade singular da espécie, esse ponto de vista sustenta a base do conhecimento, tendo em vista que o ser humano é de fato habilitado, não só para transmitir como também para criar o conhecimento a partir do contexto social em que está inserido”. Neste sentido, a pesca, especificamente realizada por mulheres da comunidade Santa Clara, localizada na Ilha do Tarará, considera a pescadora como detentora do conhecimento, a partir do acúmulo de experiências vivas e vividas, no médio rio Solimões no município de Tefé. Esse conceito é relativo às experiências que adquirem ao longo dos anos para executar com habilidade a pesca e também, quando necessário a agricultura.

De acordo com Sousa (2017):

“os conhecimentos tradicionais não são um corpo de conhecimentos estáticos ou um acervo de saberes passados de geração em geração, que, se tocados pelo mercado, estão condenados a desaparecer. Na realidade esses conhecimentos, saberes, técnicas e práticas são dinâmicos, e em condições apropriadas podem ser atualizados, transformados e ressignificados”. (SOUSA, 2017, p. 278).

A partir desse entendimento a mulher pescadora de camarão da Ilha do Tarará a cada ano que passa procura transmitir esse conhecimento para os filhos e filhas, isso são as experiências que passam a fazer toda a diferença na qualidade de vida e também na geração de renda das famílias, tendo a mulher como protagonista da pesca de subsistência do camarão.

Além da atual conjuntura que o cerca, avaliando e refletindo sobre as inter-relações da sociedade, suas atividades produtivas e as dificuldades frente ao exacerbado sistema econômico capitalista que está impregnado em todos os níveis populacionais, inclusive, refletindo sobre a qualidade de vida das populações tradicionais que se destacam ao longo da margem do rio Solimões.

O conhecimento tradicional é uma forma de saber próprio, trata-se de um aprendizado, que faz parte da realidade vivida e tem como principal fundamento a experiência adquirida e transmitida de geração a geração. É uma forma de conhecimento, que conduz, por exemplo,

os ribeirinhos a perceberem a influência do clima e do tempo relacionado aos níveis dos rios, determinada pelo sistema de vazantes e enchentes. Conhecer tais influências define os períodos produtivos relacionados à pesca, plantio, coleta de produtos extrativos da floresta, etc. Dai concorda-se com a opinião de Morin (2005, p. 15) “É o conhecimento vivo que conduz a grande aventura da descoberta do universo, da vida, do homem”. Neste sentido, o conhecimento tradicional representa o próprio modo de vida das populações na Amazônia. Fazendo um contraponto com a realidade das mulheres ribeirinhas pescadoras de camarão, nota-se claramente que esse conhecimento é o que define as estratégias e técnicas que envolvem o período adequado para essa captura.

As mulheres ribeirinhas precisam conhecer muito bem o território, definir o horário para pesca, bem como confeccionar os materiais e apetrechos necessários ao longo do ano na pesca, a preparação do produto para a comercialização. Esse conhecimento não foi construído dentro das academias, e sim, por meio das experiências e vivências de geração a geração. Dessa forma o conhecimento tradicional das pescadoras, mesmo desconhecendo o conhecimento científico relacionado ao pH da água, temperatura, localização por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global), Imagens de satélites, etc. tem sucesso em suas atividades econômicas.

É preciso valorizar o modo de vida das pescadoras para construir um novo pensamento em relação à própria sustentabilidade social e econômica desse grupo social. Como já destacado, as pescadoras de camarão possuem conhecimentos adquiridos e experimentados por gerações, e conhecem as especificidades que permeiam a atividade da pesca e seu território. Por exemplo, nas suas atividades durante a pesca, fazem a “pesca de paneiro”, nesse tipo de pesca, o paneiro fincados nas margens dos rios com o auxílio de varas, onde são utilizadas iscas de mandioca, a malha formada pela trama das talas do paneiro evita que camarões pequenos permaneçam e fiquem presos no paneiro. Ao contrário da pesca predatória feita com veneno ou por rede de pesca de malha fina, onde se captura camarão de todos os tamanhos. Neste momento percebe-se que as pescadoras de camarão praticam uma pesca pautada no desenvolvimento sustentável.

É relevante frisar que o rio representa o espaço vivo e vivido das populações tradicionais que por um determinado limite de meses, depende da pesca do camarão para sua sobrevivência e qualidade de vida. Nesse sentido é factível que este conhecimento produza a liberdade dos métodos investigativos científicos que torna a ciência em algo que se constata

mediante uma comprovação ou refutação sobre o objeto analisado.

A base do conhecimento tradicional é bem consistente e o fato de não ser reconhecido pelas “celebridades científicas”, ainda se constitui um patrimônio material e imaterial que é carregado de signos e significados para as próprias pescadoras das barrancas do rio Solimões. Outro aspecto constatado é que o conhecimento tradicional aplicado na pesca do camarão contribui significativamente para a qualidade de vida dessas mulheres, pois, agrega valores financeiros, que mais tarde serão aplicados para o bem-estar social das famílias. Por outro lado, o conhecimento científico tem uma gigantesca rede de importância, é um conhecimento que considera muito além da experiência.

CAPITULO I: MODO DE VIDA E O TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE SANTA CLARA

1.1 O MODO DE VIDA COMUNITÁRIO E AS MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO DAS MULHERES.

A comunidade de Santa Clara está localizada na Ilha do Tarará a 20min de Tefé, tempo decorrido em um motor de popa 15 HP. Esse tempo pode diminuir para 15 min se utilizarem o furo no período das cheias. Na região Amazônica furo é o nome dado a um espaço navegável que ocorre entre as árvores e servem de ligação entre um rio ao próprio rio ou um rio a outro rio. O furo que dá acesso do lago de Tefé ao Rio Solimões é chamado de “Furo da Boa Vista”.

Localizada em área de Várzea, a Comunidade Santa Clara (Figura 3) quando está na vazante principalmente nos meses de julho a novembro o tempo de deslocamento pode aumentar para 1 hora, pois tanto o furo quanto o paraná ficam totalmente intrafegáveis, sendo necessário descer a jusante até o rio principal.



Figura 3: Comunidade de Santa Clara – período da seca.
Fonte: Santos, 2019.

As casas de Santa Clara são de madeira com cobertura de folhas de alumínio. De acordo com Bastos e Pinto (2007), as cidades amazônicas eram no século XIX formadas por cabanas cobertas de palha, marcadas pela cultura indígena, hoje, as casas são de madeira com cobertura de folhas de alumínio ou telhas de barro ou cimento. Hall (2014, p.01) afirma que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”.

Esse posicionamento de Hall indica que a construção da identidade está em constante transformação devido à fragmentação e autonomia social de diferentes contextos sociais. Antes este sujeito social era entendido a partir de uma única identidade fixa e imutável, hoje entra em crise de identidade, está em mudança, transformando-se em novos sujeitos com novas identidades. Isto significa que o tempo transforma, porém não muda tudo, ou seja, a casa continua a existir no mesmo local, só que em uma estrutura física diferente, própria do contexto social, histórico e econômico. Para Bastos e Pinto (2007) a Amazônia é um dos espaços mais característicos do Novo Mundo.

A casa simboliza um dos aspectos da identidade da mulher pescadora é o local de aconchego e segurança. Símbolo de conquista, resultante de trabalho. Portanto, o modo de moradia na comunidade é igualmente ao resto da ilha, as casas estão próximas umas das outras e são construídas em forma de palafitas (Figura 4) uma das estratégias para escapar das águas no período da enchente, as paredes são de madeira geralmente possuem divisão no seu espaço interior, somando a uma, duas ou três divisões. (cozinha/sala e quartos).



Figura 04: casas palafitas (Comunidade de Santa Clara).
Fonte: Santos, 2019.

As mulheres constroem uma íntima relação com a terra e com o rio, relação com a várzea, sendo evidenciada por Nogueira (2001, p. 43) quando afirma que “o lugar se apresenta como vivenciado pelos seus habitantes, o lugar, portanto, é constituído a partir da experiência que temos dele” demonstra a relação de pertencimento a terra e ao rio. A várzea significando o primeiro lugar para a mulher da comunidade adquire sentimento que envolve na dinâmica da vida no trabalho e em relação com o parentesco.

As mulheres consideram a várzea como um lugar de pertencimento, onde a mulher ribeirinha da Ilha também vivencia seus medos e suas angústias, mas por outro lado, é neste lugar que se fortalece com novas experiências durante a vida, fortalecendo a identidade de mulher pescadora de camarão e agricultora.

A narrativa a seguir, denota a história da comunidade de Santa Clara, a partir dos fatos narrados por uma das mais antigas moradoras da comunidade, a Sra. M, herdeira e filha de um dos fundadores.

A comunidade Santa Clara foi fundada pelos meus pais que vieram do Ceará para trabalhar na borracha né, na década de 60, o meu pai fundou esta comunidade com quatro famílias, nesse período não tinha documento [...] na

época tinha sempre as pessoas que ajudavam as comunidades, pessoal do MEB, na época não era IDAM, e sim, EMATER e eles sempre andavam por aqui de forma assim ajudando [...]. (M. O, 78 anos, pescadora e agricultora).

São mais de cinquenta e oito anos de existência da comunidade de Santa Clara, na Ilha do Tarará, neste período, as transformações e a ocupação do espaço aconteceram gradativamente, houve diferentes instituições parceiras que contribuíram diretamente para que tal comunidade adquirisse a posição de destaque em relação à produção de hortaliças e também de pesca do camarão de água doce.

O MEB⁴ ofereceu o curso de horticultura para mulheres que objetivava complementar a renda da família com a produção de hortas. Com o passar dos anos, o Sr. J. S, presidente de Santa Clara indica que a comunidade evoluiu-se, principalmente na quantidade de pessoas que passaram a morar neste local:

Era um período que a gente foi ganhando reconhecimento [...] crescendo, crescendo, foram juntando as famílias e quando meu pai chegou com uma idade avançada, ele entregou a liderança para outras pessoas ai já tinha na base de 15 a 20 famílias nesse período era na década de 80... (J. S, agricultor e presidente da comunidade Santa Clara).

O fato de crescer não se limita ao espaço físico, para o Sr. J. S, crescer também envolve o número de famílias. No início lá na década de 60 era somente quatro, na década de 80, este número aumentou para 20 famílias. Com isso, seu pai, que foi um dos fundadores e por muito tempo presidente da comunidade, acabou se afastando e um dos motivos foi sua idade avançada. O atual presidente da comunidade de Santa Clara, já está na liderança há 18 anos, desde 2002 tornou a comunidade ainda mais conhecida.

A mãe do Sr. J. S. foi uma das fundadoras do sítio junto com a Sra. M. O. e N. O, são as irmãs, proprietárias do sítio. Os pais do Sr. J. S. formavam um casal que se envolveu diretamente na existência e na história da comunidade de Santa Clara. O Sr. J. lembra que seu pai foi seringueiro, e que trabalhou na antiga Caiçara, que mais tarde deu origem ao município

⁴ O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um Programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958. Jânio Quadros, quando presidente da República, determinou que o governo federal fornecesse recursos para a generalização desse movimento por intermédio das emissoras católicas, através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal.

de Alvarães, vizinho de Tefé. Ressalta ainda que ocupou pela primeira vez a presidência da comunidade de Santa Clara em 2002, e que sua mãe faleceu em 1998, com 64 anos de idade.

Dezoito anos de liderança comunitária, essa é a trajetória do Sr. J. Em relação sua relevância na comunidade de Santa Clara, sua liderança é regida pelo Estatuto (2002) da comunidade que diz em seu ART. 1º “A comunidade Santa Clara é uma entidade civil sem fins lucrativos e foi organizada definitivamente no dia 06 de novembro de 2002”. O estatuto de Santa Clara tem como objetivo melhorar a qualidade de vida comunitária, buscando maiores interesses de seus moradores, assim como incentivar o desenvolvimento sócio econômico por meio do trabalho.

A comunidade possui uma escola onde oferta vagas para educação básica até o nono ano do ensino fundamental, atende as crianças das comunidades de Santa Clara, Aratamã, Piranhã e da Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, distantes entre 10 a 20 min de motor 5.5 Hp que pertencem a Ilha do Tarará. Algumas mulheres de Santa Clara possuem casas em Tefé, quando seus filhos iniciam o ensino médio, logo vão morar na cidade, retornando a comunidade nos finais de semana. Outros moram em casa de parentes.

O fornecimento de energia elétrica advém do Programa do Governo Federal “Luz para Todos” através da Amazonas Energia, que mantém no município uma usina a diesel, mas a comunidade possui um gerador de energia, que antes contavam com energia somente nos horários de 18h às 22h, era gerada na própria comunidade com um motor de luz, parte do combustível era fornecido pela prefeitura municipal de Tefé e outra parte pelos próprios moradores, hoje esse gerador é utilizado somente quando falta energia ou quebra do gerador do Amazonas energia, minimizando as dificuldades para a geração de energia elétrica na comunidade.

A água que abastece esta comunidade é proveniente do Rio Solimões e não dispõe de tratamento sanitário. Segundo a narrativa da Sra. M.

O abastecimento de água também melhorou em 2013, a gente nasceu tomando essa água ai do Solimões, a gente ficava doente, várias coisas que acontecia né [...] surgiu uma ideia da gente, ir buscar água lá em Tefé, isso foi chamando a atenção das outras famílias [...] foram comprando os vasilhames [...] hoje eu acho que mais ninguém toma água direto do rio, mas às vezes, ainda tem. (Sra. M. O, 78 anos, pescadora e agricultora).

Atualmente os moradores da Ilha do Tarará fazem a coleta de água potável em Tefé, nos flutuantes, onde vendem gelo e o abastecimento para lavar e cozinhar do rio Solimões.

Por está localizada em uma área de várzea, todos os anos as comunidades pertencentes à Ilha do Tarará, são afetadas seja pela sazonalidade do rio Solimões, dificultando mais ainda o abastecimento da água potável, cujo transporte é feito nas canoas.

Até a década de 90 toda a água consumida pelos moradores provinha do rio Solimões, com isso era comum o registro de diferentes doenças com veiculação hídrica, pois, a água não passava por nenhum processo de tratamento.

A assistência à saúde é feita por meio de um agente comunitário de saúde que reside na própria comunidade. Sobre os benefícios adquiridos junto ao poder público local, Sr. J. S, presidente da Comunidade, apresenta uma lancha ‘novinha’ equipada com um motor de popa de 40 HP, para conduzir pacientes para a cidade de Tefé em casos de urgência/ emergência. Uma vez por mês, o médico e um enfermeiro atendem na comunidade. Os casos mais graves são encaminhados para Tefé.

A religiosidade para as pescadoras e moradoras de Santa Clara é também um dos aspectos importantes que está atrelada a identidade da mulher. Nas últimas décadas, a primazia católica foi suprimida pela evangélica e assim surgiram igrejas que vem atuando nesse sentido como enfatiza Sr. J:

A maioria das pessoas aqui é evangélica [...] o nome Santa Clara foi dado pelo meu pai que era católico, ele festejava Santa Maria na época [...] nossa casa era uma casa grande de festa mesmo, a mamãe nunca foi muito chegada a isso não, inclusive os evangélicos surgiram aqui através da minha mãe em 1988 [...] na época meu pai tinha que fazer um financiamento no banco e o banco exigia que ele tivesse o documento da terra e tinha que colocar o nome do sítio, aí surgiu esse nome Santa Clara, que virou o nome da comunidade. Hoje, só existe a festa de Igreja evangélica, ela faz no aniversário que é em fevereiro. (J. S, agricultor e presidente de Santa Clara).



Figura 5: O novo prédio da Igreja Evangélica.
Fonte: Santos, 2019.

Segundo Cruz (2007, p. 48) Nas últimas décadas do século XX, “houve um avanço de igrejas evangélicas na várzea Amazônica, que passaram a se constituir enquanto comunidades independentes, muitas das quais localizadas no interior das comunidades católicas”. As mulheres são envolvidas nas atividades da igreja durante os cultos e na programação de eventos e estratégias de evangelização na Ilha. São elas que zelam pela igreja.

As relações sociais são mantidas entre as mulheres da Ilha através da religiosidade, como forma de transformação na identidade, deixando o catolicismo e passando a se declarar evangélica.

Para uma moradora da Ilha do Tarará vê na religião seu momento de fuga para seus problemas, se apega com Deus para passar seus momentos difíceis em relação aos problemas familiares, seu filho não quer estudar e é usuário de drogas, esse e outros fatos deixam a mulher trabalhadora em depressão e busca tratamento no CAPS e ajuda na igreja e na família.

1.2 O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA

O trabalho das mulheres no cultivo de hortaliças (Figuras 6) exerce um papel importantíssimo no contexto socioeconômico e cultural na Ilha do Tarará.



Figura 6: plantação de hortaliças durante a seca.
Fonte: Santos, 2018.

Durante todo o ano, tanto no período da vazante e das cheias as mulheres desempenham o trabalho na terra ou na água, na preparação do solo para o plantio fazendo mudas para manter as colheitas.

No final de cada ano inicia a construção de canteiros suspensos e o plantio das hortaliças passa a ser em menor quantidade, mas não afetam diretamente a parte econômica, pois nesse período os valores das hortaliças aumentam desta maneira a mulher desempenha o trabalho com as hortaliças na vazante e durante a cheia do rio (Figuras 7 e 8).



Figura 7: plantação de hortaliças durante a cheia
Fonte: Santos, 2018.



Figura 8: plantação de hortaliças durante a cheia
Fonte: Santos, 2018.

O canteiro suspenso é uma caixa construída de madeira com uma tela preta em cima para proteger as hortaliças contra o sol. Esses canteiros são construídos pelas mulheres da Ilha antes da chegada das águas.

Para adubar a terra posta no canteiro usam esterco de boi, esses canteiros geralmente são próximos às casas das mulheres. A maioria da produção nesses canteiros é a cebolinha e o cheiro verde porque tem maior saída na feira municipal de Tefé.

As mulheres da Ilha do Tarará têm na produção de hortaliças uma renda que é extraída da comercialização na feira municipal de Tefé, durante o processo produtivo algumas atividades carecem empregar uma força maior. É nesse momento que se faz necessária à contratação de pessoas para auxiliar a produção, geralmente o contratado possui um grau de parentesco e o contrato é fixado por meio de diária. Parte da renda extraída da produção é utilizada para compra de insumos necessários para a manutenção do sítio e alimentação.

Portanto o trabalho da mulher na agricultura vem ganhando espaço a muitos anos, deixando de ser reconhecido como simples ajuda ao marido e se tornando responsável em igualdade com o homem nas rendas da família e na valorização de seu trabalho. Durante todo o ano, tanto no período da vazante e das cheias, as mulheres desempenham o trabalho na terra, ou na água, na preparação do solo para o plantio, fazendo mudas e regando as colheitas.

A agricultura de subsistência e principalmente o cultivo de grandes quantidades de hortaliças para fins comerciais. Está em processo de crescimento pelas mulheres que laboram visando o maior grau de comercialização, seja da pesca do camarão, dos frutos coletados, da madeira ou do plantio de hortaliças em grande escala.

Há também o cultivo da mandioca, matéria-prima para fabricação da farinha de mandioca, goma, farinha de tapioca e tucupi.

O trabalho das mulheres da Comunidade Santa Clara se configura num trabalho polivalente, ou seja, essas mulheres desempenham uma combinação de atividades como o cultivo de hortaliças, na roça com a fabricação de farinha, na criação de pequenos animais, galinhas, patos, porcos. Na coleta de frutos como açaí e castanha e também na pesca do camarão e pesca de peixes. Como argumenta a Sra. N:

Eu gosto muito de trabalhar, mas já sou fraca da perna, por causa de um golpe que eu levei trabalhando na roça e depois a arraia me ferrou na pesca, parece que tirou minhas forças. Antes eu derrubava pau de mulateiro que nessas terras dá muito, derrubava com machado, fazia as torras e às quatro

horas da tarde colocava na canoa e levava pro patrão. Depois eu parei de trabalhar em madeira e começamos a fazer roça. Eu Já trabalhei muito, muito mesmo na terra e na pesca. Eu trabalho na roça até hoje, na roça nós se demos mais, porque não falta o rancho da gente, porque a roça dá muita coisa pra gente né. Ela dá tapioca, dá o tucupi, dá farinha, ela dá o bolo, dá a banana, tudo ela dá pra gente. (N. O, 92 anos, agricultora e pescadora).

A narrativa da Sra. N. (Figura 9) demonstra seu envolvimento em diferentes atividades e a fragilidade adquirida com o tempo, já não tem a mesma força para o trabalho de antes. A roça pra ela não é apenas um roçado, pois tem significado diferente de plantação de mandioca, é de onde se tira muito dos alimentos utilizados pra suprir as necessidades básicas da família. A roça não se configura apenas na fonte de renda, mas no modo de viver, uma identificação com a terra.



Figura 9: N-produção de hortaliças.
Fonte: Santos, 2018.

Chama atenção no processo de trabalho com as hortaliças, a participação dos membros da família, mesmo as crianças, quando não estão na escola ajudam as famílias levando água para beber ou colhendo as hortaliças.

Os homens participam arando a terra e levando as mulheres para o mercado municipal na cidade de Tefé. A produção das hortaliças como: cheiro verde, cebolinha, pimenta

cheirosa, pimenta ardosa, couve, repolho. Produção de verduras como: abóbora, pepino, pimentão, quiabo, maxixe, tomate, berinjela e plantas medicinais como mastruz é feita pelas mulheres.

A Sra. M. (Figura 10) cultiva e vende sua produção para suas filhas também produtoras revenderem em Tefé. A agricultura familiar produzida nas áreas de várzea da Ilha não é feita com utilização de tecnologias nem adubos agrotóxicos e sim adubos produzidos pelos próprios membros do grupo familiar, como esterco de boi, de galinha e cascas de frutas, caroços de açaí, sendo caracterizada pela diversificação agrícola.



Figura 10: M. e sua produção.
Fonte: Santos, 2018.

Além disso, a produção gera uma maior rentabilidade e uma rica cultura popular sem degradar a natureza. O trabalho digno das mulheres mantém o fortalecimento da agricultura familiar da comunidade, proporcionando maior autonomia das mulheres frente à economia local, contribuindo para o abastecimento de quase toda a demanda da população de Tefé, disponibilizando maior diversidade de produtos com mais qualidade.

Em determinadas atividades como o transporte das hortaliças para Tefé, a falta de infraestrutura e recursos para o seu trabalho, faz com que essa trabalhadora seja levada a pagar um atravessador para poder comercializar seus produtos na feira do mercado municipal da cidade. A feira municipal em 2018 era provisória (Figuras 11 e 12), pois, estava em construção a feira definitiva. A maior dificuldade era por espaço, não tinha local apropriado para as agricultoras venderem seus produtos.



Figura 11: Frente da Feira Municipal.
Fonte: Santos, 2018.



Figura 12: Frente da Feira Municipal.
Fonte: Santos, 2018.

Nessa feira em improviso vendiam as margens da rua, no sol, prejudicando a conservação das verduras. No inverno as mulheres enfrentavam maiores dificuldades para comercializar seus produtos, eram obrigadas a enfrentarem as fortes chuvas, abrigavam-se apenas em sombrinhas e lonas.

Geralmente as mulheres vendem seus produtos em bacias ou tabuleiros para melhor visualização dos produtos. Outra dificuldade é a safra escassa e curta, por causa do período da cheia, que não se pode ter o mamão, banana, entre outros produtos, que não se pode produzir em canteiros. Não significando um capital suficiente para o sustento da família, um grande problema social, coloca a mulher pescadora a muitas e duras horas de trabalho na pesca, na agricultura, nas tarefas do lar e no cuidar dos filhos.

Devemos compreender segundo expõe Antunes (2011) que o trabalho é uma das atividades que o ser humano relaciona diretamente com sua sobrevivência e qualidade de vida. Porém, como Marx e Engels apud Antunes (2011, p. 119) “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz”. Esse entendimento é claro, ao trabalhar, melhor quanto mais trabalha, o trabalhador tende a enriquecer alguém, no caso, seu patrão.

No entanto, este princípio ao relacionarmos com o cotidiano da moradora de comunidades rurais, onde o trabalho também existe, vê-se que a sua relação não é tão diferente, pois algumas trabalhadoras dependem de um atravessador e de um comprador de suas mercadorias, que mesmo não buscando enriquecer seu patrão. Esse fator faz com que o custo final do produto seja elevado, mas as mulheres de Santa Clara se tratando das trabalhadoras participantes desta pesquisada a maioria vendem seus produtos na feira da cidade de Tefé.

Tem mulheres que vende para o atravessador⁵, esse comprador paga um preço baixo pela mercadoria e vende a um preço significativo, com intuito de obter seu lucro. O trabalhador, portanto, quanto mais produzir, mais lucro dará a seu patrão, no caso o atravessador e o comprador. E menos recursos e melhorias para sua sobrevivência e qualidade de vida disponível, seu tempo gasto, sua força física esgotada estão presentes nesse processo de trabalho.

Em agosto de 2019 foi inaugurada a feira municipal de Tefé, um prédio grande com espaço adequado para as trabalhadoras venderem seus produtos (Figuras 13 e 14).



⁵ Os atravessadores são comerciantes que compram os produtos dos agricultores por um preço mais baixo, mas não tem um local para guardar esses produtos e revendem o produto para outros compradores. Sendo uma prática comum na Ilha do Tarará.

Figura 13: Feira Municipal de Tefé.
Fonte: Santos, 2019.



Figura 14: Feira Municipal de Tefé.
Fonte: Santos, 2019.

A feira municipal localiza-se no centro de Tefé, foi projetada para ser um estabelecimento de comercialização de hortaliças, verduras, frutas, temperos, farinha e outros produtos alimentícios. O espaço abriga vários agricultores, produtores, que juntos, movimentam toneladas de alimentos diariamente em seus boxes. Além disso, os produtores e empreendedores tefeenses tem mais comodidade para expor e vender os seus produtos.

Os boxes da feira municipal de Tefé foram concedidos através de processo seletivo, as mulheres agricultoras e pescadoras de camarão ganharam concessão e têm uma mensalidade para ser paga a cada mês por essa concessão. Esse pagamento torna-se um entrave para as mulheres trabalhadoras por causa de ser considerado caro, uma vez que essas mulheres trabalham com pouco investimento, apenas para manterem a alimentação, o que inclui o transporte e raras vezes compram eletrodomésticos ou mobília para a sua casa.

Um ponto de vista crítico que também precisa ser levado em consideração, por exemplo, quando associamos a necessidade do trabalho, como sugere Antunes (2011) e fazemos um contraponto com as atividades laborais praticadas pelas mulheres que praticam

várias atividades, o que acaba exigindo uma dedicação diária. Mas que não deixam de colher e vender frutas que resistem à cheia ou as que seu cultivo é feito em pouco tempo como o mamão, maracujá e a banana.

Hoje os comunitários que trabalham no cultivo de hortaliças tem uma carrocinha motorizada que pode ser de uso dos produtores, porém, antigamente não era assim, tudo era carregado com muito esforço físico, e isso se acentuava bastante no período de seca do rio, quando as distâncias são maiores, a exposição ao sol é também maior. Além disso, quando o rio está em seu processo natural de vazante, a várzea torna-se uma vegetação que provoca muitos atoleiros, dificultando assim toda a logística, que embora simples, é bem mais difícil, devido essa sazonalidade.

Além destas atividades existem outras de coleta de produtos *in natura*, ao passar pelo processo de transformação, agrega-se valor, por exemplo, o açaí, vinho apreciado e conhecido em todo o Brasil e também no exterior pelo seu valor energético.

Numa das vindas à cidade de Tefé o Sr. J. S, presidente da comunidade entrou em contato com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e levou cursos de capacitação em hortaliças, esse curso contribuiu com o aperfeiçoamento das técnicas de plantio e colheita, desenvolvida pelas trabalhadoras da Ilha do Tarará. O SEBRAE disponibilizou o curso de artesanatos, mas as mulheres só quiseram fazer a capacitação em hortaliças. Foi também criada em 28 de janeiro de 2008, a Associação dos Produtores Rurais de Hortaliças de Santa Clara – APROHORTEC. Com a finalidade de melhorar os meios de comercialização dos produtos dos associados, e assim melhorar as condições de vida de suas famílias.

Nesta associação apenas um membro da família pode ser associado, sendo representados pelos maridos, chefes da família. Nenhuma das mulheres trabalhadoras é sócia da PROHORTEC. De maneira que mesmo que o trabalho da mulher seja importante para suprir as necessidades da família, este trabalho é ofuscado pela imagem do trabalho do homem.

Como argumenta Siliprandi (2015, p.15) “Persiste uma invisibilidade sobre as questões das mulheres, tal como ocorre na agricultura em geral. Sua participação não é valorizada, e as suas reivindicações acabam ocupando um lugar marginal”.

1.3 O TRABALHO DAS MULHERES NA PESCA DO CAMARÃO

O trabalho das mulheres da Ilha do Tarará na pesca do camarão é uma prática que se desenvolve há anos, durante o verão, entre os meses de julho a novembro. A relação da mulher com a pesca do camarão se tornou parte de uma cultura, onde os saberes associados aos diferentes tipos de pesca e técnicas de captura vêm contribuir para o desenvolvimento econômico, social e político da Ilha.

Para Góes (2008, p. 51) “a pesca é realizada pelos povos que habitam a região amazônica há tempos imemorial”. Nesse cenário, inclui-se a participação direta da mulher como praticante da pesca.

A Sra. M. M, moradora há anos da comunidade Santa Clara, disse como começou seu trabalho na pesca.

Desde muito pequena que eu pesco. Eu e minha parceira Sicilde. Nós iniciamos a pescar juntas em 2003, daí nos pescava no Icé, nós ia pro Janamã, agora tá com uns três anos atrás que nós encontramos uma pescaria num lago ai mesmo no Tarará, o nome do lago é Aratamã. Só que hoje em dia os lagos se acabaram, foram aterrados [...] conforme vai secando vai ficando baixo e ai os peixes, os camarões vão se chegando mesmo pro cano [...] daí lá no aratamã não tem muita perseguição, sou eu e mais duas mulheres que pescam lá [...] então a gente entra numa boca e fica escondido só pegando camarão [...] nós nascemos e nos criamos no Tarará, desde nova a gente pesca neste ramo de camarão, mesmo quando a gente ainda não era cadastrado em colônia, a gente já pescava, somos hoje da colônia Z 4 do Abial. Agora dia 22 de julho a gente completa quinze anos de cadastrada na colônia. (M. M. 57 anos, agricultora e pescadora).

Outro importante argumento da Sra. M. M, assim como a pescadora Sra. S. C é que mediante suas atividades pesqueiras conseguiram cadastrar-se na Colônia dos Pescadores Z-4, contudo a colônia reconhece somente a captura de pescado, e não a de camarão. Porém as mulheres também exercem a captura dos *peixes lisos* (bagres), que também proporcionam renda, ao serem comercializados nos flutuantes que os compram e que os exportam para países vizinhos, onde são transformados em alimentos industrializados (conservas).

Como se constata na fala da Sra. M:

[...] desde criança trabalhava com a pesca [...] eu trazia piranha, tucunaré, todo tipo de peixe, que eu pegava no anzol [...] quando eu casei parei, porque estava amamentando, não levava o filho para pescar, depois, me encontrei com uma prima que me perguntou - tu tá

pescando minha prima? Daí eu disse que não e desde 2003, agente começou a pescar, eu e ela não tínhamos mais filhos pequenos, fomos só pescar, e eu pesco aqui também no paraná, no meu sítio, eu pesco de espinhel, eu pego cada monstro surubim, de muito, até de oito quilos. Daí eu vendo ali no Abial, ali naqueles flutuantes. (M. M, 59 anos, pescadora e agricultora).

Suas participações na colônia de pescadores possibilita também o acesso a determinadas políticas sociais, como benefício do seguro defeso, que é uma compensação financeira para os pescadores para não praticar a pesca no período de reprodução de diferentes espécies que habitam nos rios por toda a extensão hidrográfica da Bacia Amazônica.

As mulheres praticam a pesca há longos anos nas adjacências da Ilha do Tarará. Assim como as demais espécies de peixe no rio Solimões, o camarão, crustáceo que também se adaptou a esta paisagem tem seu período próprio de piracema, ou seja, de reprodução do camarão. De acordo com a Sra. M. M. “No período de piracema os camarões estão se reproduzindo e ficam pulando. Tem que pegar eles porque senão morrem na água escaldante do rio Solimões”. E quando a seca é maior, maior também é a possibilidade de pescar mais camarão. Nesse sentido, a afirmativa de que existem diferentes ambientes e/ou lugares para a pesca do camarão de água doce nas adjacências geográfica da Ilha do Tarará são mencionadas da seguinte maneira pela Sra. S:

O local onde a gente pesca é grande às vezes eu vou de um lado e ela vai de outro [...] de uns três anos pra cá é só nós mesmo que estamos pescando lá [...] e quando ele (camarão) começa a dá, dá em todo aquele estirão né [...] a gente sempre pesca mais perto do que longe [...] lá no Aratamã, lá perto do Macari não é na beira do rio é dentro (lago e no cano). (S. C, 56 anos, agricultora e pescadora).

A *parceria* ou a participação de outras mulheres durante a pesca do camarão é um elemento relevante registrado nessa atividade na comunidade de Santa Clara, na Ilha do Tarará, costa de Tefé/AM. O local da pesca é extenso, porém, neste espaço existem pontos específicos em que o camarão é mais abundante, somente quem pesca há anos, identifica estes lugares, há também um grande estirão, isto é, uma extensão de margem, quase que reta, que se

limita ao Aratamã e o Macari, duas comunidades adjacentes que se localizam na Ilha do Tarará.

Trata-se de um lugar de difícil acesso, dentro de um lago e que somente a experiência e os seguidos anos de atividade envolvendo a pesca podem localizar com precisa estratégia o local onde a abundância do camarão de água doce está, e isso é determinante para o sucesso do trabalho das mulheres que se dedicam a pesca deste crustáceo amazônico.

É preciso lembrar também, que a pesca do camarão pelas mulheres da comunidade de Santa Clara existe há mais de 50 anos. E por ser uma atividade pesqueira artesanal não se tornou predatória, pois, todos os anos, as mulheres realizam a pesca em diferentes lugares, com quantidades diferentes de camarão, muito embora, essa produção pesqueira tenha sofrido com a irregularidade sazonal que também se acentuou bastante nas últimas décadas.

Por se tratar geologicamente de um rio ainda em formação do seu leito, a partir da existência de suas águas com grande quantidade de sedimentos, daí a coloração barrenta, o rio Solimões está em constante processo de mudança, surgem ilhas, desaparecem ilhas, surgem paranás e desaparecem paranás, uma dinâmica constante, esse posicionamento também é constatado na opinião da Sra. M, que observa tais mudanças há décadas:

Lagos em que a gente pescava quando a gente era adolescente, moça né já não existe mais, aterrou tudo, ai seca tudo, daí não dá mais camarão lá [...] às vezes nós vamos até a ilha do Rufino (longe) ai a gente vem baixando toda aquela costa até a gente achar (camarão) lá pertinho de Alvarães, perto da boca do rio Japurá. Os camarões adoram sair assim, daquelas enormes enseadas [...] a gente não tem um período de pesca certo é a água quem manda. (M. M, 59 anos, agricultora e pescadora).

Mesmo na adolescência a Sra. M. já se dedicava a pesca de camarão em alguns lugares, seja no rio Solimões, próximo ou mais distante. O trabalho na pesca não é recente como percebemos acima e o local de pesca nem sempre é próximo do local da moradia. Quando algumas mulheres se deslocam para pescar num lago chamado de Icé próximo à cidade de Alvarães. Esse deslocamento é de aproximadamente uma hora de canoa motorizada com motor tipo rabeta de 6 Hp's. É um percurso de subida do rio.

Durante a pesquisa de campo observa-se que a pesca do camarão fascina as mulheres da Ilha do Tarará, tendo em vista que tal atividade não é sempre desenvolvida próxima de suas casas, as mulheres precisam se deslocar para o rio ou lagos distantes da sua comunidade onde passam vários dias acampadas, como se constata nas (Figuras 15 e 16).



Figura 15: Acampamento de M. M.
Fonte: Santos, 2018.



Figura 16: Acampamento S. C.
Fonte: Santos, 2018.

As mulheres de Santa Clara, durante a pesca do camarão acampam no “Lago da boca do jacaré grande”, local muito distante da Ilha, neste caso, as mulheres precisam contratar um homem para as jornadas de trabalho, que exigem grande força física para carregar materiais de pesca e também temem o ataque de piratas, inclusive a Sra. M e a Sra. S, tiveram seus motores de 40 Hp’s roubados ano de 2017, causando grandes dificuldades para a realização da pesca em 2018, porque além dos materiais necessários para a captura como paneiro, canoa, e material de conservação do camarão como gelo, sal, também é preciso recurso para alimentação durante o acampamento de pesca, que às vezes levam dias, tiveram que comprar um novo motor.

A pesca de camarão é uma atividade sazonal, ou seja, tem um período de tempo preestabelecido a partir do verão amazônico, quando o rio seca, e quando os camarões procuram as margens e ficando envolvidos pela vegetação. Porém, durante o ano, é preciso em paralelo se envolver com outras atividades, que podem gerar renda e qualidade de vida, nesse sentido, a Sra. M. destaca:

Além da pesca eu faço outras atividades, mas não mais com as minhas forças sabe, quando eu pego um dinheirinho, eu pago uma pessoa, ela me ajuda, nós roça, nós planta, banana, macaxeira, nós temos açai, muita goiaba, muito caju, aí nós tem o nosso sítio né. Só que, pro sítio se manter ativo, nós temos que fazer a manutenção né. Eu inteirei em 2018, 57 anos de idade. Já era pra eu está aposentada, mas não vou parar de pescar, mesmo depois de aposentada, as coisas é difícil, às vezes se você não tiver uns cem reais, você não vai, é porque você precisa comprar a gasolina, farinha, por mais que você vai pescar, mas no primeiro dia você tem que levar uma comida. Daí tem que ter o café e a bolacha. Quando nós vamos pescar, a gente leva desde o remédio, a gente nunca sabe né. (M. M. 57 anos, agricultora e pescadora).

Um dos fatores que dificulta o trabalho das mulheres é a idade, quando as forças para o trabalho já não são as mesmas de quando mais novas. Como as pescadoras de camarão possuem conhecimentos adquiridos e experimentados por gerações, e conhecem as especificidades que permeiam a atividade da pesca e seu território, conhecem cada furo. E também sabem se locomover remando ou nos motores Hp,s. Se tornam sabias pescadoras de camarão, chamado, segundo elas de camarão de água doce. As mulheres adquirem a experiência para saber onde tem e onde não tem camarão, seja subindo ou descendo o rio, esta

também sabe que o camarão de água doce é típico de águas barrentas, isto é, não habita em águas escurecidas.

Percebe-se os conhecimentos no trabalho da pesca do camarão, como comenta a Sra.

N:

Quando agente chega no lago e a água tá branquinha, os camarões ficam perto do capim e em cima do capim, muitos já estão mortos, a água esquentada e mata eles, aqui na comunidade não dá muito camarão porque também não tem capinzal, por isso, vamos pra outros lagos como o Remo e pro Jacaré grande. O melhor horário de pescar é pela manhã. (N. O, 92 anos, agricultora e pescadora).

Os conhecimentos que as mulheres possuem em relação as suas atividades durante a pesca do camarão, fazem com que a pesca seja produtiva, mas na comunidade não tem lagos com capim para reprodução do camarão, motivo que dificulta para a Sra. N, ter que percorrer longas horas de distancias pela Ilha para capturar o camarão.

Nas atividades durante a pesca, fazem a “pesca de paneiro”, esse tipo de pesca, o paneiro é fincado em fileiras, na distância de um metro para o outro, nas margens dos rios com o auxílio de varas, onde são utilizadas iscas feitas de mandioca mole, desta maneira o camarão atraído pelo cheiro da isca, pula dentro do paneiro para se alimentar e fica preso e os camarões filhotes saem pelos furos do paneiro, evitando que camarões pequenos permaneçam e fiquem presos no paneiro.

Segundo os esclarecimentos de Rapozo (2009, p. 10) “o mundo do trabalho rural na Amazônia brasileira é caracterizado por diversos elementos sociais que mediatizam o uso dos recursos naturais”. A pesca do camarão é uma atividade praticada pelas mulheres da Ilha, que se configura em um processo de trabalho, gerando economia para o município de Tefé. Cabe-nos destacar a diversidade de ambientes territorializados no processo de captura do pescado e, em particular, do camarão.

As mulheres também praticam a pesca no *Cano*, o cano é um lago que se forma, cercado de areia dos lados, os camarões ficam presos nos canos, dificultando sua saída.

Existe também a pesca da *Tipuca*, realizada por alguns homens da comunidade, neste tipo de pesca as mulheres não participam porque exige força física e é realizada a noite e seus perigos, como cobras e jacarés, além da grande quantidade de carapanã entre outros insetos

que causam mordeduras e coceira na pele e da velocidade e força para correr nas canoas. De maneira que duas canoas seguem juntas, lado a lado, os homens remam numa velocidade máxima, com uma lanterna dentro da canoa e o camarão é atraído pela luminosidade e vão pulando dentro da canoa, neste tipo de pesca, captura-se camarão pequeno e grande.

A pesca do *paneiro* é mais leve, e da *tipuca* mais pesada e arriscada, por isso é realizada pelos homens, tendo em vista que o seu horário também é noturno. Segundo o Sra. S. C, a técnica da *tipuca* é muito eficiente, ou seja, a quantidade de camarão que se pode pescar é em menor tempo com a eficiência da grande quantidade. A técnica do *paneiro* utilizada pelas mulheres, além de ser menos arriscada, sob o ponto de vista ambiental é a mais indicada para a preservação da espécie.

Essa preservação é porque os camarões menores (*filhotes*) podem ser excluídos, melhor, podem sair, através do tecido do *paneiro*. Na *tipuca* não, vem tudo, grande, pequeno, às vezes peixes, cobras, etc. A *tipuca* em poucas horas, nos mostra o seguinte resultado:

Olha onde tem mesmo camarão, você em uma hora enche uma canoa (porão) de 04 metros, agora é pesado para uma mulher [...] tem hora que você tem que entrar no capim (charco) tem capim que é mole, mais tem capim que é duro [...] camarão gosta do capim, então ali você vai ter que fazer força para passar porque quanto mais velocidade é melhor para o camarão vir para a luz, ele gosta da luz [...] remando com velocidade por isso que a gente não pratica essa pesca [...] nós vamos no *paneiro* durante o dia. (Sra. S. C. 56 anos, agricultora e pescadora).

Essas mulheres utilizam o *paneiros* (Figura 17) nas suas atividades da pesca, por esse motivo as mulheres nomeiam de “pesca do *paneiro*”. Quando utilizam o *rapixé*, como se fosse um saco grande de coar café, feito de linha de malhadeira. Assim as mulheres nomeiam de “pesca com *rapixé*”.



Figura 16: paneiro.
Fonte: Santos, 2018.

As mulheres praticam a pesca do paneiro diferenciada, ao contrário da pesca predatória feita com veneno ou por rede de pesca, onde se captura camarão de todos os tamanhos. Percebe-se que as pescadoras de camarão, praticam uma pesca pautada numa perspectiva racional e sustentável dos recursos dada a capacidade de exploração e reprodutibilidade dos mesmos, retirando dos lagos e rio apenas o camarão maior, deixando os pequenos. Estes saberes e fazeres na pesca do camarão faz parte da identidade das pescadoras da Ilha. Está atrelada a experiência de vivência no trabalho da pesca que durante anos vem se aperfeiçoando e caracterizando seu modo de vida.

A construção da identidade é de acordo com Butler (2003) uma questão pessoal, e as características internas são relevantes sim, porém, existem outros fatores, por exemplo, externos, que são constituídos a partir do acúmulo de experiências, algo que se constrói por anos. De acordo com a Sra. M. M, quando alguém pergunta seu nome, ela responde “Sou a M, pescadora de camarão”. Isso porque ela se identifica como pescadora de camarão, diz que “ama seu trabalho e que é a coisa mais fácil de fazer”, o dinheiro é certo para M.

Então, a identidade da mulher pescadora de camarão está sendo construída. Porém, se afirmar como pescadora de camarão é uma questão que deve partir com o tempo. Para

Woodward (2000, p. 9) “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”. Por exemplo, se uma mulher utiliza apetrechos e/ou instrumentos de pesca, de imediato sua identidade será de mulher pescadora, assim, a identidade tem uma dinâmica constante entre o que eu sou e o que eu faço.

Quanto ao preparo para a venda do camarão, de início, passa por uma acirrada preparação, é lavado (Figura18) quanto ao cozimento em água e sal, o camarão é fervido e escorrido processo este artesanal, realizado pelas próprias pescadoras.



Figura 18: M, camarão cru, processo de limpeza.

Fonte: Santos, 2018.

A imagem a seguir indica que além de pescar as mulheres também se dedicam a vender (Figura 19) o camarão na feira municipal localizada na sede do município de Tefé, aos fins de semana, dessa forma, pescam, fazem a salga, deslocam-se para cidade, e vendem a produção eliminando assim, os possíveis atravessadores, que tornariam o camarão mais caro para o consumidor final.



Figura 19: Dona M. M., na comercialização do camarão.
Fonte: Santos, 2018.

Na feira cada mulher vende seu produto da forma que melhor lhe convém, sendo que no ano de 2018, o litro do camarão custou em média (R\$ 10,00) dez reais. Ao capturar o camarão, a venda está garantida, porque esse crustáceo é muito procurado na cidade e serve para vários pratos, como o vatapá, tacacá, arroz paraense, para salgados, dentre outros. Além disso, é preciso investir em insumos (sal) para a conservação do crustáceo e para torná-lo rentável e gelo para conservar. A mulher pescadora precisa conduzir sua produção até o ponto de venda mais próximo, ou seja, o mercado municipal da cidade de Tefé, que fica distante da sua comunidade. Então existe todo um processo que não se encerra com a pesca em si.

A pesca do camarão e de outras espécies de peixes amazônicos pode ser classificada, na comunidade de Santa Clara como uma atividade familiar. Dessa forma argumenta Rapozo (2011, p. 2) “o crescimento do mercado de trabalho da pesca comercial no Estado do Amazonas incorporou massivamente à participação de grande parte das comunidades rurais ribeirinhas dos municípios onde ocorre maior grau de comercialização do pescado”.

Trata-se de um trabalho, de uma herança cultural de séculos, uma relação harmoniosa entre os ribeirinhos e o rio. As crianças desde a tenra idade mantêm contato com o rio, e essa

mesma característica se aplica as suas mães, avós, enfim, todas as gerações que possam ser identificadas, fato este que é afirmado e confirmado nas palavras de Góes (2008).

De acordo com Silva (2006, p. 4), a discussão em torno do trabalho executado por mulheres na Amazônia ainda se constitui em um paradigma que precisa ser superado: “o trabalho das mulheres amazônidas foram por muito tempo deixado de lado pelos debates antropológicos e demais ciências sociais”. Verifica-se que as ciências humanas sob o ponto de partida da Antropologia, agora que está se dedicando a este tema, focando especificamente no trabalho desenvolvido pelas mulheres na região amazônica, dentre as quais, as mulheres que se dedicam a atividade pesqueira como forma de adquirir recursos financeiros (renda) e assim, ser a protagonista no processo do trabalho e na sobrevivência de suas famílias.

1.4 IDENTIDADE DA MULHER: EU PESCO, EU SOU PESCADORA

A escolha deste subtítulo acima é o que define grande parte desta investigação científica, pois, o auto reconhecimento das mulheres como pescadoras faz parte do contexto amazônico.

E esse fato, faz com que se possa refletir sobre a identidade da mulher que é carregada de múltiplas faces frente ao trabalho rural, sobretudo no que se diz respeito, as combinações de atividades que essas mulheres ribeirinhas pescadoras realizam caracterizando um modo de vida particular e coletivo.

Os relatos aqui apresentados demonstrará a importância de refletirmos sobre a construção dessas identidades ora como um aspecto também de resistência frente ao modo de produção capitalista na contemporaneidade, ora como uma discursão para garantir o acesso às políticas para populações tradicionais, indígenas e não indígenas na Amazônia levando em conta às características socioambientais e econômicas de grupo social.

Quem são as pescadoras de camarão da Ilha da Tarará, município de Tefé no Amazonas?

A Sra. M. M, (Figura 20) nasceu em 1961 na Ilha do Tarará. É pescadora e agricultora.



Figura 20- M. M.
Fonte: Santos, 2019.

A história de vida de M. M, 59 anos de idade reflete capítulos importantes e marcantes de sua vida e o lugar que a mulher ocupa no trabalho da pesca do camarão e também na agricultura. Para Spivak (2010), a história de vida precisa está relacionada com o lugar, no caso, ocupado pelas mulheres, lugar onde fala, levando em conta o contexto social, econômico e também cultural.

Segundo Thompson (1992, p. 208) “A maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos”. Esses sentimentos que a pessoa manifesta durante as lembranças de sua vida no passado está atrelada a sua identidade. A Sra. M. recorda que:

Eu não tive tempo de brincar como hoje em dia fazem as crianças, eu nunca tive uma boneca. Desde que me vem à memória é o trabalho, porque desde cinco anos de idade que eu trabalho na pesca e na roça. Eu fui a primogênita de onze irmãos e naquela época meu pai saia pra trabalhar, lá pro alto Juruá na borracha e nos deixava com pouca comida e quando a comida acabava, eu ia pescar com minha tia Nair. A minha mãe não gostava de pescar e minha tia gostava. Então aprendi a pescar com minha tia. (M.M, 59 anos).

Inicialmente, a Sra. M. volta sua análise para o período de sua infância-juventude, onde convivia sob a responsabilidade do seu pai e da sua mãe. Segundo ela:

Meu pai, E. trabalhou muito tempo no corte da seringa no alto Juruá, depois voltou para Ilha do Tarará para plantar malva, tabaco, milho, macaxeira, jerimum. Veio trabalhar na roça e também na pesca, vendia também couro de jacaré e pirarucu e também criava bois. Minha mãe também trabalhava com meu pai, sempre lado a lado. Eu trabalhava com meus pais e quando visitava minha tia N. ficava observando ela fazendo os paneiros para a pesca do camarão, onde tirava o cipó, como tecia as talas. E quando chegava em casa já ia fazendo meu paneiro. Eu aprendi a pescar o camarão com minha tia N. Ela foi a primeira pescadora de camarão da ilha. (M.M, 59 anos).

Nas recordações da Sra. M. se fundamentam principalmente quanto ao uso da terra no cultivo de diferentes culturas, todas voltadas para o sustento de sua família. Seu pai, Sr. E, era um agricultor, que anteriormente tinha se dedicado a outras atividades, sendo esta extrativista, seringueiro, em um dos muitos seringais que na época se localizam entre os diferentes rios da região. Vê-se também que a atividades de caça de jacaré ou de pesca do pirarucu não eram proibidas, e que hoje, ambas encontram-se sob fiscalização constante dos órgãos ambientais.

Outro momento, a Sra. M, começa a se lembrar, da época em que os desafios de sua juventude eram complexos:

Quando eu ia pra aula, naquele tempo era o MOBREAL que funcionava. Eu morava no Tarará de baixo, e estudava no Tarará de cima e ainda tinha o Tarará de meio, a Ilha era dividida assim. Eu ia e voltava remando durante três longas horas de viagem, que parecia uma eternidade, porque sentia tanta fome. Na escola não tinha merenda naquele tempo. Quando Chegava em casa não lembrava nem do que a professora tinha passado, não lembrava mais os conteúdos. Eu acho que era devido a essa dificuldade da fome e da distancia. Eu já tinha 15 anos e estava na 3ª Série. E a farda da gente se sujasse apanhava, porque a roupa era para usar a semana toda sem lavar. E quando estava tudo seco e chovia, ficava tudo melado e eu e meus irmãos tínhamos medo de sujar a roupa, mas não tinha jeito. Ao todo eramos onze irmãos, dez mulheres e um homem e se sujasse a roupa não ia ter sabão pra lavar porque eram muitas fardas. Era um tempo onde tudo era difícil. E depois não quis mais estudar, aí parei de vez na 3ª série mesmo e continuei só no trabalho. Uma vez minha mãe trocou uma vaca por uma máquina de costura, éramos muitos em casa e minha mãe queria fazer nossas roupas. Naquela época, meu pai trabalhava com dinheiro do banco na plantação de juta, (malva), eram duas ou três quadras de malva nas beiras dos lagos e na colheita eu e minhas irmãs ficamos dentro da água cortando malva e o dinheiro da colheita só dava pra pagar o banco. Vendíamos a juta para seu Z. G, Sr. I. (M. M, 59 anos).

Sobre o poder do dinheiro que alguns tinham em relação à compra da juta, que na época era bastante comercializada no município de Tefé. Ao analisar o que a Sra. M. destaca, vemos claramente que não era nada fácil há algumas décadas na comunidade que hoje se chama Santa Clara. Somente os mais endinheirados, que também eram os comerciantes chamados de regatões⁶, em seus barcos, com mercadorias de todos os tipos, passaram a explorar os ribeirinhos, dentre os quais a família da Sra. M, ao ponto de trocar uma vaca por uma máquina de costura, que por sinal, era manual, tendo em vista que energia elétrica era um serviço restrito a cidade de Tefé.

A Sra. M. narra ainda sobre o período em que se casou e diz:

Eu casei em 1977 aos 16 anos, e tive cinco filhos, meu primeiro filho tive aos 18 anos e o último filho aos 28 anos. Quando me casei melhorou cem por cento, sempre trabalhei, mas era um trabalho pesado, agente saia de madrugada pra roça, depois parava pra estudar e quando chegava já ia pescar. Era muito cansativo porque eu nunca tinha descanso. Meu pai não tinha filho homem pra ajudar e eu como a mais velha que pegava a carga. Eu continuei a trabalhar quando casei, mas a carga foi mais leve. Meu marido nunca pescou só plantava: tabaco, verduras e roça e criação de pequenos animais que até hoje temos, patos, galinhas. (M.M, 59 anos).

A experiência de vida da Sra. M. aglutinou diversos trabalhos na pesca, no cultivo de hortaliças e frutas, na criação de aves (Figura 21) entre outras atividades.

⁶ Fraxe (2000, p.151) diz que: O regatão é um agente intermediário que [...] se desloca aos locais de produção, principalmente na época de colheita, com o objetivo de vender mercadorias, produtos de uso doméstico e pessoal, em troca de produtos de extração florestal e/ou animal.



Figura 21: Criação de aves.
Fonte: Santos, 2019.

O trabalho sempre esteve à frente do meu dia a dia e continuei trabalhando em atividades voltadas para a agricultura. Na época, o comércio de venda de tabaco era razoavelmente bom na cidade de Tefé. Além disso, vendia verduras na feira do produtor, ao lado do mercado municipal, sendo que nos fins de semana o movimento era bem maior, fazia a farinha para uso, e somente se a produção fosse além, ou seja, ‘boa’, agente vendia o excedente, e comprava outros alimentos para casa: café, açúcar. Nenhuma das minhas filhas gosta de pescar e eu nunca incentivei com medo dos perigos dos rios (temporal, ferrada de arraia, mandií). Eu me preocupo com meus filhos, pois, a margem do rio expõe diferentes perigos, quando chove, por exemplo, o vento produz ondas, e com a agitação das águas, o risco de deslizamento de terra se torna evidente. Arraia quase sempre fica a margem, e quando a pessoa inexperiente, no caso, a criança, coloca seu pé na água a arraia acaba realizando o movimento em que o ferrão atinge um dos membros inferiores da vítima. O mandií é um dos peixes lisos pequenos encontrados com abundancia em todo o Solimões, ao fisgar, este peixe se debate, e por possuir dois ferrões poderosos, vez por outra atinge a pessoa que o pesca. (M.M, 59 anos).

Toda essa situação de risco narrada pela Sra. M. acontece nos dias atuais, e a precaução ainda é a melhor maneira de combater estes possíveis problemas e salienta que:

Depois que meus filhos cresceram me dediquei mais ainda à pesca do camarão. Eu pesco em parceria com minha prima, faço meus próprios

paneiros, e desde criança já aprendi identificar o melhor horário para a pesca do camarão que é pela manhã ou no final da tarde nos locais onde tem garças voando ou bicando é ali que o camarão está. Onde tem capim, a pescadora sabe, ela conhece onde dá e onde não dá camarão. (M. M, 59 anos)

Os saberes que a Sra. M. (Figura 22) foi construindo é fruto de suas observações e experiências foram repassadas de uma geração para a outra por meio da oralidade, fazendo parte da cultura e do modo de vida da comunidade, se configurando na identidade da mulher pescadora.



Figura 22: M. na pesca do camarão.
Fonte: Santos, 2019.

Nas falas destacadas nas entrevistas, verificamos que o trabalho na pesca do camarão é positivo gerando um aumento na renda familiar. Trazendo também melhorias na qualidade de vida da família. Segundo a Sra. M:

Com o trabalho na pesca do camarão nossa vida melhorou, já ganhei muito dinheiro no camarão, é um dinheiro fácil. É só colocar o paneiro que eles entram, teve uns anos que sozinha pegava cem (100) litros de camarão. Comprei um motor para transportar as hortaliças e frutas do sítio para a cidade. Neste ano de 2019 a pesca foi boa, mas cada ida aos lagos pegava em torno de vinte (20) litros e já estava encomendado. Em junho saiu minha aposentadoria, já estou recebendo meus primeiros salários de aposentada

como pescadora. Mas não parei de pescar, vou continuar pescando até quando tiver forças. (M. M, 59 anos).

A Sra. M. diz “eu me identifico como ribeirinha e pescadora de camarão. Pescar é o trabalho mais prazeroso pra mim”. A pesca, não é uma atividade que se possa dizer fácil, simples, requer conhecimentos específicos, além do material adequado. Mas, para analisar o trabalho da mulher na pesca e em outras atividades, faz-se necessário, um parêntese para a compreensão de que se trata de uma construção política da identidade da mulher pescadora. A mulher adquiriu além da função de dona de casa e mãe, o direito ao trabalho, esse trabalho, pode ser em qualquer atividade, desde que a mulher se sinta apta a realizá-lo.

Daí referenda-se a ideia de Woodward (2000, p. 10) “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. O simbolismo é segundo o autor, o que define a importância e o social é quando esta importância se transfere ou se transforma em prática cotidiana, quando se rompe paradigmas. Atualmente na Ilha não existe predominância quanto ao trabalho de mulher ou de homem. E sim uma sociedade que busca por iguais direitos e deveres, essa característica também ingressou no âmbito das outras comunidades tradicionais, onde as mulheres exercem diferentes trabalhos, dentre os quais a pesca.

Segundo a Sra. M. foi da pesca que veio parte do dinheiro para comprar uma casa em Tefé e montar um pequeno comercio para venda dos produtos de seu trabalho. Para Paulilo (2008, p. 181) “o trabalho da mulher, que se propõe a pescar, também é agricultora, mãe, dona de casa, enfim, exerce diferentes funções em um contexto social que requer sua participação, pois, também se tornou ao lado do marido, mantenedora das despesas”, trabalho que conquistou sua independência financeira.

Por outro lado, como argumenta Munanga (2014, p. 35) “Em vez de opor igualdade e diferença, é preciso combiná-las para poder construir a democracia”. Isso quer dizer que na prática, vivemos um período onde as igualdades de direitos e de deveres, é fruto da democratização que ainda está se construindo rumo ao reconhecimento aos diversos grupos culturais.

O desafio que está à frente do processo de construção da identidade da mulher que pratica a pesca como atividade geradora de renda, e que reside em comunidades amazônicas, é a sua afirmação, ou seja, a maneira como ela se declara em público, esse aspecto precisa ser trabalhado, pois, a pesca ainda se mantém como uma atividade masculinizada, porém, isso

não é verdade, as mulheres evoluíram muito, tanto no sentido da identidade quanto da autonomia social, cultural e econômica.

CAPÍTULO II: RIO, LAGO, CANO: TERRITORILIDADES E O TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DA ILHA DO TARARÁ.

Para compreendermos as relações humanas devemos analisar como estes se apropriam do espaço e, neste caso como ocorrem os processos de apropriação dos territórios de pesca no lugar da pesquisa. Cabe-nos destacar que estes espaços apresentam diversas particularidades que necessitam de uma reflexão considerando, por exemplo, o território e a territorialidade, assim como a maneira como estas interações ocorrem dado o seu uso comum, ou fragmentado de acordo com a delimitação construída pelos sujeitos envolvidos na constituição de um território.

É importante frisar que o território e a territorialidade são construídos segundo as relações humanas estabelecidas pelas necessidades de sobrevivência, portanto o território é considerado um espaço onde um grupo social encontra-se distribuído, esta distribuição é importante para caracterizar a comunidade. Assim, para Raffestin (1993) o território implica noção de limite e as relações que cada grupo mantém sua porção do espaço.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como e em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém como uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. [...] isso nos conduz a considerar os limites não somente do ponto de vista linear, mas também do ponto de vista zonal. [...] muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é necessariamente sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. É suficiente dizer que as tessituras se superpõem se cortam e se recortam sem cessar. (RAFFESTIN, 1993, p.153,154).

Prosseguindo com a análise, Raffestin (1993) afirma que o território é uma criação social, histórica e cultural. Envolve identidades culturais e territoriais, como influência sobre determinados povos e populações e porções do espaço. Essas relações sociais influenciam para a criação do território e se materializam ainda com a produção das territorialidades.

Para Saquet e Sposito (2008), territorialidade tem a seguinte conotação:

A produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos. A histórica ecológica das relações homem-meio poderia demonstrar que é a territorialidade do homem a responsável por cada estágio de mudanças através da produção do território. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 26).

Territorialidade é o resultado das transformações que ocorrem no espaço quer seja biologicamente ou humanamente, a territorialidade é um processo em constante formação, isto é, produção e reprodução do território. Territorialidade são formações concretas e também abstratas do território (SAQUET; SPOSITO, 2008). Outro aspecto singular é que a territorialidade é o resultado da imaginação do que o ser humano pode contemplar, por isso, há complexidade para definir o conceito de território. Assim, a territorialidade aparece como condição que faz parte de um território, são limitações criadas por quem ocupa o território, são limites estrategicamente identificados na configuração paisagística. (FERREIRA, 2001).

Nos próprios arquivos e registros no IBGE – Agência Tefé, encontra-se grande dificuldade para definir onde começa ou termina cada comunidade da Ilha do Tarará, pois as comunidades são próximas umas das outras e possuem poucas casas e famílias. Mas, por outro lado, o fato da Ilha do Tarará possuir várias comunidades pode ser explicado pela busca do poder e autonomia das famílias que vão se formando em laços matrimoniais e por questão de pertencimento essas novas famílias constituídas se estabelecem na própria ilha, e às vezes, escolhem localidades específicas para plantações e moradias que podem surgir novas comunidades, sendo assim, pode-se observar o aumento das famílias e moradias, mas o que prevalece nas relações entre as comunidades é a relação de grau de parentesco, e esses valores são repassados de geração para geração.

Sobre a questão de herança, podemos observar na fala da Sra. M. O, 78 anos, diz que depois que o ancião patriarca da família faleceu “Aqui era somente um sítio e depois que meu pai morreu a parte que era dele foi dividida para as filhas, uma das minhas irmãs fundou a comunidade de Santa Cruz, lá na parte dela”. O sítio que possuía um único nome foi dividido entre as irmãs, que mais tarde foram criadas duas comunidades distintas, na qual, cada uma delas possui uma organização comunitária (associação).

A Sra. M. O, ainda afirma que a EMATER a partir dos anos 80 contribuiu para a organização, pois os financiamentos só deveriam ser liberados se as pessoas tivessem organizados em associações comunitárias.

Em se tratando dos territórios de pescadores, no caso específico, de pescadoras de camarão, residentes na Ilha do Tarará. A territorialização se torna materializada quando se percebe a delimitação de seu território a partir da apropriação e uso onde as pescadoras são capazes de delimitar essas áreas de pescas.

O processo de território e territorialidade da pesca do camarão é influenciado pelo fenômeno natural conhecido como terras caídas (Figura 23 e 24), pois o território se trata de uma grande ilha no médio Solimões.



Figura 23: Terras caídas.
Fonte: Santos, 2018.



Figura 24: Terras caídas.
Fonte: Santos, 2018.

A apropriação e uso da terra, no caso da várzea, de acordo com Cruz (2007) pode ser individual ou familiar que trata a terra de uma forma particular, contudo, a preocupação principal é com o fenômeno das terras caídas, pois, a várzea, por estar localizada a margem do rio, é ambiente vulnerável e, quando de fato este fenômeno ocorre, pode gerar prejuízos, comprometendo a agricultura familiar, por exemplo. Neste sentido, o morador da comunidade, também atua de forma a prevenir este impacto natural quando deixa a terra em ‘descanso’ por um determinado período, onde a sua vegetação é recomposta.

A ilha está banhada pelo rio Solimões e esse rio está em formação. As terras caídas ou terras soltas são fenômenos que afetam diretamente as margens dos rios e também a ilha e acabam desmoronando, devido à ação pluviométrica, tendo em vista que as chuvas ocorrem em algum momento na região Amazônica. As pancadas de chuva deslocam a vegetação da margem para o leito do rio, este fenômeno natural deposita no próprio rio grande quantidade de sedimentos, que por sua vez, influenciam diretamente na coloração da água, fazendo-a adquirir a tonalidade barrenta. Como salienta a Sra. N:

As terras por aqui já caíram muito e tudo está mudado de como era antigamente. Aqui na Ilha as terras eram fartas, tinha muito peixe, muita tartaruga que na seca, agente escolhia qual queria comer. Passava muito camarão que ninguém dava conta, morriam aos montes, escaldados na água quente dos lagos que fazia nojo. Hoje não se vê mais tanta fartura. Já foram aterrados muitos lagos, pelas terras que ficam caindo. (N. O, 92 anos, agricultora e pescadora).

As comunidades da Ilha do Tarará vem ao longo dos anos perdendo suas terras e isto não é algo bom, segundo seus moradores, porque diminuiu área de terra, delimitando as trabalhadoras na agricultura a produzir menos hortaliças, enfraquecendo o trabalho da mulher que antes tinha uma porção de terra maior para o trabalho com grandes canteiros e roçados, plantios de frutas e criação de aves e animais e procuram outras áreas para realizar suas atividades.

Além disso, a ilha encontra-se em uma área de várzea e possui algumas particularidades em relação ao solo, influência direta do período de maior pluviosidade, assim como o processo da dinâmica dos rios, enchentes, vazantes, erosão, transporte e deposição de sedimentos.

O ecossistema de várzea não é homogêneo, apresenta variações na sua formação. A terminologia para referir essas variações difere de autor para autor. Segundo Alencar (2002),

várzea é um ecossistema que se localiza próximo ao rio ou lago, é resultante da maior deposição de sedimentos. Nessas áreas de várzea o ribeirão encontra uma terra fértil para plantar e também encontra grandes variedades de peixes nos lagos que ficam as suas voltas. Uma facilidade para a mulher pescar o camarão no período da seca e dificuldades na época de cheia, pois não se tem a terra para cultivar as hortaliças.

Na comunidade de Santa Clara (Figura 25) na época da cheia as águas inundam os quintais e as casas.



Figura 25: Casas da comunidade na cheia.
Fonte: Santos, 2018



Figura 26: Casa da comunidade na cheia.
Fonte: Santos, 2018.

No caso das mulheres as responsabilidades e cuidados com a família redobram com a enchente, isso porque, as casas, passam a receber ‘visitas’ de animais peçonhentos ou carnívoros, como o jacaré. As mulheres tornam-se vigilantes sempre atentas a esta necessidade que se forma na cheia do rio. Como podemos observar no registro pessoal do senhor A. S, que é sobrinho da senhora M. O, e se preocupa em documentar e registrar os acontecimentos em uma página de caderno estudantil e guarda em uma pasta de arquivo.

Na figura abaixo se encontram importantes relatos diários, principalmente sobre o registro das enchentes e impactos causados na vida dos moradores (Figura 27) da Ilha do Tarará.

Fatos acontecidos
 NA grande enchente
 ANO 2009
 por volta de uma hora
 no mangalá dia 30 Abril
 para I- mais, uma Sucuri
 Aproximadamente 05 metros
 visitou o Galinheiro das Galinhas
 DA tia maticá
 pois aconteceu um fato sinistro
 pois a serpente engoliu 07 Galinhas
 pois esse animal praticou por lei
 mais no momento o ISADUE NÃO
 pensou na lei deu vários Golpe
 de terçado no animal
 Tarará 30/04/2009

Figura 27: Manuscrito sobre a enchente.
 Fonte: Santos, 2009.

De acordo com esses manuscritos sobre as enchentes que atingem a Ilha do Tarará, em 2009 foi uma grande cheia, segundo os moradores foi a maior dos últimos cem anos, já registrada. Para os moradores não abandonarem suas moradias, foi preciso levantar o assoalho das casas bem próximo ao telhado, ao ponto de, passarem todo período das cheias andando agachados, se arrastando como criança para poder se locomover dentro de casa.

Ainda sobre as enchentes seu A. destaca:

Houve uma grande enchente em 1953 na qual a água subiu 29 metros e 69 centímetros, depois foram em 1976, 1982, 1993, 1999, 2015. Em 2009 de março para abril a água subiu 29 metros e 77 centímetros. No dia 16 de junho de 2009 foi detectada a parada do rio. No dia 07 de outubro de 2010 por volta das 19 horas observei um movimento de peixe organizado, pois nesta noite a água estava bastante quente, ao amanhecer o dia 08 de outubro, vi muitos peixes mortos descendo rio a baixo, morreram botos até um peixe boi foi encontrado morto. (Manuscritos de A. S, 2011).

Esse processo natural sazonal das águas faz parte do modo de vida das comunidades ribeirinhas. As crianças (Figura 28) aprendem desde cedo à arte da navegação, principalmente em manobrar canoas, isso faz com que elas se tornem excelentes navegadoras. Essa socialização influenciará diretamente na permanência no território, sendo que aprenderá também os locais, métodos e técnicas de pesca.



Figura 28: Período de enchente na ilha.
Fonte: Acervo pessoal de S, 2010.

As mulheres da comunidade Santa Clara que possuem casas em Tefé, nesse período de enchente algumas vão para suas casas na cidade, mas outras preferem ficar na própria comunidade e enfrentar a enchente por causa do trabalho que não pode parar. O rio e o lago tem importante papel, já que é responsável pelas alterações sazonais que se caracterizam pela subida e descida do nível das águas, fenômeno referido como inverno e verão, respectivamente, e de acordo com Silva (2006):

A floresta de várzea amazônica tem uma vegetação, na maioria dos casos constituída por capoeiras ou plantas de pequeno porte, estão sempre próximas das margens dos rios, igarapés, olhos d'água e represas. O nome mata ciliar, pode ter sido atribuído a alusão aos cílios que protegem os olhos, ou seja, tem a função de proteção, sua principal função é assegurar a

presença de plantas, animais e principalmente, da água nos locais onde, naturalmente, deveriam ocorrer durante o ano todo. (SILVA, 2006, p.10).

A várzea do médio Solimões apresenta terras de formação instáveis, sujeitas a modificações constantes com a ocorrência da terra que desmoronam e formação de praias e ilhas. Porém é na floresta de várzea que o ribeirinho encontra o território que se adequa a sua sustentabilidade, e principalmente é da várzea que este mesmo ribeirinho mantém o contato direto com o rio, por onde circula praticando a pesca, dentre as quais do camarão.

A Sra M. diz que:

Nossa comunidade era uma área muito grande, o rio que passa aqui era estreito. Agente costumava ao final da tarde colocar uma cadeira em frente à comunidade e conversar com os vizinhos da comunidade que fica na outra margem do rio, mas agora nem se gritar eles ouvem de tanto que a terra por aqui já caiu. Porque já viemos nos afastando muito, trazendo nossas casas pra longe do barranco. Hoje ninguém tira o capim de frente da comunidade pra evitar que o barranco desmorone mais ainda. As chuvas tem modificado nossa terra, não deixa também de modificar nossa vida, nosso trabalho a cada ano, porque alguns lagos de perto foram aterrados. Diminuindo os recursos que tínhamos da natureza, peixes como o bodó, por exemplo, não se tem por perto. (M. O, 78 anos, agricultora e pescadora).

Os lagos por sua vez influenciam o modo de vida das mulheres de Santa Clara. A ilha todos os anos vai se modificando e essa mudança natural, dificulta a vida dos habitantes da ilha que cada ano fica com menos terras para fazerem suas roças, para o plantio de frutas e hortaliças, para criarem seus animais. Esse processo, descrito por Pereira (2007), são formações grandiosas com dimensões consideráveis principalmente no período de elevação das águas entre os meses de dezembro a maio. Porém, quando se inicia a estiagem os lagos da Ilha secam. (Figura 29).



Figura 29: Boca do lago da ilha.
Fonte: Santos, 2019.

As riquezas são encontradas com maior intensidade nos lagos de várzea como afirma Cruz (2007, p.162) “esses lagos continuam sendo fundamentais, pois é desse ambiente que os camponeses ribeirinhos têm retirado parte significativa de sua existência por meio da pesca”. Os lagos que se formam nas várzeas no período da vazante se caracterizam como verdadeiros refúgios naturais para milhares de espécies de peixes. Suas riquezas representam especialmente para as famílias ribeirinhas a principal fonte de alimento além de contribuir para a subsistência econômica.

Os lagos se tornam quase que isolados, e dependendo da sua localização acabam se transformando em um ambiente altamente rico em quantidade e qualidade de peixes. É o local que a pescadora da Ilha encontra para capturar o camarão.

Como se constata na fala da Sra. S:

Muitos lagos da comunidade já foram aterrados, o jeito agora é sair pra outros lagos. Nesta imensa ilha tem muito lago. Às vezes vamos pra longe pela ilha pescando, onde dá mais camarão porque pescar pra comer, pesca em qualquer lago, agora pra vender tem que ir onde está dando muito camarão. Achamos um lago próximo da comunidade do Aratamã, quase ninguém pesca por lá. Fica quase quatro horas de viagem. É um lago onde dá muito camarão, muito peixe e muito jacaré, (risos). (S. C, 56 anos, agricultora e pescadora).

Em relação aos lagos muitos já foram aterrados, mas os que ainda circundam a Ilha do Tarará são utilizados para o sustento das famílias, é onde as mulheres pescam o camarão.

Os lagos de pesca são vigiados e esta ação de fiscalização é uma postura dos próprios moradores da referida comunidade, mesmo não existindo uma limitação do território essa territorialização é comum entre as pescadoras, pois está impregnado nela o sentido de pertencimento e também do usufruto da terra (rio, lagos, igarapés, etc) que constituem a vivência, no entanto, essa territorialização é carregada de conflitos que surgem com a disputa da terra.

Haesbaert (2007) destaca esse processo de territorialização como a produção do espaço social e se estabelece como de maneira geral o modo de produção produzindo seu próprio espaço.

Nesse sentido o termo territorialização é a possibilidade do usufruto da terra, que é promovida pela relação de um grupo sobre a natureza e não de propriedade, que tornam as pescadoras de camarão sujeitos da construção de sua própria identidade.

A marcação do território da pesca de camarão é feita pelas mulheres através de uma vara fincada no fundo do lago (figura 30), quando uma mulher vê a vara já sabe que ali é o território de uma pescadora. Desta maneira evita que seu território seja ocupado por outra mulher.



Figura 30: Marcação do território com vara.
Fonte: Santos, 2019.

Dialogando com Little (2002) a marcação para um grupo específico de pescadores é fundamental e se configura como forma de apropriação do território. Este local onde fica o lago não tem um dono, mas mesmo assim as mulheres demarcam o território da pesca do camarão. De acordo com a Sra. M:

São muitos os lugares onde podemos fazer a pesca do camarão em grande quantidade porque pescar para comer na beira do rio mesmo pesca. No caso da gente que pesca pra vender é ruim porque hoje existem muitas reservas. Nem todas as comunidades deixam agente pescar, antes agente pescava na boca do lago capivara, mas agora é reserva lá. Vamos vê se conseguimos a liberação para a pesca do camarão nesse lago. A associação dos pescadores ainda não liberou por causa do manejo. Mas como essa ilha é muito grande sempre tem lago e cano para todas. (M. M, 59 anos, agricultora e pescadora).

De fato, os lagos existente da ilha do Tarará são fundamentais para a reprodução do camarão, e para os ribeirinhos que por sua vez os exploram de forma consciente pois, na seca é maior a produção de alimentos nos lagos, e estes conseguem suprir a demanda de peixes que abastecem a ilha.

Quando os lagos secam as mulheres denominam de *cano* e constroem suas territorialidades através da pesca no cano. Os canos são formados pelos lagos que estão secando ou são formados nas praias. São formações hídricas (Figura 31), medem cerca de 3 a 4 metros de largura, onde se forma monte de areia aos dois lados com água no meio deles e logo ficam cobertos por capim. O Capim é o local onde os camarões ficam em maior quantidade.



Figura 31: Cano.
Fonte: Santos, 2019.

Na pesca do camarão no cano há um processo de territorialidade e territorialização bem definido e pode ser considerado pelo aspecto de pertencimento, a pescadora que praticou a primeira atividade de pesca no cano à ela pertence o cano, para uma segunda pescadora ter acesso a este cano deve ter a autorização da primeira pescadora, esta pescadora não pode invadir o cano de outra.

Trata-se aqui de uma questão de escolha, de estratégia de criação de uma territorialidade, tendo em vista que esta particularidade, quase sempre é traduzida na geração de renda onde se investe na família. Como argumenta a Sra. S:

A pesca no cano é a melhor maneira que encontramos para fazer a pesca do camarão porque entramos no lago e percorremos nele até encontrar o cano.

Ali montamos nosso acampamento de pesca, e só nós podemos pescar por esse cano. Quando as outras pescadoras vem nos vê por lá e já vão passando sabendo que naquele cano tem uma pescadora que pesca ali ou podemos pescar em parceria. Como eu faço com minha parceira de pesca. Num mesmo cano, ela vai de um lado e eu do outro e mesmo se do lado dela não tiver dando nada deu azar, porque ela não passa para o meu lado. (S.C, 56 anos, agricultora e pescadora).

Os canos são reconhecidos pelas pescadoras como uma formação natural, sendo o melhor local para fazer a pesca do camarão, para Diegues (2000 p.47) “Esses pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação por meio do qual, linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados”.

Dialogando com as trabalhadoras na pesca da ilha do Tarará, elas conhecem os locais de pesca, pelos lagos, pelos canos, pelas pontas de ilha. Motivo este que facilita o acesso e a pesca. Para Rapozo (2015):

[...] território pesqueiro, tem uma conotação de uso social e racional do espaço a partir da disponibilidade de tais recursos para a geração de renda, sustentabilidade social e econômica. Porém este território tem ao longo dos últimos anos: “múltiplas dimensões da atividade da pesca, revelando como diferentes tipos de pescadores, marcados por fortes singularidades, constroem suas respectivas territorialidades sociais”. (RAPOZO, 2015, p. 12).

Em torno da pesca do camarão, tendo a mulher como pescadora detentora de saberes e conhecimentos diversificados, é que se compreende que a territorialidade de fato apresenta diferentes atores sociais. Outro fato seria a quebra de paradigma, tendo em vista que a atividade pesqueira de uma forma geral, não mais uma exclusividade masculina, ou seja, as mulheres também passaram a integrar e participar ativamente de todo este momento onde a territorialidade social apresenta diferentes identidades das pescadoras da Ilha.

As mulheres passaram atuar na geração de uma renda extraída da terra e também na qualidade de vida de suas famílias a partir do momento em que utilizam o território e criam territorialidade na pesca do camarão. Esse período coincide com o período de estiagem amazônica, entre os meses de julho a novembro.

Segundo Fraxe (2000) essa população, de camponeses⁷ no estado do Amazonas, apresentam várias características, e muitas peculiaridades. Dentre essas características na pesca de camarão das mulheres, pode-se observar: o conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos, que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, que não impacta sobre o equilíbrio ambiental.

Uma dessas estratégias são o emprego e a escolha do lago, ou do cano para a pesca e também a utilização de apetrechos artesanais, como os paneiros, e isso faz com que todos os anos, estas mulheres pesquem, conseguindo manter a sustentabilidade ambiental do lugar em que vivem. Segundo Maldonado (1993) *apud* Pereira (2007) territorialidade conduz a seguinte reflexão:

Configura-se como um importante referencial, rico ingrediente para uma reflexão sobre as múltiplas estratégias e orientações que as populações da várzea acionam para organizar os seus territórios nitidamente delimitados. Neste estudo, a territorialidade trata das dimensões sociopolíticas, em que os ribeirinhos constroem os seus territoriais e as relações políticas na manutenção do modo de vida. (MALDONADO, 1993, *apud* PEREIRA, 2007, p. 16).

A territorialidade que condiciona a qualidade de vida e geração de renda em ambientes cuja predominância é várzea, é delimitado geograficamente pelos próprios ocupantes do território, e as dimensões levam em consideração as relações políticas, interesses econômicos, enfim, tudo que de alguma forma possam contribuir para o bem individual e coletivo, e por isso que essa territorialidade é o fator condicionante da qualidade e da manutenção da vida.

2.1 MOBILIDADES, TERRITORIALIDADES E OS MUNDOS DO TRABALHO DAS PESCADORAS DE CAMARÃO.

As mulheres deslocam-se de suas casas e percorrem longas horas de viagem pela ilha do Tará para chegar aos lagos de pesca do camarão. Abastecem o motor com óleo diesel e gasolina com a quantidade e medida de acordo com o cálculo do percurso da viagem. Rumo aos locais de pesca e com elas levam o café e o pão para tomarem durante a viagem. Levam a alimentação para fazer no acampamento de pesca como arroz, frango, temperos, frutas e a

⁷ Para Fraxe (2000, p. 63), a terminologia campesinato permite uma compreensão de que estes habitantes do mundo rural amazônico apresentam características tradicionais em seus sistemas de produção agroflorestal, oriundas de práticas indígenas e caboclas de produção. Essas características lhes conferem a construção de um campesinato entremeado de especificidade, onde a *terra* e a *água* se complementam, buscando o equilíbrio da vida.

farinha. Caso tenha moradores por perto do acampamento, as mulheres pedem o favor de cozinharem sua comida nessas casas, em geral são sempre bem recebidas, de forma agradável.

Levam também de suas casas o vasilhame de água com gelo para uso durante a viagem, assim como o gelo para conservação do camarão que é comprado em Tefé um dia antes da viagem. Em média, o percurso dura 4 horas e 20 minutos no motor de 40 HP's. Durante a viagem as mulheres se mantêm atentas aos possíveis perigos que aparecem no rio como troncos de árvores, jacarés, o vento e a formação dos banzeiros que dificultam a navegabilidade e até mesmo os assaltos orquestrados pelos *piratas* do rio que, em geral, já realizaram investidas de assalto contra as pescadores e demais moradores locais.

As mulheres também conversam e contam suas histórias de vida na trajetória da pesca. A Sra. S. C. narra que em uma das viagens de pesca sua parceira M. M. caiu no rio e naquele momento ela pensou em soltar o motor em movimento e pular para resgatar sua parceira, mas aí ela olhou e viu que M. nadava rumo ao bote. E riam lembrando-se do ocorrido. Na canoa as mulheres levam terçados, facas, varas para marcar o território, remo, os apetrechos de pesca, sombrinhas grandes para minimizar o sol escaldante do rio Solimões. Se a pesca for feita em parceria, levam duas embarcações (Figura 32) que são utilizadas na pesca do camarão, as canoas pequenas, sem cobertura, movida a remo são melhores para se locomoverem nos locais estreitos como os lagos e os canos.



Figura 32: Trajetória de pesca do camarão.
Fonte: Santos, 2019.

As embarcações influenciam na produção das pescadoras. Se a mulher possui vários tipos de embarcação tem maior facilidade para entrar nos lagos e capturar o camarão, sendo assim, as pescadoras possuem embarcação própria.

Geralmente a embarcação é utilizada por toda a família, fora do período de pesca, mas quem mais usa é a própria mulher. Os motores das embarcações são considerados caros pelas mulheres em média um de 40 Hp`s custam em torno de R\$ 10.000,00 a R\$ 11.000,00.

Assim que chegam à boca dos lagos, as mulheres observam as águas assim como vários camarões se movimentando no meio dos capins. E cada mulher pesca sozinha em sua canoa. A mulher pescadora compreende que se os recursos que o rio oferece se não forem explorados conscientemente tendem a também desaparecer completamente. O rio Solimões oferece ao ribeirinho as possibilidades de uma sustentabilidade econômica considerando sua prática, monitoramento e gestão dos recursos, sendo estes dependentes do modelo de apropriação dos territórios de pesca e a capacidade de exploração.

Observa-se também que as pescadoras dificilmente realizam suas atividades nos paranás, devido à visibilidade que se considera grande pelas embarcações que passam e a presença de muitos pescadores. Os paranás⁸ fornecem acesso mais rápido no período da cheia para se chegar a Ilha do Tarará na estiagem eles secam dificultando o transporte para se chegar a Ilha. Os paranás diminuem o tempo utilizado nas viagens, facilitam a escoação de produtos agrícolas e também do pescado que é comercializado na cidade de Tefé.

Quanto à existência de furos na Ilha, subentende-se que sejam formações hídricas que também liga um rio a outro rio e contribuem para a trafegabilidade do ribeirinho amazônico, porém, os furos, são sazonais, e diferentes dos paranás tem um curto período de existência, tem o curso estreito e apenas permitem embarcações de pequeno porte, como canoas motorizada, lanchas e pequenos barcos.

Os paranás por sua vez suportam embarcações de grande porte, seja de cargas ou de passageiros. Há três opções para se chegar até a Ilha do Tarará dependendo do período. No período da cheia, pelo furo 15 minutos num motor 15 Hp`s, o acesso é mais rápido, pelo Paranã em torno de 25 minutos, um pouco mais distante ou pelo rio principal aproximadamente 45 minutos mais longe ainda. Já na estiagem o furo seca.

⁸ Segundo Pereira (2007, p. 24) os paranás são “Um complexo sistema de drenagem, e em determinado período do ano por ocasião da enchente transbordam, e no período de estiagem, secam completamente alterando a vida do ribeirinho que tem seu deslocamento entre a zona urbana e rural.

Outra importante atividade desempenhada pelas mulheres da comunidade é o extrativista vegetal, atividade tão antiga quanto os primeiros registros da presença de civilizações ameríndias na citada região. É do extrativismo que a ribeirinha amazônica consegue manter-se como moradora da Ilha do Tarará. A atividade extrativista é a fonte de renda das famílias, porém, existem diferentes formas de relação entre os moradores da comunidade com os recursos oferecidos na várzea, território delimitado em discussão.

As mulheres se apropriam dos recursos que a floresta tem para meios medicinais, como por exemplo, as *casca de pau* de espécies como Uxi amarelo (*Endopleura uxi*) para inflamação do útero e bexiga; o leite do Amapá (*Parahancornia Amapa*) para tratar gastrite; o Mastruz (*Dysphania ambrosioides*) para sarar ferimentos entre outros, que são usados no dia a dia da mulher ribeirinha.

A construção da relação entre a floresta e o ribeirinho tem início na consciência de que é preciso fazer uso racional, pois, a sobrevivência sua e de sua família, dependem da forma como conduzem esta relação com a natureza. A floresta oferece tudo o que precisa, e o conhecimento tradicional conquistado transmitido de geração em geração é a maneira eficiente para manter o equilíbrio da relação entre os recursos naturais e a mulher ribeirinha de comunidades tradicionais.

Os produtos naturais utilizados a partir das atividades extrativistas indicam o modelo de apropriação destes recursos. Além disso, indica-nos que seu uso além de ser farmacológico, também incide na geração de renda quando seu excedente é comercializado nos mercados e feiras na cidade de Tefé, potencializando as capacidades de consumo dos produtos e mercadorias disponíveis e necessários a sua sobrevivência e qualidade de vida na comunidade.

As terras são de uso comum na Ilha do Tarará, nestes espaços de uso comum, os moradores acabam demarcando seus territórios e identificando suas territorialidades. Estas terras de uso comum se localizam na várzea, o solo fértil também facilita o trajeto da mulher pescadora e também agricultora. É como enfatiza Cruz (2007, p. 90) “Os camponeses ribeirinhos fazem uso de três territorialidades: as agropastoris, as aquáticas e as florestais”. Essa característica da territorialidade e do uso comum do solo praticamente se repete em todas as comunidades assentadas na várzea.

A Ilha do Tarará é atrativa para a criação de rebanhos como bovinos e suínos, aves como galinhas, patos, perus que servem para o consumo familiar e comercialização.

A várzea de uso comum, e a sua relação com os ribeirinhos da comunidade, obedece também o período de repouso do solo, e esse repouso, muitas das vezes é influenciado pelo nível das águas, pois, a ilha onde está localizada a comunidade, é alagada em diversos pontos, e isso faz com que a atividade agrícola diminua por alguns meses. Quando isso ocorre, os moradores acabam recorrendo aos canteiros suspensos, coletas de frutas e a pesca.

Diegues (1994) explica que as áreas de uso comum apresentam menor vulnerabilidade do ponto de vista social e político. Isso quer dizer que a várzea em questão, é de uso comunitário, ou seja, trata-se de uma territorialidade que se forma a partir da iniciativa do próprio uso comunitário.

Outro elemento que exemplifica estes aspectos é o uso da água como um recurso natural indispensável à vida para toda e qualquer espécie, portanto, o uso racional da água é determinante para a qualidade e bem estar de toda uma coletividade.

A abundância de água proporcionada pelos rios amazônicos é uma característica predominante em toda esta região. Essa água por sua vez, influencia diretamente o ciclo da vida dos povos que aqui habitam. Além disso, a água forma o percurso por onde circulam os próprios habitantes, sua produção agrícola, o pescado onde será comercializado, enfim, os rios fazem parte da vida do homem.

A relação da mulher amazônica com a água é de dependência para todas as atividades: doméstica e laboral. De acordo com Silva (2017, p.4) “água do rio como fonte de subsistência, é usada tanto para beber, tomar banho e lavar utensílios domésticos quanto para realizar atividades como à pesca”. As águas de uso comum, no caso, os rios, para as mulheres pescadoras, são o ambiente que laboram na pesca, seja para o sustento familiar ou para o comércio.

Portanto, o território e a territorialidade na pesca do camarão é influenciado pelos fenômenos naturais e suas dinâmicas, além das formas de apropriação direta do uso do território que possibilita a criação de territorialidades. Essas características não estão isentas de conflitos na disputa pelo território, sendo assim, o que prevalece muitas das vezes é a forma com que os membros de cada comunidade estabelecem suas posições morais e particulares em relação as normas e regras estabelecidas pelos grupos.

Em relação ao usufruto do território, ele apresenta-se como áreas de uso comum, mas é comum para a coletividade da própria comunidade respeitando as territorialidades criadas pelas pescadoras, sendo que não são permitidas pessoas de outras comunidades extraírem os recursos naturais existentes nestas áreas. Outrossim, é estabelecido uma particularidade indissociável dessa atividade para a extração dos recursos naturais, onde prevalece um modo de vida particular que garantem a existência e permanência das populações na região amazônica.

CAPÍTULO 3: SABERES DO MUNDO VIVO E VIVIDO DAS MULHERES PESCADORAS DE CAMARÃO

A história das mulheres é marcada pela coexistência de múltiplas culturas e essa diversidade cultural é importante para a compreensão da formação social. Na Amazônia há uma complexidade e diversidade de saberes e práticas no espaço vivo e vivido pelos povos e comunidades tradicionais. A Amazônia aparece como um território significativo, um patrimônio imaterial, cheio de saberes sobre os rios e a floresta, desde a domesticação de plantas e animais, culinária, erva medicinal e a pesca, do conhecido ao misterioso, culturas que fascinam pela sua complexidade.

Dialogando com Geertz (1989, p. 15) “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, sendo assim, entende-se que ele constrói e reconstrói seu modo de vida, que vai, do mais particular, ao mais complexo. Alinhado a esse significado a cultura amazônica ocupa um lugar especial no coração das mulheres pescadoras de camarão com sua forma única de expressar seus costumes, tradições de maneira individual e coletiva.

As mulheres desempenham suas atividades na pesca do camarão e na agricultura contribuindo para o fortalecimento e para o conhecimento que foi repassado de outras mulheres como avós, mães, tias e primas. Trata-se de um conhecimento repassado de geração para geração, em que prevalece à relação de parentesco sendo essencial para resistência e permanência do modo de vida, inclui-se aqui a maneira com que as mulheres se relacionam com a natureza, na extração dos recursos naturais disponíveis na ilha, que podem ser explorados.

Laraia (2014, p. 47) afirma que “tudo que o homem faz, aprendeu com seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura”. Podemos perceber que esse conhecimento, técnicas e criações de objetos são essenciais para construção social e está presente na vida e observa-se na fala de uma das pescadoras entrevistadas.

Eu aprendi tudo que sei, vendo, ouvindo e observando minha tia N, que era uma pescadora de grandes habilidades, quando ela saía para pescar, eu pulava na canoa dela e ia junto. Quando voltava trazia grandes peixes lisos e outros com escama, minha mãe que sempre trabalhou cultivando verduras e cuidando de meus irmãos menores, se admirava de minha habilidade para a pesca. Desde cedo, com cinco anos de idade a pesca me conquistou. Hoje em dia sou pescadora, reconhecida pela associação de pescadores (M. M, 59 anos, agricultora e pescadora).

Os saberes e sua relação com a pesca pode ser analisado segundo Cavalcante (2019) como um patrimônio construído e consolidado onde o contato entre humanos é constante e a forma de transmitir esses saberes é por meio da oralidade e da observação, ou seja, pescar é um ofício que as mulheres dominam, pois, anteriormente, observaram como as mais experientes faziam, e com isso, conseguem manter viva a cultura do saber adquirido e reconstruindo formas de vidas em sociedades cujo perfil social se estende por rios, lagos, furos, paranás e igarapés. Os saberes, como salienta Cavalcante (2019), passam por renovações constantes, mas não afasta de sua essência, ou seja, de sua origem.

3.1 A MULHER E OS APETRECHOS DE PESCA

O apetrecho, de acordo com Ferreira (2001), tem o conceito de munição, utensílio necessário à execução de uma tarefa. Percebe-se então que ao relacionar o termo apetrecho com a pesca artesanal praticada pelas mulheres se constata que de fato são os utensílios que se usa para desenvolver a captura dos peixes, trata-se de algo também artesanal, que as mulheres pescadoras extraem no meio ambiente, como: cipós, varas, talas, bambus, mandioca.

Os paneiros da pesca são feitos do arumã (*Ishnosiphon spp*). De acordo com Pampila e Paper (2014) é uma planta herbácea, uma espécie de cana com talos aéreos que podem alcançar vários metros de altura. Cresce na sombra próximo aos lagos da ilha. As mulheres cortam as talas com cuidado para não cortar os filhos (brotos), assim mantem a espécie.

A Sra. N. diz que:

Eu já trabalhei muitos anos com o arumã, mas sempre tenho muito cuidado com as moitas, costume cortar um palmo acima da terra e deixo alguns filhos porque sei que preciso dele em outro momento. Se cortar rente ao chão corre o risco dele morrer e depois vou ter que procurar mais longe, assim preservando alguns quando precisar já sei onde encontrar. (N.O, 92 anos, agricultora e pescadora).

Desta maneira as mulheres da ilha praticam a preservação desta espécie de planta para geração futuras. Os povos indígenas da Amazônia como os Wayana e Aparai que vivem no Amapá e norte do Pará se destacam no fazer artesanatos utilizando a planta arumã em suas cestarias.

Para Pampila e Paper (2014):

Os Wayana e os Aparai possuem um jeito próprio de viver que reúne experiências, saberes e conhecimentos únicos, compartilhados apenas entre os membros destas sociedades e que não se confundem com os modos de viver de outros povos indígenas no Brasil. Todo esse imenso legado se revela também na produção e uso dos artefatos de cestaria que empregam o arumã. (PAMPILA; PAPER, 2014, p.18).

Das fibras traçadas do arumã, as mulheres da ilha do Tarará também confeccionam o paneiro usado para a pesca do camarão, o tupé, o cesto para carregar mandioca, o tipiti para espremer a massa da mandioca, a peneira para peneirar a massa que foi espremida do tipiti. Dialogando com Souza (2017, p. 266) “a habilidade de tecer fibras vegetais transformando-as em artefatos era do domínio de algumas mulheres mais velhas das comunidades da região”.

As mulheres reconhecem o trabalho com arumã Pampila e Papeh, (2014) dizem que:

Estas matérias-primas são leves, flexíveis, transportáveis e renováveis. Permitem a produção de uma grande variedade de objetos trançados que revelam complexas técnicas de confecção e, podendo ser tingidas, as fibras vegetais possibilitam que grafismos sejam elaborados. Outros aspectos significativos estão relacionados com as funções que os objetos de cestaria desempenham, tanto na vida diária, como nos rituais, sem esquecer aqueles que estão conectados com as relações familiares desenvolvidas por seu intermédio. (PAMPILA; PAPER, 2014).

A confecção dos paneiros (Figura 33) são iniciados próximo ao período da pesca no mês de abril a maio, as mulheres fazem poucos paneiros a cada ano porque já possuem seus antigos paneiros de pescas passadas. As *talas* do arumã são resistentes e todos os materiais confeccionados tem durabilidade e resistência.



Figura 33: Confeção dos paneiros.
Fonte: Santos, 2018.

As pescadoras de camarão tem habilidade na confecção dos paneiros de pesca. Utilizam uma faca para *destalar* o arumã, as cascas do arumã são castanhas avermelhadas e não são raspadas, porque são elas que mantem a resistência dos paneiros. Depois de retirar as talas iniciam o processo dos trançados dos paneiros. Um braço do arumã é capaz de confeccionar dois paneiros. Em média, as mulheres fazem três a quatro paneiros por dia.

Para Sousa (2017) se referindo ao processo de beneficiamento do cauacú, na etapa de destalar.

“Destalar consiste em “tirar a tala do talo”. Este processo passa por duas fases: (i) com auxílio de uma faca são feitos pequenos cortes no sentido longitudinal na ponta do talo (parte de cima) definindo várias fasquias de talas na largura desejada. Feito isso, (ii) com as mãos as fasquias são arrancadas uma a uma com muito cuidado. Essa tarefa pode ser feita na posição sentada ou em pé, vai depender do tamanho do talo e da habilidade da artesã” (SOUSA, 2017, p. 257).

Para Sousa (2017, p. 262) “O desenvolvimento da destreza em tecer ocorria anteriormente por meio da observação atenciosa do trabalho dos mais velhos, ou da transmissão intencional entre as gerações”. Esses saberes e práticas que as mulheres da Ilha do Tarará adquiriram foram através de uma relação de parentesco e com outras pescadoras de camarão fora da ilha.

Segundo a Sra. M:

Desde muito pequena com uns cinco pra seis anos, eu observava a tia N. a tecer seus paneiros, um dia cheguei em casa e comecei a tecer o meu primeiro paneiro e né que saiu direitinho. Desde lá pra cá eu faço meus paneiros, já fiz muitos, hoje como já tenho nem faço tantos porque o paneiro do tarumã dura anos. A cada pesca que passa faço um ou dois paneiros quando um vai ficando muito velho corre o risco de rasgar. E o tarumã é bom de trabalhar, é uma planta resistente à água, é flexível para a tecelagem e tem uma cor muito bonita parece até que está pintado. (M. M, 59 anos, agricultora e pescadora).

Os apetrechos são confeccionados a partir de duas matrizes, a coleta de matéria prima que busca no meio ambiente, localizado no entorno da comunidade os produtos que são próprios da atividade pesqueira artesanal do camarão há anos. A matriz seguinte se refere à compra de materiais industrializados de baixo custo no comércio na cidade de Tefé.

Um dos apetrechos que as mulheres utilizam é a arraia (Figura 34). As arraias são feitas de sacos de fibras de juta. Cortam os sacos e costuram as beiradas numa tala de bambú fazendo uma amarração em quatro partes iguais da arraia de modo que fique suspensas as pontas dos fios nas mãos da pescadora para amarrar uma garrafa pet.



Figura 34: Arraia.
Fonte: Santos, 2019.

As arraias são um dos objetos de pesca ainda pouco utilizado pelas mulheres da ilha do Tarará. Algumas pescadoras de camarão foram pescar próximo a cidade de Alvarães e lá encontraram outras pescadoras fazendo a pesca com as arraias, acharam interessante e logo fizeram suas arraias e passaram a utilizar como apetrechos de pesca. Dialogando com Sousa, (2017, p. 255) “o conhecimento e as experimentações das artesãs indicam que não se trata apenas de resgate de conhecimentos, vai, além disso, isto é, para um processo de investigação e experimentação que gera descobertas e inovações”. A pesca utilizando as arraias continua sendo uma inovação na maneira como as mulheres da ilha utilizam em suas pescarias.

O rapixé (Figura 35) é outro tipo de apetrecho utilizado pelas mulheres da Ilha do Tarará para pescar o camarão.



Figura 35: rapixé.
Fonte: Santos, 2018.

A palavra rapixé é de origem Indígena, substantivo masculino que significa pequena rede, presa a uma armação retangular, feito de saco de fibra com cabo, é como um grande coador de café, muito usado pelas mulheres da ilha para capturar o camarão.

Os apetrechos de pesca do camarão são reconhecidos pelas mulheres da Ilha do Tarará como objetos que estão atrelados na sua trajetória de vida com grande significado cultural no processo de pesca.

De acordo com Latour (2012):

Se a ação se limita ao que os homens fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “casuais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de poder das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator. (LATOUR, 2012, p.108).

Latour (2012) considera os objetos como algo que devem ser levados para o pensamento social, pois, os objetos para este autor devem ser citados nos trabalhos acadêmicos com a mesma importância dos atores do social, porque fazem a diferença na vida das pessoas, esses objetos mantem laços com os humanos, assim como os apetrechos de pesca são tão importantes para as mulheres pescadoras de camarão, sem esses objetos não existiria a identidade da mulher pescadora de camarão.

Para Cavalcante (2019, p. 61) a confecção de materiais e/ou apetrechos artesanais de pesca possuem a seguinte característica: “além do pouco uso da tecnologia e baixo custo da produção, é a importância da família como unidade de produção e consumo”. Então, os materiais e conseqüentemente os apetrechos passem pelas mãos das hábeis pescadoras artesãs, e que, mais tarde ensinam este ofício ao público com menos idade. Ainda, segundo Cavalcante (2019):

Na pesca artesanal a transmissão dos saberes recai sobre aqueles que desenvolveram, dominaram e até aprimoraram esses conhecimentos ao longo dos tempos; são eles que carregam consigo a marca da credibilidade e da confiança conquistados face aos conhecimentos e saberes acumulados, creditando-lhes com isso a missão de repassá-los às novas gerações. (CAVALCANTE, 2019, p. 63).

A responsabilidade que o autor menciona ao fazer um contraponto são as mulheres que praticam a pesca artesanal. São elas as detentoras do conhecimento quanto à confecção dos apetrechos também as técnicas que utilizam durante a pescaria. Além do mais, são as transmissoras ou multiplicadoras destes saberes aos mais jovens, pois, carregam a marca da credibilidade construída pela experiência acumulada de anos, uma conquista que traz o reconhecimento na própria comunidade onde estão inseridas.

Para Scherer (2013, p. 14) as mulheres pescadoras tem uma jornada caracterizada da seguinte forma “Não só cuidam dos apetrechos de pesca, mas capturam os peixes, prática que aprenderam com seus familiares”. Foi então algo que em algum momento de suas vidas passaram a dominar, mediante a transmissão de conhecimento dos mais velhos, provavelmente, seus familiares.

3.2 MÃOS À OBRA: O SABER DO TRABALHO DA MULHER NA PESCA DO CAMARÃO

Todo trabalho de confecção dos apetrechos que antecedem à pesca do camarão são essenciais para essa etapa, pois estão intrinsecamente ligados.

Para Scherer (2013) isso tudo contribui significativamente para que as mulheres, pescadoras artesanais possam continuar crescendo e defendendo seus direitos individuais e coletivos da categoria, como também a busca por incentivos e benefícios financeiros visando à lucratividade e qualidade de vida em suas atividades.

Quanto à relação da mulher com a pesca especificamente na região do médio rio Solimões, destaca-se:

No contexto da pesca na região da várzea do médio Solimões, no Amazonas, as mulheres possuem uma história de participação em atividades de pesca, seja pescando para abastecer as demandas de consumo da família, em áreas de igapós e baixos de praias situadas próximas de suas casas (SCHERER, 2013, p. 37).

Essa informação é específica, trata somente da região de várzea onde é praticada a pesca artesanal pelas mulheres.

As mulheres pescadoras atuam em diferentes funções na pesca, logística, beneficiamento e até mesmo na comercialização, isso indica que as mulheres conquistaram a independência em suas atividades de trabalho. A prática da pesca artesanal através das mulheres envolve muito mais que a sua mão de obra. Para Cavalcante (2019) é uma das mais significativas formas de transmissão de conhecimentos e saberes, daí a afirmação:

É comum entre as populações tradicionais, como a de pescadores, a transmissão de saberes entre as gerações como forma de assegurar a reprodução da prática pesqueira e a manutenção da identidade cultural, e por se tratar de um processo que faz parte também das formações de novas

gerações, envolve, não só o pai e a mãe, mas todo o grupo familiar. (CAVALCANTE, 2019, P. 67).

Vê-se especificidades, a mulher que pesca artesanalmente possui diferentes preocupações, todas diretamente relacionadas com o seu modo de vida e com a influência que exerce naqueles que estão próximos do seu alcance, por exemplo, filhos e filhas.

A mulher pescadora aqui mencionada procura entrelaçar os vínculos culturais que predominam em seu meio, esses saberes e conhecimentos tem uma razão, a construção da identidade dos mais jovens, isso nada mais é que trabalhar a cultura, comportamentos, hábitos e valores próprios, assegurando sua prática existencial. Isso envolve todos, pais, mães, filhos, etc., é a transmissão através do fazer e da experiência que se acumulam nos anos seguintes.

Poucas pescadoras de camarão são legalizadas, pois a pesca do camarão em Tefé ainda não é reconhecida na colônia de pescadores, as mulheres que são legalizadas na Colônia Z-4, são porque pescam além do camarão o peixe. Desta forma o trabalho da mulher pescadora de camarão permanece na marginalidade impedindo, por exemplo: Sua aposentadoria como pescadora ou como produtora das hortaliças, uma vez que somente os homens são cadastrados na associação de produtores de hortaliças da comunidade Santa Clara. De fato e ao final, conseguem a aposentadoria somente pela idade avançada.

A mulher pescadora tem além da pesca do camarão, a família, por vezes o trabalho agrícola, a responsabilidade em também confeccionar seus materiais e apetrechos de pesca já mencionados e permanecem sem políticas públicas que auxiliam essa mulher a um lugar de igualdade nos direitos.

Nota-se que a participação da mulher é determinante e que sua independência em relação ao homem que também pratica a pesca está em processo de consolidação desde o momento em que confecciona sua própria pescaria, essa postura, está alinhada com a opinião de Castro (1999), é um processo por meio do trabalho, e nele está a mulher diretamente envolvida.

A pesca do camarão é realizada de diversas maneiras, formas e técnicas, dependendo do objetivo final, dentre eles, serão destacados a seguir: a pesca do paneiro, a pesca com rapixé, a pesca com arraias e por último a pesca da tipuca, essa pesca é realizado exclusivamente pelos homens, mesmo não fazendo parte dos objetivos desde trabalho, será destacado pois, faz parte do modo de vida presente na cultura da pesca do camarão realizada na área de estudo.

3.2.1 A TRADICIONAL PESCA DO PANEIRO

A pesca do paneiro é denominada pelas mulheres quando utilizam o paneiro como apetrecho para capturar o camarão. Este tipo de pesca é feita nos lagos, nos canos e no próprio rio Solimões, nos meses de julho a novembro período da seca é considerado pelas mulheres o mais produtivo.

Dependendo da intenção ou objetivo, a pesca pode ser praticada em diversos ambientes, caso seja para alimentação da família as mulheres pescam em frente às comunidades, mas, se a pesca for por motivo comercial é praticada nos lagos e nos canos, por ser um local onde as mulheres capturam o camarão em grande quantidade.

No Brasil a Lei 11.959 de 29 de junho de 2009 redefiniu e ampliou a concepção de pesca. De acordo com esta lei a pesca é “comercial artesanal quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.

As mulheres pescadoras da Ilha do Tarará estão inserida neste trabalho da pesca artesanal de camarão e consolidam suas identidades de pescadoras, que praticam a sustentabilidade econômica e social em sua comunidade.

De acordo com Alencar (1993), fazendo referência à participação das mulheres na pesca.

A participação da mulher em atividades de pesca, seja de forma direta ou enquanto uma relação orgânica com o processo de trabalho como um todo, somente é possível porque ela detém um saber sobre o universo no qual está inserida. Este saber expressa não somente um conhecimento dos diferentes fenômenos naturais que interferem nessa atividade, os procedimentos necessários para a confecção de materiais de pesca - os diferentes tipos de redes e outros instrumentos - como também as diferentes etapas de realização das várias modalidades de pesca. Também é conhecedora de todas as variáveis temporais desta atividade e possui um conhecimento ictiológico que lhe permite identificar as várias espécies de peixe, os momentos de safra, locais de ocorrência, e distinguir as espécies mais adequadas para o consumo, principalmente quando em momentos especiais do seu ciclo biológico. Este conhecimento é possível porque ela faz parte de um universo, de uma totalidade, e isto lhe permite acompanhar diariamente e também participar das diferentes atividades sociais do grupo, na realização do processo produtivo na pesca. Portanto, assim como o homem, a mulher possui condições de realizar a pesca. (ALENCAR, 1993, p.79).

Vê-se que as mulheres também ocupam o protagonismo na pesca, e que contribuem com tomadas de decisões, estratégias e a organização política de suas comunidades, ou seja, são mulheres atuantes que conseguem desenvolver diferentes atividades na pesca, na agricultura e no lar. As mulheres são habilidosas no trabalho da pesca, navegam (Figura 36) um percurso de quatro a cinco horas para os lagos a procura de capturar maior quantidade de camarão.



Figura 36: Pescadora S. C.
Fonte: Santos, 2019.

As pescadoras navegam em embarcações a remo ou a motor de 5Hp`s, 15 Hp`s e 40 Hp`s. As mulheres saem para a pesca pela manhã cedo e permanecem no lago ou cano próximos da comunidade Santa Clara e retornam as suas casas antes das 12 horas. O quanto à trajetória da pesca tem mudado, como constata nas narrativas da Sra. S:

Hoje já temos facilidades nesse ramo da pesca, nas primeiras pescas tínhamos só canoa a remo, depois compramos um motorzinho de 2.2 Hp`s. Hoje compramos um motor de 5 Hp`s. Mas tem as despesas da viagem, tem que levar alimentação, o café, uma bolacha, remédio pra dor de cabeça e barriga. Antes levava sal e já trazia o camarão cozido, agora fazemos só as vezes. Agora levamos o gelo para conservar o camarão, se formos acampar tem que ter muito gelo e se for ficar em casa de alguém tem que levar um agrado também. (S. C, 56 anos, agricultora e pescadora).

Quando saem para lagos mais distante preferem trabalhar em parceria, fazem acampamento de pesca embaixo de uma árvore grande, uma casa abandonada, passam em média cinco dias acampadas pescando o camarão.

De acordo com Alencar, 1993:

[...] as mulheres "pescadeiras" têm garantido o sustento de suas famílias. E assim como na pesca do "mar alto", a atividade que realizam exige um conhecimento sobre o ambiente em que atuam. Elas realizam um aprendizado das espécies que são mais vendáveis, das técnicas de coleta e de captura do peixe. Esse conhecimento, por sua vez, é transmitido aos filhos, dando, assim, continuidade a uma tradição. (ALENCAR, 1993, p.74).

As mulheres em suas atividades de pescaria de camarão possuem habilidades de navegação no rio. A Sra S argumenta:

O trabalho na pesca é um trabalho pesado, não é pra qualquer mulher. A mulher só aguenta fazer esse trabalho se ela já nasceu ribeirinha e desde criança ir pescando. Tem mulher que já quis ir com a gente pescar o camarão e só aguentou uma vez. Agente pega temporal, a canoa alaga e às vezes vamos pra dentro dos lagos já secando com tanto jacaré, aí a mulher tem que ser cabra forte, pra colocar a canoa na cabeça e atravessar. E quando passamos cinco ou seis dias acampadas, pescamos durante a noite também. Hoje pescamos num lago que tem morador pertinho, então deixamos nossas canoas pequenas por lá mesmo, mas quando vamos pra mais longe de gente aí temos que levar as canoas a reboque. O trabalho é sofrido e deve ser reconhecido, tem muita gente por aí que nem imagina o que passamos pro camarão chegar até a cidade. Hoje sou associada na colônia de pescadores. (S. C, 56 anos, agricultora e pescadora).

Percebe-se claramente que a organização é fundamental para qualquer tipo de iniciativa socioeconômica. Embora não tenham atingido o nível de excelência, as mulheres que praticam a pesca do camarão na comunidade tem a noção da necessidade, e ao identificar a existência de um respaldo legal através das colônias de pescadores, é que se pode deduzir que as citadas pescadoras tendem a elevar o compromisso com a pesca do camarão.

No entanto, estas mulheres quando percebem que o camarão começa a ficar escasso, passam a ir mais distante, sempre a margem do rio, considerando inclusive a própria formação da comunidade, que é uma ilha. A pesca em parceria é feita geralmente entre as pescadoras experientes que fazem um acordo de irem aos mesmos lagos, de quantos dias vão acampar ou qual material de pesca levar. Assim que as pescadoras chegam ao local se separam, cada uma

em sua canoa. Cada uma vai procurar seu cano ou se permanecerem no lago cada uma das mulheres pescam de um lado do lago.

A mulher que trabalha na atividade da pesca do camarão nos meses de julho a setembro, mas que durante todo o ano trabalha arduamente na agricultura adquiriu o conhecimento empírico, através da observação e das experiências de anos. Sabem onde e quando devem iniciar a pesca do camarão, inclusive o horário mais apropriado e onde tem maior quantidade de camarão.

Para Diegues (2000, p. 47) “As populações tradicionais não-indígenas da Amazônia caracterizam-se sobretudo pelas suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre”. Neste pensar as mulheres pescadoras conseguem fazer varias atividades no trabalho diário, porque o trabalho na agricultura não para, a atividade da pesca acontece e ao mesmo tempo a atividade na agricultura continua. Percebe-se então, que as mulheres pescadoras de camarão, conseguem aglutinar e resolver situações que exigem tomadas de decisões no sentido de não interferir negativamente nos trabalhos que são realizados diariamente.

Santos e Figueiredo (2018, p. 113) afirmam que “as mulheres têm grande potencial. Assim como os homens, querem participar das transformações sociais em todos os sentidos”. Para esses autores, tem mudado o prejulgamento, que se fazia da mulher frágil e essas mudanças tem sido notadas, pois as mulheres estão inseridas em todas as esferas da sociedade, o trabalho e o conhecimento que a mulher pescadora adquiriu com o tempo, repassado das mais experientes, que praticam esta atividade em lagos, que se formam próximos à margem do rio, com baixo nível de água demonstram essas mudanças.

A pesca no cano é realizada no período da vazante, o lago fica com a quantidade de água reduzida ou quando as praias vão se formando durante a seca e fica areia de um lado e outro e no meio água empossada lembrando um cano. Pra essas formações naturais as mulheres da ilha chamam de cano. Nestes canos os camarões ficam presos ao capim de forma que facilitam sua captura.

É nos canos que as mulheres constroem uma apropriação do território pela territorialidade. Quando uma mulher encontra o cano e passa a pescar nele, ela marca o território com uma vara, proibindo outras pescadoras de realizar a captura no mesmo lugar, demonstrado com um sinal de respeito ao uso dos territórios de pesca.

Esse tipo de pesca foi a melhor maneira que as mulheres encontraram (Figura 37).



Figura 37: Pesca do paneiros.
Fonte: Santos, 2019.

A primeira pescadora de camarão da Ilha do Tarará foi a Sra N. O, uma das mais habilidosas na pesca e foi ela quem repassou o conhecimento e as práticas da captura para as mais novas. A Sra. N. diz que:

Eu que comecei esse negócio de pesca por aqui, primeiro eu pescava só pra comer. Eu gostava muito de camarão. Comia assado, frito, cozido, fazia muitas coisas com o camarão. Agora não gosto mais, porque em uma das pescas em torno de meio dia passei num lago que tinha tanto camarão morto que dava pena de vê. Estava aos montes, àqueles bolos no meio da praia aí tive nojo que nunca mais comi um camarão, parecia bicho feio. Mas aí muitas mulheres começaram a encomendar camarão de mim aí passei a ganhar um dinheirinho com eles, hoje não pesco como antigamente, coloco o paneiro aqui na beira do rio somente para os netos comerem mesmo, porque já estou muito fraca das pernas, coisa da idade. E o lagos por perto estão aterrados e para pegar em grande quantidade tem que ir mais longe. Mas as outras parceiras mais novas até hoje pescam muito camarão. (N. O, 92 anos, agricultora e pescadora).

Neste tipo de pesca utilizando o paneiro, as mulheres enfiam duas varas no fundo do rio e prendem os paneiros. Deixam em torno de 30 minutos na água na distancia de três metros um longe do outro e o camarão que vai passando, entram no paneiro, atraídos pelas iscas de mandioca mole (Figura 38) que foram colocadas dentro deles.



Figura 38: Paneiro com isca de mandioca mole.
Fonte: Santos, 2019.

Logo após esse tempo cronometrado as mulheres passam recolhendo os paneiros (Figura 39) para retirar os camarões que foram capturados.



Figura 39: Recolha dos paneiros.
Fonte: Santos, 2019.

A pesca do paneiro é considerada pelas mulheres da Ilha do Tarará como a melhor forma de pescar o camarão. Neste tipo de pesca, capturam maior quantidade de camarão e as mulheres da ilha praticam há muitos anos.

É importante frisar que o conhecimento que hoje é possível atribuir as mulheres em relação à atividade de pesca não é sob o ponto de vista crítico recente. A história de uma maneira geral sustenta que foram fortes e constantes essas discussões sobre o valor do conhecimento, às vezes denominado de tradicional, outras vezes de popular ou local como sintetiza Diegues (2000, p. 4) “As populações locais produziram saberes que, ao longo de sua história e na relação com o ambiente natural, contribuíram com a superação dos desafios do cotidiano”.

Esse tipo de conhecimento costuma ser referenciado na literatura como “Conhecimento tradicional, conhecimento popular ou conhecimento local.” (DIEGUES, 2000, p. 4). Percebe-se nitidamente que o conhecimento local é similar ao conhecimento que as mulheres detêm sobre a pesca. E isso constata que as mulheres, agora pescadoras da ilha são movidas pelo sentimento de satisfação, pois, contribuem diretamente para a manutenção da família, através do trabalho na pesca assim como na agricultura.

3.2.2 A PESCA COM ARRAIA

A pesca utilizando a arraia é um tipo de apetrecho que as mulheres fazem com saco de fibra vegetal (Juta), costurado no cipó tipo peneira, mas no formato de uma arraia com o corpo achatado. Esta técnica de pesca com arraia é bastante eficaz porque diferente da pesca do paneiro que quando passa um barco ou um vento forte que banzeira o rio o paneiro se desprende da vara e o camarão foge e às vezes ele afunda.

As arraias não se desprendem porque fica boiando amarradas em garrafas pet, com isca de mandioca mole para atrair o camarão pelo cheiro (Figuras 40 e 41).



Figura 40: Pesca com arraias.
Fonte: Santos, 2019.



Figura 41: Arraia submersa.
Fonte: Santos, 2019.

Neste tipo de pesca com arraias, são captura os camarões grandes e pequenos (Figura 42) ao contrario do paneiro que captura somente os camarões maiores e os menores saem pelos furos.



Figura 42: Camarão.
Fonte: Santos, 2019.

A partir do momento em que transferimos a linha de raciocínio de Cavalcante (2019) para existência do ofício das pescadoras, se percebe que com o passar do tempo há sim uma gradual evolução, se anteriormente a pesca empregava a logística de deslocamento da pescadora a remo por um extenso trecho, hoje, esse mesmo trecho é suprimido com o uso de canoas motorizadas, e assim, a pesca continua a existir, porém, houve uma renovação na maneira de pescar, sem perder sua origem como frisa Cavalcante (2019, p. 60) “É a modernização do setor pesqueiro por meio da inserção da tecnologia em todo o processo da pesca artesanal, desde captura, retratado nos apetrechos modernos utilizados”.

A posição acima indica que a inovação se estende para tudo que envolve a pesca artesanal, praticada inclusive pelas mulheres. É um envolvimento de antigas práticas com renovadas.

No trabalho da pesca do camarão as mulheres possuem técnicas procurando a melhor produção para o sustento da casa, mesmo estando lado a lado no trabalho com os esposos, a carga maior de trabalho é da mulher, que sai de manhã cedo para atividade durante a pesca e até a noite ainda está arrumando em casa para sair cedo no dia seguinte.

Scherer (2013, p. 21), sustenta a teoria de que as mulheres, de fato são determinadas quanto ao ofício da pesca: “As mulheres possuem uma longa tradição de participação na produção pesqueira de comunidades situadas nas áreas costeiras e ribeirinhas das águas interiores do Brasil.” Sendo assim, as mulheres desempenham uma função de grande importância para o seio familiar, pouca são as mulheres que os maridos acompanharam pelo menos uma vez durante a atividade de pesca.

A Sra J. nos diz que:

Um dia sair pra pescar com meu marido, eu sempre pescava camarão aqui por perto, mas nesse dia fomos pro outro lado do rio. Meu esposo pegou um peixe liso de mais de 30 quilos, quando chegamos ao meio do rio veio um temporal que virou nossa canoa, o motor afundou. Meu esposo cuidou de salvar o motor e eu passei a mão no peixe e nadei com aquele grande peixe. Quando meu marido olhou nem acreditou que eu não soltei o peixe. (risos). (J. C, agricultora e pescadora).

A participação das mulheres nas atividades da pesca atende a demanda alimentar de suas casas, através da comercialização o que é possível para também ser investido em insumos que possam gerar uma melhor qualidade de vida. Vê-se também que a pesca das mulheres acontece próximos ou distantes de suas casas, o que pode indicar que estas mulheres são verdadeiras amazônidas. Isso é o que se chama de manutenção e sobrevivência a partir da pesca, sem esquecer que a pesca artesanal é mais difundida no período de estiagem ou verão amazônico, quando a variedade de espécies é abundante, que leva as mulheres a confeccionar mais e mais rápido os apetrechos que fazem uso nesta atividade laboral.

3.2.3 “PESCA COM O RAPIXÉ ATÉ CRIANÇA QUER”

A pesca utilizando o rapixé, um tipo de apetrecho parecido um coador de café com furo, tecido com linha de pesca. Neste tipo de apetrecho as mulheres utilizam a isca de mandioca mole dentro, mergulha o rapixé na água e puxa pra cima e o camarão fica preso de maneira que a água escorre pelas telas (Figura 43).



Figura 43: Rapixé.
Fonte: Santos, 2019.

A mulher pescadora da Ilha do Tarará detentora dos saberes locais, de tudo, que advém da floresta passa por suas mãos, o camarão, o peixe, a farinha, as hortaliças, as frutas etc. Esse conhecimento não fica retido, é retransmitido, pode até passar por outra ressignificação.

De acordo a Sra. M:

É muito fácil pescar com o rapixé. Até criança gosta do rapixé, porque não precisa ter força é só mergulhar ele na água e quando alguns camarões entram a gente puxa pra cima. Só que é um tipo de material que não pega muito camarão né. A gente só faz esse trabalho na pesca quando é pra comer em casa ou em algum lugar que temos dificuldade pra colocar o paneiro. Toda pescadora tem o seu. (M. M, 59 anos, agricultora e pescadora).

“A UNESCO (2003) define como patrimônio cultural as práticas e representações, expressões e espaços que lhes estão associados, as comunidades” (ABREU, 2012, p. 15). Vê-se claramente que a pesca realizada pelas das mulheres da comunidade de Santa Clara enquadra-se no conceito aqui apresentado, porque, está localizado em uma comunidade, e se

trata de uma representação, que a mulher está desempenhando um trabalho. Portanto, é de fato um patrimônio cultural de relevância a prática da pesca do camarão pelas mulheres da ilha.

3.2.4 PESCA EXCLUSIVA PARA HOMENS – A PESCA DA TIPUCA

A pesca da tipuca⁹ é um tipo de pesca que somente os homens realizam. Em duas canoas com dois ou quatro homens dentro de cada uma, remam rapidamente lado a lado, colocam lanternas ligadas no meio da canoa, pois este tipo de pesca é feito a noite. Os camarões atraídos pela luz da lanterna vão pulando dentro da canoas. Antigamente os mais velhos realizavam usando lamparinas.

Nesta atividade exige-se grande força física dos homens porque remam nos lagos com muitos capins, a canoa fica pesada para locomover, uma vez que os lagos estão começando a secar. Este tipo de pesca acontece no mês de junho e antecede a pesca do paneiro realizada pelas mulheres, pois as mulheres precisam dos lagos mais secos para fincarem os paneiros.

De acordo com a Sra. J. “Meu filho pescou ontem mais de sessenta litros de camarão, mas ele só gosta de pescar mesmo. Hoje vim vender pra ele”. Os homens com a pesca da tipuca, capturam grande quantidade de camarões, em poucas horas capturam grande quantidade de camarão, dependendo do local que pescam, exige do pescador técnica e precisão para navegar nos lagos e praticar a pesca.

Para Diegues “O entendimento que possuem esses sujeitos do conhecimento local da pesca resulta de um longo período de ajustamentos culturais nos quais os valores, as imagens e as percepções são desenvolvidas em relação ao meio ambiente natural.” (DIEGUES, 2000, p. 251).

Os homens assim como as mulheres mantém o conhecimento local firme, fruto da cultura popular, do saber milenar que é transmitido pelo registro oral, e que se perpetua no imaginário daqueles que percebem a importância desse conhecimento como garantia de qualidade de vida, seja individual ou coletivamente, nos força a reflexão sempre, quer seja pela sua resistência histórica, forma de se adaptar as novas tendências culturais ou sua prática.

Não existe no âmbito cultural numa sociedade em que um grupo seja maior ou menor em grau de conhecimento e de tradições, o que de fato existe são conhecimentos diferentes que também foram apreendidos em períodos diferentes, uma diversidade que deve ser

⁹ De Etmologia (origem da palavra tipuca) do Tupi Tipúka – do Regionalismo Amazônia se refere ao leite que se extrai da vaca quando o úbere dela esta quase esgotada; apoio – Dicionário online de português.

respeitada e compreendida em seu contexto. Neste contexto os homens que residem na Ilha e são pescadores de camarão, possuem características que os tornam o alicerce de suas famílias, assim como as mulheres.

3.3 O SABER LOCAL: DA CAPTURA AO PREPARO ARTESANAL DO CAMARÃO PESCADO E COMERCIALIZADO

No Amazonas, Cavalcante (2019) sustenta que a mulher pescadora artesanal também é uma hábil comerciante do pescado que extrai dos rios, lagos, furos, igarapés e paranás, é o que o autor denomina de processo de produção pesqueira, por meio da transmissão dos conhecimentos e consequente manutenção da tradição que retrata o trabalho da mulher em um cenário que até poucas décadas era dominado completamente por homens.

Após a captura do o camarão, existem outras etapas até que a pescadora constate o lucro através do seu empenho e esforço pessoal. Trata-se do processo de cozimento e salga.

Para referendar a ideia de que a mulher não é coadjuvante e sim a protagonista da pesca artesanal é necessário considerar o que afirmam Alencar, et al (2015, p. 46) “o trabalho feminino na pesca artesanal supõe necessariamente o lugar da mulher na cadeia produtiva, a partir de suas estratégias de reprodução social, os ambientes onde realizam suas atividades e como organizam e distribuem as tarefas”. De imediato, a mulher possui estratégias e/ou planejamentos para pescar artesanalmente, por isso que hoje, tem seu lugar cativo na cadeia produtiva, além disso, confecciona seus apetrechos, e isso indica autonomia para realizar quando e como quiser as atividades de pesca na prática.

A mulher que desenvolve a atividade de pesca precisa acompanhar as evoluções, pois, tais evoluções também trazem consigo novos conhecimentos e também novas perspectivas. É importante comentar que as transformações também se instalam ou diretamente influencia na confecção dos apetrechos, esse ponto de vista fica ainda mais evidente quando Cavalcante (2019, p. 119) diz “a pesca vai passando por transformações exigindo dos agentes e grupos sociais que aprimorem seus conhecimentos”. Quando o autor cita a palavra-chave *conhecimento* quer dizer que este conhecimento se estende a todas as ações e atividades realizadas antes, durante e depois da prática pesqueira artesanal. É determinante também o registro de que todo o processo de pesca artesanal realizado pelas mulheres se inicia na dinâmica de socialização de cada grupo, isto é, em cada comunidade existe um ritmo de interação social diferente.

A partir da interação como forma de construir a base para que a mulher pescadora artesanal desenvolva esta atividade, vê-se que há todo um universo pesqueiro. Essa postura é definida por Dubar (1997, p. 256) em apenas duas palavras: “identidade social”. Porém, a mulher que pesca artesanalmente, ainda para Dubar (1997) tem a atribuição de outras atividades em paralelo, o que confirma também o que mencionam Cavalcante (2019) e Scherer (2013) acerca da mesma discussão, onde a mulher precisa se dividir entre cuidar dos filhos, da residência, por vezes de atividades agricultáveis, e também pescar de forma artesanal suprindo com seu marido as necessidades do lar no que tange agregar renda e qualidade de vida, além da sustentabilidade ambiental.

Ainda de acordo com Dubar (1997) a mulher pescadora, no entanto, é detentora de conhecimentos sobre pesca, forjados na observação, na prática cotidiana da pesca artesanal, esses saberes práticos foram adquiridos com a experiência da realização de tarefas.

Conhecimentos que se originam em comunidades rurais, como no caso da comunidade de Santa Clara, podem ser considerados e conceituados como saberes locais de acordo com Basílio, (2006, 27): “Saberes locais pretende aprender as formas como os grupos sociais locais produzem seus mundos, ordenam seus discursos, estruturam as regras que norteiam o seu comportamento e dão significados aos acontecimentos cotidianos”.

Os saberes locais são discursos ordenados em um contexto social próprio, estruturado, que podem proporcionar significativas mudanças a partir da sua efetivação prática, ou seja, os saberes locais dão significados, e a existência destes saberes, sugerem a cultura como algo próprio e singular de cada comunidade.

Depois da pesca, o camarão passar por outro processo, também artesanal o cozimento e a comercialização, são agregadores de valores e também de tempo e qualidade do produto. No preparo do camarão as mulheres iniciam fazendo a limpeza, tirando os capins, peixes pequenos no meio do camarão, fazem a lavagem (Figura 44).



Figura 44: Limpeza do camarão.
Fonte: Santos, 2019.

Este processo de beneficiamento do camarão é também uma atividade que exige bastante tempo da mulher pescadora e o primeiro momento de cozer e salgar deve seguir todo um ritual que também faz parte da cultura do lugar. Colocam pra cozer (Figura 45) com pouca quantidade de sal se tiver pouca quantidade de camarão.



Figura 45: Cozimento do camarão.
Fonte: Santos, 2019.

A mulher cozinha o camarão assim que chega da pesca, em geral utiliza panelas, com a capacidade de 20 litros, e também de água e fogão a gás. O cozimento dar-se-á quase sempre na cozinha da pescadora, são necessárias poucas horas neste processo. Aqui o camarão adquire a primeira das etapas de conservação. Em seguida, a salga, como o próprio nome diz, salgar o camarão, isso pode demandar dias, pois, ao adicionar o sal, é preciso deixá-lo ao sol, até que se complete este processo.

Finalizada o cozimento e a salga, a pescadora, desloca-se da sua comunidade, no caso, Comunidade de Santa Clara rumo à feira municipal de Tefé ou a pontos estrategicamente definidos nos bairros na própria casa da mulher pescadora. Esse deslocamento demanda tempo, quase sempre este trajeto é realizado ao amanhecer.

Portella (2009, p. 2) destaca que “são poucos os trabalhos relacionados às técnicas de conservação pós-colheita e qualidade de camarões de água doce, principalmente de *M. amazonicum*”. Neste pensar as pescadoras tem cuidado no manuseio, para evitar a contaminação do camarão por meio de bactérias. Logo que lavam e cozinham armazenam em local apropriado.

Após o cozimento o camarão é colocado pra escorrer (Figura 46).



Figura46: Processo de escorrer o camarão.
Fonte: Santos, 2018.

Encerrada este momento, a mulher precisa definir sua estratégia logística, ou seja, deslocar-se da comunidade rumo à cidade, às vezes se expondo ao eminente perigo, pois, realiza este percurso pela madrugada, e se estabelece nas primeiras horas da manhã, na feira ou em outros lugares na cidade para vender o camarão (Figuras 47 e 48).



Figuras 47 e 48: Comercialização do camarão cozido.
Fonte: Santos, 2018.

Para atrair a atenção do comprador, a pescadora utiliza de diferentes técnicas, porém, a mais comum é a exposição do camarão em imensas bacias de alumínio. A venda de fato é na forma de litro, ou seja, o comprador pode comprar quanto litros de camarão desejar, o valor varia dependendo da disponibilidade, entre oito a dez reais. Dependendo da quantidade de camarão existente na feira, se tiver muito camarão o preço baixa, se tiver pouco camarão o preço sobe.

As mulheres pescadoras também vendem o camarão *in natura* (Figuras 49 e 50). Deste modo a conservação é feita no gelo. Também ocorrem encomendas diretamente aos clientes que, neste caso, são principalmente os restaurantes e lanchonetes da cidade de Tefé.



Figura 49: Comercialização do camarão cru.
Fonte: Santos, 2019.



Figura 50: Comercialização do camarão cru.
Fonte: Santos, 2019.

A pesca do camarão é uma atividade que está cheia de saberes e conhecimentos que estão em constante (re) construção que são repassados de geração para geração, que garante de uma forma clara uma renda para os pescadoras de camarão.

Sendo assim, as técnicas desenvolvidas pelas mulheres demonstram que esses conhecimentos não podem ser negligenciados, portanto, cada parte de imenso território amazônico que é repassado como algo homogêneo, na realidade é repleto de muita complexidade e heterogeneidades que se insere na identidade da mulher, mas podemos afirmar que essa mesma identidade é carregada de múltiplos saberes, fazendo com que a cultura seja algo extraordinário a desvelar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca do camarão realizada pelas mulheres da comunidade de Santa Clara na Ilha do Tarará é uma pesca artesanal, portanto, ela é fonte de renda e subsistência. Embora a pesca desse crustáceo seja curto e sazonal na região, percebe-se que é encarada de uma maneira positiva, tendo em vista que as mulheres pescadoras se envolvem de uma forma dinâmica, fato que possibilita manter a cultura da pesca do camarão como um patrimônio, conhecimento e saber adquirido.

As mulheres nas suas múltiplas faces do trabalho rural na Amazônia se constroem e reconstroem por meio de múltiplos saberes que as colocam como sujeitos de sua identidade e se auto identificam como, ribeirinhas, pescadoras de camarão, estando presentes na base do orçamento familiar.

Por está na base do orçamento familiar as mulheres pescadoras de camarão realizam durante o ano uma combinação de atividades, dentre elas, a plantação de hortaliças como cebola de palha, cheiro verde, chicória, batata doce, cará, repolho, couve, quiabo, pimentão, pepino, jerimum, maxixe, abobrinha, o cultivo de maniva para a produção de farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, a criação de aves como patos, galinhas e perus, criação de animais como suínos e bovinos e a pesca de peixes.

O território e a territorialidade na pesca do camarão são influenciados pelos fenômenos naturais e suas dinâmicas, além das formas de apropriação direta do uso do território que possibilita a criação de territorialidades e essas características não estão isentos de conflitos pela disputa do território. Sendo assim, o que prevalece muitas das vezes é a forma com que os membros de cada comunidade estabelecem suas posições morais e particulares em relação às normas e regras estabelecidas pelos grupos.

Em relação ao usufruto do território, ele apresenta-se como áreas de uso comum, mas é comum para a coletividade da própria comunidade respeitando as territorialidades criadas pelas pescadoras, sendo que não são permitidas pessoas de outras comunidades extraírem os recursos naturais existentes nestas áreas.

Da mesma maneira é estabelecida uma particularidade indissociável dessa atividade para a extração dos recursos naturais, onde prevalece um modo de vida particular que garantem a existência e permanência das populações na região amazônica. A pesca do camarão é uma atividade que está cheia de saberes e conhecimentos que estão em constante

(re) construção que são repassados de geração para geração, que garante de uma forma clara uma renda para as pescadoras de camarão.

Sendo assim, as técnicas desenvolvidas pelas mulheres demonstram que esses conhecimentos não podem ser negligenciados, portanto, cada parte de imenso território amazônico que é repassado como algo homogêneo, na realidade é repleto de muita complexidade e heterogeneidades que se insere na identidade da mulher, mas podemos afirmar que essa mesma identidade é carregada de múltiplos saberes, fazendo com que a cultura seja algo extraordinário a desvelar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. **Tecendo a tradição valorizando o conhecimento na Amazônia: o caso da linha de tucum.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 15-43, jul./dez. 2012.
- ALENCAR, E. F. **Terra caída: encanto, lugares e identidades.** Brasília, 2002 (a). 245 p. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.
- ALENCAR, E. F. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** (Org) Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Mello. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém –Pará, 1993.
- ALENCAR, E. F; PALHETA, S. P; SOUZA, I. S. de. **Trabalho na pesca, ação política e identidade: as mulheres da colônia de Pescadores Z-32 de Marañ- Amazonas.** In: SCHERER, E. F. (Org.). Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDREOLI, V. M. **Natureza e pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR.** 2007, 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ANTUNES, R. **Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas.** CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 119-129, 2011.
- _____. **A DIALÉTICA DO TRABALHO.** Escritos de Marx e Engels. ed. Expressão Popular, 2004.
- BACHELARD, G. **Epistemologia.** São Paulo: LDA, 1962;
- BARBOSA, S. de L. **Extrativismo e comercialização da Castanha-do-Brasil no município de Tefé – Médio Solimões/AM.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade Federal do Amazonas – Manaus, 2017.
- BASÍLIO, G. **Os saberes locais e o novo currículo do Ensino Básico.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- BASTOS, É. R; PINTO, R. F. (org). **As cidades na Amazônia pelos viajantes.** In. Vozes da Amazônia. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** 3ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Código da Pesca. Lei 9.605 de 1998.** Brasília DF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura. Pesca artesanal.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11959-29-junho-2009-589114-norma-pl.html>. Acesso em 16.04.2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Código Florestal. Lei 4771 de 1965.**

BUTLER, J. **Sujeitos do sexo/gênero/desejo.** In: BUTLER, J. Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BRUSCHINI, C ; LOMBARDI, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no séc. XX.** In: Cadernos Pagu, Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero; Unicamp, n. 17 / 17, 2002.

CASCUDO, L. da C. **Jangada: uma pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro, Ministro da Educação e Cultura.** Departamento de Imprensa Nacional, 1957. Dicionário do folclore brasileiro. 9. Ed. São Paulo: Global, 2000.

CASTRO, E. **Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

CAVALCANTE, M. B. **“Varando igarapé, varando canoa, nossa vida é a pesca: Um estudo sobre as pescadoras artesanais no Remanso das águas em Parintins”** – Am. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2019.

CAVALCANTI, D. R. M. **Mulheres na água: Um estudo sobre relações de gênero na pesca.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, PB, 2010.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2007.

DIEGUES, A. C. S. (org.). **Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1994

DIEGUES, A.C. S. **Espaços de Uso Comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões.** Manacapuru/AM. In Processos de Territorialização e Identidades Sociais. - São Carlos: Rima Editora, 2010.

Dicionário online de português: <https://www.dicio.com.br/> acessado em: 20/04/2020.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Tradução: Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto Editora, 1997.

FASSARELLA, S. S. **A Vez e a Voz de Mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas.** Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4.ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, D da S. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

FERREIRA, E. S. **Efeito do substrato e da densidade populacional sobre as atividades comportamentais e níveis de hemócitos em relação à densidade em *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal, 2006.

FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI A. C.; SILVA, C. P. **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: Editora Universidade do Amazonas EDUA, 2009.

FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A C; PEREIRA, H. S. (Org.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: EDUA, 2009.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Amablume, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GÓES, L de O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UFPE, Recife, 2008.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. **O território em tempos de Globalização**. Etc., espaço, tempo e crítica. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Guacira Lopes Louro & Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo, 2013.

LARAIA, R de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 26 reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LITLLE, P. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. Universidade de Brasília. Série Antropologia. Brasília DF, 2002.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de objetivos e de roteiros**. Unesp, 1990/1991.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MUNANGA, K. **A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças**. In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 4, p. 34-45, 2014.
- NOGUEIRA, A. R. B. **Percepção e Representação Gráfica**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2001.
- OLIVEIRA, R. C de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAMPILA, W; PAPER, A. **O livro do arumã**. São Paulo: Iepé, 2014.
- PAULINO, E. T. **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. Editora Expresso Popular: São Paulo, 2008).
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Axel Sander. 2ª ed. Curitiba, 2011.
- PEREIRA, C. F. **Vida Ribeirinha no Lago Cururu: Territorialidade, formas de apropriação e usos dos territórios no baixo Solimões (AM)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Manaus, 2007.
- PORTELLA, C. de G. **Tecnologia pós-despesca dos camarões de água doce *Macrobrachium rosenbergii* e *Macrobrachium amazonicum***. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Centro de Aqüicultura. Jaboticabal/SP, 2009.
- PRIORE, M.D. (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2006.
- RAFFESTEIN, C. **Por uma geografia de poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RAPOZO, P. H. C; WITKOSKI, A. C. **Cosmografias e Territorialidades da Pesca: Representações sobre os conflitos pelo acesso aos recursos pesqueiros em comunidades de várzea no Amazonas**. EDUA, 2009, Jul- Dez. p. 9-26.
- RAPOZO, P. H. C. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**. Manaus: EDUA, 2015.
- RAPOZO, P. H. C. **A renda da água: trabalhadores da pesca e as redes de comercialização na Amazônia brasileira**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011.
- SACK, R. D. **Human territoriality: istheoryandhistory**. Cambridge. Cambridge University Press, 1986.
- SAHLINS, M. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I)**. Mana, Rio de Janeiro 1997.

SANTOS, B. de S. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: 1ª. ed. Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma emancipatória da Universidade**. São Paulo: ed. Cortez 2011.

SANTOS, R. M. F dos; FIGUEIREDO, G.G de. **Encontro no ar: a dialogicidade no programa Juventude em Ação**. In: Gilse Elisa Rodrigues; Michael Justamand.(org). Fazendo Antropologia no Alto Solimões. 13 ed. Embaú: Alexa, 2018, v1, p. 103-116.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (Org). 1ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SAUTCHUK, C. E. **Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador (peixe) padrão no aviamento amazônico**. Universidade de Brasília Departamento de Antropologia: Brasília, 2008

SCHERER, E. (org). **Trabalhadores e Trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, I. R. **Modo de vida do ribeirão: construção da identidade amazônica. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão. 2017.

SILVA, L. G. T. **Manejo Comunitário de microbacias em área de assentamento do Sudoeste Paraense: Embrapa Amazônia Oriental**. Belém, 2006.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUSA, M.de J. da S. **Teçumes e Teçumeiras: etnografia da construção de identidade política das artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã- Am**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas. Manaus/Am. 2017.

STRAUSS, A. L. **Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para desenvolvimento da Teoria [Fundamentada]**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Ed. Atlas, 1987.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

WITKOSKI, A. C. *et al* (Org.). **Conflitos Sociais na Pesca**. In A Pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**
SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petró
Vozes, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE-A**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaro está ciente e de acordo com a pesquisa intitulada “A pesca do camarão e as atividades diárias das mulheres da comunidade Santa Clara no município de Tefé-AM”. Coordenada pela pesquisadora: Rosa Maria Ferreira dos Santos, matrícula 1894930019, mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas_ PPGICH/UEA.

Tefé (AM), _____ de _____ 2019.

Presidente da comunidade Santa Clara

APÊNDICE-B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_TCLE

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre “**A pesca do camarão e as atividades diárias das mulheres da Comunidade de Santa Clara no município de Tefé-AM** e será desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora Rosa Maria Ferreira dos Santos, sob orientação do Professor Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo. Ambos no endereço institucional Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA. Da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Centro de Estudos Superiores de Tefé_CEST e- mail: ciênciashumanas@uea.edu.br. Os objetivos da pesquisa são de analisar o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres da comunidade de Santa Clara no município de Tefé-AM, compreendendo o lugar da mulher nas múltiplas faces do trabalho rural, além de identificar os territórios e os processos de territorialização da pesca do camarão, caracterizando o saber tradicional e as técnicas desenvolvidas na captura do camarão.

Solicitamos a sua colaboração para nos ceder uma entrevista gravada em áudio por meio de um gravador de voz, de mais ou menos 10 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e possíveis publicações em revistas científicas nacionais ou internacionais. Por ocasião da publicação, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que tal pesquisa possa vir oferecer algum risco no sentido de um mal-estar por ocasião do uso de sua imagem ou com relação às perguntas relativas à pesquisa, algum desconforto por ter que falar sobre sua vida e/ou seu trabalho, no entanto, para fim de minimizar possíveis desconfortos nos comprometemos em viabilizar um espaço adequado, mais reservado de forma que você se sinta à vontade para participar da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo, é voluntária e, portanto, o senhor (a), não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador (a), estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Tefé (AM), ____, de _____, 2019.

Assinatura do (a) participante

RG:...../ CPF:.....

Endereço:.....

Tel:...../ e-mail:.....

Contato do pesquisador (a):

Caso necessite de maiores informações favor ligar para os contatos:

Mestranda: Rosa Maria F. dos Santos Cel: (97) 988047261, e-mail: rosa_barbosa2011@hotmail.com
Orientador: Professor Dr Pedro Henrique Coelho Rapozo, Cel: (92) 82515381.
 e-mail: phrapozo@uea.edu.br

APÊNDICE-C

Roteiro de entrevista 1

Comunidade: _____ Data: _____

Nome: _____ idade: _____

Onde a senhora nasceu?

1. Quanto tempo você mora na comunidade?

2. A terra é sua? Pertenceu a sua família? Você tem título da terra?

Como aconteceu a história de ocupação da comunidade? (para presidente da comunidade).

Alguém já fez um trabalho na comunidade sobre a pesca de camarão?

3. Como começou a atividade da captura do camarão?

4. Quem são as primeiras mulheres pescadoras?

5. Quais atividades que mais praticam na terra firme? Na várzea?

6. Vocês trabalham com a pesca do camarão?

7. Há quanto tempo você trabalha na pesca do camarão?

8. Você sabe o nome da espécie do camarão?

9. Qual o melhor local do rio para a pesca do camarão? Porquê?

9.1. Qual é a melhor hora para pescar?

Acredita em dias de azar na pesca?

10. Como acontece as divisões do local para a pesca?

11. Há algum conflito por causa do local no rio, durante a pesca ou já houve?

12. Por que o processo de captura do camarão é uma atividade realizada pelas mulheres?

13. Já teve alguma doença por causa da pesca de camarão?
14. Você é responsável pela renda familiar? De que maneira?
15. Qual o período da pesca do camarão?
16. Quando inicia a pesca do camarão, qual a primeira coisa a ser feita?
17. Como você aprendeu a fazer os materiais de captura do camarão?
18. Nos últimos cinco anos qual e quando foi a maior e a menor produção da pesca do camarão?
19. O que contribuem para uma pequena produção e uma grande produção da pesca?
20. Qual a maior dificuldade encontrada na pesca do camarão?
 - 20.1 Adota boas práticas na pesca?
21. Para quem você vende ou vendeu o camarão?
 - 2.1 Quantidade () preço ()
22. Quem faz o levantamento do preço?
23. Quais as formas de uso do camarão do camarão?

Como é feito o transporte para a comercialização do camarão?
24. Quais as dificuldades durante a cheia e durante a seca?

O que a pesca de camarão significa pra senhora?
25. Participa de organização (cooperativa/associação)?
26. Se tivesse outra atividade a ser realizada você deixaria de pescar o camarão?

O que poderia ser feito para melhorar a atividade da pesca do camarão? E das outras atividades, como venda de hortaliças?
27. Quais as atividades que mais as mulheres da comunidade estão envolvidas?

APÊNDICE – C

Parecer consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A pesca do camarão e as atividades diárias das mulheres pescadoras da comunidade Santa Clara no município de Tefé-AM.

Pesquisador: Rosa Maria Ferreira dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 13341719.1.0000.5016

Instituição Proponente: Centro de Estudos Superiores de Tefé

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.588.673

Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem como objetivo de analisar o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres da comunidade de Santa Clara no município de Tefé-AM. Com base na abordagem qualitativa e no método etnográfico. Assim para além das observações da pesquisadora, foi feita análise dos diferentes teóricos que tratam a temática a respeito do trabalho da mulher. A análise dessa pesquisa será feita através de cinco categorias de análise: "Mulher", "Processo de trabalho", "Território e Territorialidade", "Pesca na Amazônia" e "Conhecimento Tradicional". Dentro de cada um desses tópicos os significados vivenciados pelos participantes serão comparados e analisados a partir das teorias apresentadas em cada uma delas.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres da comunidade de Santa Clara no município de Tefé-AM.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.588.673

Compreender o lugar da mulher nas múltiplas faces do trabalho rural na comunidade de Santa Clara; Identificar os territórios e os processos de territorialização da pesca do camarão na comunidade de Santa Clara; Caracterizar os conhecimentos tradicionais e as técnicas desenvolvidas na captura do camarão

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão relacionados às informações sobre experiência na pesca do camarão e em outras atividades desenvolvidas pelas mulheres pescadoras, em relação à convivência com as mulheres pescadoras, perguntas que poderão despertar algum constrangimento, desconforto, alterações de comportamento durante as gravações em áudio, medo ou vergonha, estrasse, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato e sigilo levando à mudança de atitude no convívio social.

Há um risco mínimo, porém, serão tomadas as devidas precauções no intuito de minimizar os riscos, será tomado todo o cuidado nas abordagens

para evitar riscos de ordem psicológica, intelectual ou emocional, sendo respeitado seu tempo e interesse em contribuir com a pesquisa. As perguntas que poderão provocar constrangimentos serão desconsideradas no momento da entrevista. Os riscos deverão ser amenizados desde a elaboração do roteiro/questionário ao trato com os participantes. O uso das informações se destina exclusivamente a finalidade dessa pesquisa e serão arquivadas em um banco de dados na responsabilidade da pesquisadora. Os benefícios serão uma melhor reflexão a respeito do trabalho da mulher pescadora, fazendo com que os governantes venham criar políticas públicas que beneficie o trabalho destas pescadoras.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa permitirá compreender, estreitar o conhecimento com o protagonismo que as mulheres têm nas relações de trabalho na pesca do camarão na Comunidade Santa Clara.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Informações Básicas do Projeto- Ok

Folha de Rosto -Ok

Projeto Detalhado / Brochura Investigador Ok

Termos de Assentimento - Ok

TCLE - OK

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.588.673

Instrumentos de coleta de dados - Ok

Cronograma - Ok (inserido no PB)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apresentadas na versão anterior foram sanadas; assim somos pela aprovação do Projeto

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1339812.pdf	07/08/2019 21:37:15		Aceito
Outros	TCLE_ROSA.pdf	19/07/2019 23:29:28	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	ROTEIROENTREVISTA.pdf	08/05/2019 01:53:50	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	lattesorientador.pdf	08/05/2019 01:48:29	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	lattespesquisador.pdf	08/05/2019 01:40:06	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	Comprovanteresidencia.pdf	08/05/2019 01:14:33	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEMESTRADO.pdf	08/05/2019 01:11:33	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETOMESTRADO.pdf	08/05/2019 01:01:43	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto20190507_19453492.pdf	08/05/2019 00:44:44	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	documentos_pessoais20190502_13371911.pdf	03/05/2019 01:01:43	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Autorizacao_presidente20190502_13410622.pdf	03/05/2019 00:47:07	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.ues@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.588.673

Não

MANAUS, 20 de Setembro de 2019

Assinado por:
Manoel Luiz Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com